

SILVANA DE FÁTIMA BOJANOSKI

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E DOCUMENTOS SACRALIZADOS:
UM ESTUDO DE CASO DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ
(1976-1989)**

**MARINGÁ
2007**

SILVANA DE FÁTIMA BOJANOSKI

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E DOCUMENTOS SACRALIZADOS:
UM ESTUDO DE CASO DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ
(1976-1989)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Evandir Codato

**MARINGÁ
2007**

Ficha Catalográfica

Bojanoski, Silvana de Fátima

Memória, História e documentos sacralizados: um estudo de caso do Arquivo Público do Paraná (1976-1989) /

Silvana de Fátima Bojanoski. – 2007

ix, 139 f. : il.

Orientadora: Evandir Codato

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

1. História. 2. Arquivística. 3. Memória. 4. Documentos. 5. Arquivos Públicos. I. Codato, Evandir. II. Bojanoski, Silvana de Fátima. III. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em História. IV. Título.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DA PÓS-GRADUANDA SILVANA DE FÁTIMA BOJANOSKI, REALIZADA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, AOS DOZE DIAS DE JULHO DO ANO DOIS MIL E SETE.

Aos doze dias do mês de julho do ano dois mil e sete, às quatorze horas e trinta minutos, no Bloco G-34 (trinta e quatro), sala 203 (duzentos e três), realizou-se a Defesa pública de Dissertação “*Memória, história e documentos sacralizados: um estudo de caso do Arquivo Público do Paraná – 1976-1989*” da pós-graduanda **Silvana de Fátima Bojanoski**, do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos professores Dra. Evandir Codato (presidente/orientadora), Dr. Alberto Gawryszewski (membro convidado – UEL) e Dra. Janice Gonçalves (membro convidado – UDESC). Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a pós-graduanda foi aprovada com distinção (aprovada/reprovada). E para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Profa. Dra. Evandir Codato
(Presidente da Banca – orientadora)

Prof. Dr. Alberto Gawryszewski
(membro convidado – UEL)

Profa. Dra. Janice Gonçalves
(membro convidado – UDESC)

À Professora Regina Gouvêa *in memoriam*, Diretora do Arquivo Público do Paraná, que na busca de um arquivo eficiente e moderno, ousava sonhar alto e nunca se conformava com os limites e entraves burocráticos que encontrava pela frente. Graças aos seus estímulos e incentivos, crescemos profissionalmente.

Aos amores da minha vida, Caio e Altino, que fazem valer a pena viver e seguir aprendendo a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar a caminhada de elaboração de uma dissertação conclui-se que mais importante que a chegada foi o caminho percorrido. Um caminho que começou muito antes, com as experiências profissionais com acervos culturais onde, para além da execução de atividades técnicas de preservação, sempre havia espaço para questionamentos sobre o trabalho que estava sendo executado. E nesse longo caminho, contou-se com o apoio e companheirismo de muitas pessoas, sendo impossível nomear a todos.

Devo agradecimentos especiais aos amigos e colegas de trabalho Cynthia Roncaglio e Décio Roberto Szvarça, companheiros de discussões e debates sobre os arquivos e que muito me ajudaram na elaboração do projeto e posteriormente na leitura atenta dos capítulos elaborados.

À Evandir Codato, professora orientadora que desde o início recebeu a mim e a meu projeto literalmente de braços abertos, agradeço a sua confiança de que eu poderia realizar esse trabalho, e especialmente a sua sensibilidade e apoio nos momentos de dificuldades maiores.

Agradeço ainda a André Porto Ancona Lopez, que como co-orientador, em momentos precisos me ajudou a corrigir os rumos da pesquisa.

Graças à CAPES, cujo apoio financeiro obtido com a bolsa, foi possível em determinado período, dar continuidade à pesquisa.

Nessa longa caminhada, que incluía viagens semanais de Curitiba para Maringá, o apoio da família foi fundamental. Agradeço especialmente à minha mãe, que mesmo achando que eu sempre escolho carregar mais pedras do que deveria, sempre me ajuda a carregá-las.

Um agradecimento especial ao Altino, companheiro de todas as horas, e que com toda paciência, sempre revisa e edita os meus textos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ARQUIVOS E DOCUMENTOS, HISTÓRIA E MEMÓRIA..	14
1.1 <i>Para que servem os arquivos</i>	14
1.2 <i>Os documentos sob o ponto de vista dos arquivistas</i>	20
1.3 <i>Os documentos sob o ponto de vista do historiador</i>	25
1.4 <i>Arquivos e documentos: pontos de referência da memória</i>	31
1.5 <i>Memória e história: diferenças e oposições</i>	36
2 A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO COMO LUGAR DE ESCRITA DO ESTADO, LUGAR DE MEMÓRIA E LUGAR DE INFORMAÇÃO	40
2.1 <i>O Arquivo como guardião da memória</i>	41
2.2 <i>A institucionalização do Arquivo Público do Paraná</i>	49
2.3 <i>O Arquivo como guardião das fontes históricas do Paraná</i>	60
2.4 <i>O Arquivo como “lugar de informação”</i>	68
3 HISTÓRIA, MEMÓRIA, CULTO E VENERAÇÃO AOS DOCUMENTOS ANTIGOS.....	73
3.1 <i>O homem que venera e preserva</i>	75
3.2 <i>Um boletim para todos que entendem a “grande missão dos arquivos”</i>	80
3.3 <i>A afirmação da “glória de ser paranista”</i>	83
3.4 <i>Os temas dos Boletins</i>	87
3.5 <i>Documentos históricos: antigos, raros e preciosos</i>	92
3.6 <i>Um templo para guardar a memória do Paraná</i>	100
CONCLUSÃO	104
DOCUMENTOS CONSULTADOS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS	116

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Temas classificados no Boletim do Arquivo do Paraná	116
QUADRO 2 – Percentual do tema “boletim” no Boletim do Arquivo do Paraná	117
QUADRO 3 – Percentual do tema “instituição” no Boletim do Arquivo do Paraná	118
QUADRO 4 – Percentual do tema “arquivos” no Boletim do Arquivo do Paraná	119
QUADRO 5 – Percentual do tema “memória e patrimônio” no Boletim do Arquivo do Paraná	120
QUADRO 6 – Percentual do tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná	121
QUADRO 7 – Percentual do tema “documentos” no Boletim do Arquivo do Paraná	122
QUADRO 8 – Percentual do tema “documentos” no Boletim do Arquivo do Paraná classificado por séculos	123
QUADRO 9 – Percentual do tema “documentos” no Boletim do Arquivo do Paraná classificado por períodos	124
QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná	125

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Percentual dos temas identificados no Boletim do Arquivo do Paraná	116
GRÁFICO 2 – Percentual do tema “boletim” no Boletim do Arquivo do Paraná	117
GRÁFICO 3 – Percentual do tema “instituição” no Boletim do Arquivo do Paraná	118
GRÁFICO 4 – Percentual do tema “arquivos” no Boletim do Arquivo do Paraná	119
GRÁFICO 5 – Percentual do tema “memória e patrimônio” no Boletim do Arquivo do Paraná	120
GRÁFICO 6 – Percentual do tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná	121
GRÁFICO 7 – Percentual do tema “documentos” no Boletim do Arquivo do Paraná	122
GRÁFICO 8 – Percentual do tema “documentos” no Boletim do Arquivo do Paraná, classificados por séculos	123
GRÁFICO 9 – Percentual do tema “documentos” no Boletim do Arquivo do Paraná, classificados por períodos	124

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Capa do Boletim do Arquivo do Paraná	132
FIGURA 2 –	Logomarca do Boletim do Arquivo do Paraná	132
FIGURA 3 –	Coluna <i>Os Troncos dos Pinheirais</i> , publicada no Boletim do Arquivo do Paraná	133
FIGURA 4 –	Editorial do Boletim do Arquivo do Paraná com desenhos paranistas	134
FIGURA 5 –	Texto com desenhos paranistas publicado na <i>Revista Ilustração Paranaense</i> em 1928.	135
FIGURA 6 –	Transcrição e reprodução de documento publicado no Boletim do Arquivo do Paraná	136
FIGURA 7 –	Transcrição e reprodução de documento publicado no Boletim do Arquivo do Paraná	137
FIGURA 8 –	Desenho do projeto do prédio do Arquivo do Paraná, inaugurado em 1978	138
FIGURA 9 –	Material de divulgação do Arquivo Público do Paraná produzido em 2005	139

RESUMO

A dissertação busca compreender como são atribuídos diferentes valores, sentidos e significados aos documentos arquivísticos de uma instituição pública e, especialmente, de que forma tais representações influenciam na formação dos acervos documentais dos arquivos permanentes. Estudou-se uma instituição específica, o Arquivo Público do Paraná, analisando-se, especialmente, os discursos sobre os documentos divulgados a partir do Boletim do Arquivo do Paraná, publicação que circulou no período de 1976 a 1989. Considerou-se que na definição dos acervos de arquivos, além dos conhecimentos técnicos e científicos elaborados pela teoria arquivística, outros valores interferem nas escolhas do que deve ser preservado e tendem a ser até mesmo sobrepostos às características instrumentais e informacionais dos documentos. Identificou-se assim uma configuração que transforma o documento em um objeto simbólico e que, a partir do valor de rememoração, tende a sacralizar aqueles documentos definidos como “históricos”.

PALAVRAS CHAVE: arquivos — documentos — história — memória.

ABSTRACT

This thesis aims to understand as different values, sense and meanings are attributed to archival documents of a public institution and, in special way, how such representations influence in a formation of historical archives holding. From the problematic related with the values attributed to archival documents, it develops a study in a particularity institution, the “Arquivo Público do Paraná”, analyzing especially the discourse about these documents in a publication, the “Boletim do Arquivo do Paraná”, that was published from 1976 to 1989. It considered that the archival holdings definition and, besides the technician and scientific knowledge produced by the archival theory, another values interfere in the choice of what must be preserved or not, and generally it tends to be over blasted to the instrumental and information characteristics of the archival documents. A configuration that transforms the document in a symbol object is identified, and so, how much remembrance turn these documents into a sacred objects called “historic”.

KEY-WORDS: archives — documents — history — memory.

INTRODUÇÃO

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência, em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo, deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. Marc Bloch (Apologia da História)

As inquietações em relação a algum objeto de estudo usualmente são as motivações para elaborar a problemática de uma pesquisa. Minhas experiências pessoais e profissionais vivenciadas em museus e posteriormente na área de preservação de acervos arquivísticos conduziram a um estranhamento sobre a relação que as pessoas mantêm com os objetos antigos. Difícil ignorar os silêncios respeitosos, os olhares de admiração, as interjeições e exclamações de emoção diante de um documento ou objeto com marcas de antigüidade. Características como a cor amarelada, um cheiro característico, tintas esmaecidas, rasgos e bordas desgastadas, que sob o ponto de vista da preservação indicam sinais de uma progressiva deterioração, parecem ter o poder de desencadear profundas comoções, e até mesmo, mobilizar ações no sentido de proteger e venerar tais documentos. Após os documentos entrarem nos arquivos, independente de como e porque ali chegaram, eles parecem adquirir uma aura que os diferencia dos demais documentos. Colocar questões muito objetivas sobre o valor do seu conteúdo, interesse para a consulta, pesquisa e validade dos investimentos para sua preservação podem soar como verdadeiras heresias. Nesse sentido, a motivação da pesquisa foi, a partir de tais reações e emoções, entender de que forma estabelecem-se valores que definem os acervos arquivísticos que são preservados.

Em teoria a formação de acervos, tanto em museus, como em arquivos, bibliotecas ou centros de documentação, resulta da aplicação de um conhecimento técnico específico. Não se pode, no entanto, ignorar que outros critérios estão constantemente presentes. Em que pese cada uma dessas instituições tenha os seus critérios próprios forjados na construção epistemológica de suas respectivas ciências — arquivologia, biblioteconomia e museologia —, é preciso também

observar as determinações sociais e históricas que interferem no processo de construção dos seus respectivos acervos.

Uma percepção dos arquivos como algo “naturalmente” dado parece ser freqüente, ignorando-se que tais acervos sempre resultam de escolhas. Na pesquisa buscou-se explicitar tais escolhas, “desnaturalizando” o processo de formação dos acervos documentais definidos como históricos. Explicitar as escolhas que são feitas, sejam a partir de determinados conhecimentos técnicos ou de outros critérios, nem sempre tão evidentes mesmo para os agentes sociais envolvidos no processo de seleção e preservação de acervos, pode lançar luzes sobre a diversidade de significados que os acervos culturais podem assumir. Considera-se assim que a importância do presente estudo é questionar os critérios e valores que interferem na formação dos acervos arquivísticos, especialmente dos arquivos permanentes¹, também chamados de “arquivos históricos”.

Na área dos arquivos, de acordo com a teoria arquivística, a formação dos acervos permanentes deve ser o resultado da aplicação do conceito de ciclo vital dos documentos. Tal conceito prevê que, após serem cumpridas as finalidades para as quais os documentos foram criados, sejam eles funcionais, administrativos, legais ou de prova, parte deles seja preservado devido seu interesse para fins de pesquisa científica, social, cultural e histórica.

No Brasil, no entanto, em decorrência da falta de implementação efetiva de políticas arquivísticas, considerando-se ainda as conhecidas limitações de recursos humanos, materiais e tecnológicos, os arquivos públicos² tendem a recolher documentos de forma bastante desorganizada e com critérios pouco claros. Tal situação transparece nas reclamações de pesquisadores sobre as dificuldades de acesso aos arquivos, que não raramente guardam acervos formados por grupos documentais incompletos, parciais e fragmentados.

¹ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o “arquivo permanente”, também chamado “arquivo histórico”, é o conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor. (ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 34)

² Arquivo público é o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas atividades específicas administrativas, judiciárias ou legislativas. Ou ainda, instituição arquivística franqueada ao público. (PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e prática**. 3.ed. amp. rev. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 24)

Ao analisar os usos e desusos da informação governamental no Brasil, JARDIM afirma que os arquivos públicos latino-americanos institucionalizaram-se como resultado do processo de independência, associado à formação de estados modernos na região e, que sob esta perspectiva, enquanto arquivos históricos foram considerados repositórios da identidade nacional emergente. No entanto, no Brasil, o Arquivo Nacional, assim como os demais arquivos públicos, assumiram uma posição coadjuvante na construção da memória nacional. Tais arquivos tampouco conseguiram definir uma atuação protagonista a partir da sua função instrumental. Segundo esse autor, isto implicou no desenvolvimento de instituições e serviços arquivísticos “periferizados” na administração pública, incapazes de fornecer informações suficientes, em níveis quantitativo e qualitativo, ao próprio aparelho de estado, à pesquisa científica e tecnológica e à sociedade civil.³ Ainda de acordo com este arquivista,

De maneira geral, as instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam características comuns no que se refere à sua atuação. Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de “valor histórico” (presumivelmente documentos permanentes), ignorando a gestão dos documentos correntes e intermediários produzidos pela administração pública.⁴

Se por um lado os princípios arquivísticos, tais como a gestão de documentos⁵, ainda não são efetivamente aplicados nos arquivos brasileiros, por outro existem escolhas e determinações que, mesmo não sendo explícitas, interferem na formação dos acervos. O presente estudo tem como objetivo analisar as representações que os documentos assumem dentro da instituição arquivo para os distintos agentes sociais que ali atuam. Trata-se de compreender como são atribuídos diferentes valores, sentidos e significados aos documentos arquivísticos de uma instituição pública e, especialmente, de que forma tais representações acabam por influenciar na formação dos acervos documentais permanentes.

³ JARDIM, José Maria. **Transparências e Opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999. p. 22.

⁴ Ibid. p. 22.

⁵ Gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também é chamado administração de documentos. (ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 100)

A problemática da pesquisa centra-se nas atribuições de valores aos documentos, particularmente daqueles relacionados com a história e com a memória. A hipótese que norteou a pesquisa considerou que existem valores que tendem a ser sobrepostos às características instrumentais e informacionais do documento arquivístico, definindo-se outras conotações que transformam o documento em um objeto simbólico.

Tal abordagem se aproxima de algumas análises que identificam nas sociedades contemporâneas uma relação de culto e de sacralização daqueles objetos definidos como patrimônio histórico. Nesse sentido uma obra a ser referida é *A alegoria do patrimônio* de Françoise CHOAY, que analisou a transformação da noção de patrimônio desde a Antigüidade até os dias atuais. Essa autora, ao resgatar o processo histórico de formação da noção de patrimônio identificou nas sociedades contemporâneas um verdadeiro culto patrimonial, a partir do qual ela verifica uma síndrome narcisista, onde “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem”.⁶

Um segundo trabalho a ser destacado é a tese intitulada *Os rituais do tombamento e escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*, de Márcia KERSTEN, que realizou uma etnografia do tombamento, recuperando a invenção do patrimônio paranaense e identificando quem foram os agentes sociais que tiveram autoridade para definir quais os bens culturais seriam sacralizados.⁷

Nesses dois trabalhos as autoras utilizaram os conceitos propostos por Aloïs RIEGL no texto intitulado *El culto moderno a los monumentos*. Ao tratar os monumentos como um objeto social e filosófico, RIEGL foi pioneiro na identificação dos sentidos que a sociedade moderna atribui aos monumentos históricos.⁸ Os

⁶ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 240.

⁷ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

⁸ RIEGL estabeleceu as noções de valores sobre os monumentos modernos no texto “*El culto moderno a los monumentos*”, publicado em 1903. Os conceitos por ele elaborados quando assumiu a presidência da Comissão de Monumentos Históricos na Áustria e as suas reflexões sobre os valores histórico e artístico dos monumentos são consideradas válidas ainda hoje. RIEGL examina as noções de patrimônio artístico e histórico, atribuindo ao primeiro, que para ele também é histórico, um “valor de contemporaneidade”. Sobre os monumentos históricos, Riegl distingue-os em intencionais e não intencionais, associando ambos a um “valor rememorativo” (RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1999, p. 28, 29).

valores de rememoração, que ele divide em “histórico” e de “antiguidade”, são válidos ainda hoje e foram fundamentais para nortear a análise.

Para tratar da problemática relacionada com os valores atribuídos aos documentos arquivísticos, optou-se em estudar uma instituição específica, o Arquivo Público do Paraná⁹, analisando-se especialmente os discursos sobre os documentos divulgados a partir de uma publicação — o Boletim do Arquivo do Paraná — BAP, que circulou no período de 1976 a 1989.

Nesse período ocorreram mudanças significativas no Arquivo Público do Paraná, tais como a construção de um edifício próprio para abrigar o seu acervo e as alterações na sua estrutura administrativa que atualizaram e ao mesmo tempo reafirmaram as funções da instituição, especialmente aquelas relacionadas com a história e a memória. Nesse processo dinâmico de redefinições a instituição Arquivo Público do Paraná se modificou, acompanhando sob alguns aspectos as discussões arquivísticas que ocorreram no Brasil, porém, reafirmando conceitos e idéias sobre o documento como sendo primordialmente fonte para a história. Neste intervalo de tempo os agentes sociais que interagiram junto ao Arquivo Público do Paraná traçaram estratégias e fizeram as escolhas possíveis dentro do contexto de influência política e administrativa do próprio Estado, ou ainda, dentro de um contexto social mais amplo relacionado com as propostas de abordagem e tratamento dos documentos, da memória e da história.

É preciso ainda esclarecer que na pesquisa utilizou-se de conceitos de duas áreas, a História e a Arquivologia. As duas disciplinas, que possuem seus métodos, objetos e interesses específicos, se tangenciam na questão do documento, ou em termos mais amplos, no espaço dos arquivos.

No âmbito da pesquisa, considerou-se fundamental levar em conta as noções utilizadas pela Arquivologia, a qual entende que os documentos arquivísticos

⁹ Ao longo do tempo o Arquivo ocupou diferentes posições na estrutura administrativa do Estado e recebeu várias denominações. Por uma simples questão de clareza do texto optou-se em utilizar sempre o nome de Arquivo Público do Paraná. Sobre essas mudanças ao longo do tempo, ver: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1853-1947)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2000, p. 61, 62, 69, 71, 74, 75, 76, 77, 80, 81. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1948-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2002, p. 40, 99, 103, 143.

possuem não apenas um valor histórico, como também atributos funcionais, no sentido de que o documento é produzido e tem a finalidade primeira de servir de informação e de prova para a administração que o produziu. Ao discutir o valor histórico dos documentos, CAMARGO aponta o caráter instrumental do documento de arquivo, o qual “tem como traço característico o fato de ser produzido de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história”.¹⁰ Como bem afirma essa historiadora, tanto os fatos como os documentos somente adquirem o *status* de históricos a partir de um gesto de interpretação. Trata-se, portanto, de uma atribuição de sentido que ocorre a *posteriori*.

Buscou-se enfim de explicitar o processo pelo qual os documentos arquivísticos, para além dos seus atributos funcionais, são transformados em um “objeto simbólico”, criando-se uma configuração a partir da qual os agentes sociais conferem autoridade sobre o que deve ser ou não lembrado, rememorado, comemorado. Considera-se assim que existe um processo de sacralização dos documentos, que determina maior importância e valorização e preservação dos documentos em si do que às informações contidas neles. Processo no qual as escolhas realizadas isola os documentos mais do que o contextualizam, num jogo de luz e sombra sobre o passado que serve aos interesses históricos de cada presente.

Nesse sentido o documento arquivístico é analisado como um objeto cultural e o presente estudo insere-se no âmbito da história cultural sob o ponto de vista de CHARTIER, para quem esse campo da história tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.¹¹

¹⁰ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. In: **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, 2003, p. 11.

¹¹ Foram então consideradas as noções complementares de “apropriações”, “práticas” e “representações” proposta por CHARTIER. Segundo esse historiador a “apropriação” tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido é reconhecer que as inteligências não são desencarnadas e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 16-17, 26-27.

Ademais desse entendimento do documento como um objeto cultural, é preciso expor algumas considerações que nortearam a análise do arquivo como espaço social, centrando-se em três abordagens: o arquivo como *lugar de memória*, o arquivo como *lugar de informação* e o arquivo como *lugar de escrita do estado*.

A noção de *lugar de memória* foi delineada por Pierre NORA no conhecido texto intitulado *Entre memória e história – a problemática dos lugares*¹², no qual o historiador, a partir de uma percepção de aceleração da história e de ruptura com o passado, identifica o fim da história-memória. De acordo com esse historiador fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. Só existem locais de memória, onde ela se cristaliza e se refugia, porque não há mais meios de memória. NORA associa esse rompimento com a sociedade industrial e com os fenômenos da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Segundo ele, prevalecem as memórias individuais que se cristalizam em *lugares*, os quais são eletivamente constituídos pelos grupos sociais e adquirem uma forte conotação simbólica. Para ele os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não mais existe uma memória espontânea e, diante desta sensação, coloca-se a necessidade de realizar operações não naturais como criar arquivos, comemorar aniversários, organizar celebrações e outras manifestações do gênero.¹³

Mesmo tendo em conta a crítica de que NORA utiliza argumentos saudosistas em relação à perda de uma determinada memória característica das sociedades pré-industriais¹⁴, considerou-se importante para os fins da presente pesquisa aproximar o espaço do arquivo à noção de *lugar de memória*, que ele sintetiza da seguinte forma: “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra: **material, simbólico e funcional**, simultaneamente, somente em graus diversos.”¹⁵
[sem grifo no original]

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez., 1993, p. 7-28.

¹³ Ibid., p. 21.

¹⁴ MENESES, por exemplo, ao referir-se ao conceito de *lugares de memória*, diz que Pierre Nora se utiliza de um tom um tanto passadista e identifica o ressentimento com que o historiador “ignora ou desqualifica novas formas possíveis de sociabilidade e, portanto, de memória vivida fora dos parâmetros vigentes nas estruturas de comunidade e nas sociedades de comunicação oral”. (MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.). **Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999. p. 15-16.

¹⁵ NORA, op. cit., p. 21.

Ao mesmo tempo em que se identifica a instituição arquivo como *lugar de memória*, extrapola-se essa noção e, a partir dos paradigmas que têm influenciado historicamente, entende-se o arquivo também como *lugar de informação*. Como bem observa JARDIM, ainda predomina no pensamento e práticas arquivísticas a associação imediata entre arquivos e memória. Nestes casos, com muita frequência, privilegia-se a noção de memória como um dado “arqueologizável”. JARDIM argumenta que a memória é sem dúvida uma dimensão inerente ao campo arquivístico. No entanto os arquivos não são apenas lugares de memória.

A memória no espaço arquivístico só é ativada, porém, se em tais **lugares de memória** forem gerenciados **lugares de informação**, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. Se a memória não é neutra, muito menos a informação. É enquanto lugares de informação — espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional — que os arquivos se configuram hoje, provocando redimensionamento na arquivologia.¹⁶

Abordou-se, por fim, o Arquivo Público do Paraná como *lugar de escrita do estado*, uma vez que desde a sua criação, a instituição esteve vinculada ao poder executivo, primeiro da Província e depois do Estado do Paraná. Entende-se que tal ligação não pode ser ignorada, pois é fundamental na definição das atribuições e competências do Arquivo, sendo também determinante em relação ao tipo de documento que a instituição guarda e preserva.

Considerando que os documentos arquivísticos refletem as ações administrativas do estado, os acervos ali guardados constituem-se em uma “memória institucional” significativa justamente por causa de ações totalizadoras do estado na sociedade. Nesse sentido CAMARGO, ao analisar a importância dos arquivos para a reconstituição das realidades do passado, afirma que

(...) essa importância é tanto maior quanto mais amplo, profundo e duradouro é o grau de intervenção da instituição no âmbito da sociedade (como ocorre com as Câmaras Municipais, as Prefeituras, os Tribunais de Justiça etc.), fazendo com que o arquivo seja

¹⁶ JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, 1998. p. 3. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=657&article=344&mode=pdf>>. Acesso em: 24 out. 2005.

capaz de espelhar não apenas o modo como funcionou, mas também, por extensão, as realidades com as quais, de um modo ou de outro, se envolveu.¹⁷

Converge assim com a proposição de Pierre BOURDIEU, que ao analisar a gênese e estrutura do campo burocrático, inclui os arquivos em uma das operações de totalização realizadas pelo estado.

O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma *unificação teórica*. Situando-se do ponto de vista do Todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de *totalização*, especialmente pelo recenseamento e pela *estatística* ou pela contabilidade nacional, pela *objetivação*, por meio da cartografia, representação unitária, do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, com os arquivos) e de *codificação* como unificação cognitiva que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados.¹⁸

A partir dessas mesmas perspectivas teóricas JARDIM postula que os arquivos constituem-se, do ponto de vista institucional, em mecanismos de legitimação do estado e são, simultaneamente, agências do poder simbólico, com caráter classificatório, explícito ou implícito, em suas práticas.¹⁹

Entender o arquivo como o *lugar de escrita do estado* não implica, no entanto, em ignorar a situação no Brasil, na qual os arquivos públicos ocupam uma posição periférica em relação ao próprio estado e à sociedade, o que pode ser facilmente verificado pelas condições precárias em que são mantidos. Tampouco significa concordar em caracterizar o arquivo como um aparato ideológico de poder associado a um estado abstrato e desencarnado, ou ainda, como o local que guarda e preserva uma suposta “memória oficial”.

Ao contrário, analisa-se o Arquivo como um espaço de tensões e conflitos onde diferentes agentes sociais travam uma luta simbólica, competindo pelo

¹⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. In: **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 12.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2004. p. 105.

¹⁹ JARDIM, José Maria. **Transparências e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999, p. 46-47.

monopólio da autoridade aceita como legítima para definir os valores dos documentos e da informação.²⁰

Analisar a atuação dos agentes sociais que interagem no espaço social dos arquivos implica, desde logo, em desmistificar a idéia de que eles atuam desinteressadamente. Ao contrário, devem-se considerar os seus interesses específicos, quaisquer que sejam eles. Tomou-se em consideração que alguns agentes sociais, dependendo dos seus interesses e posições sociais, se apropriam de forma diferenciada da própria instituição e dos documentos, utilizam práticas de preservação e organização do acervo arquivístico distintas e até contraditórias, cada grupo buscando estabelecer e impor a sua autoridade específica.

A partir da noção do arquivo como um campo de lutas simbólicas, permeado de conflitos e contradições, buscou-se repensar práticas, representações e apropriações em relação aos documentos e lançar novos olhares sobre algumas motivações que interferem na formação dos acervos arquivísticos.

Considerou-se que a série de Boletins do Arquivo do Paraná, que serviu como fonte para analisar os discursos elaborados sobre os documentos, constituía-se em veículo privilegiado de divulgação de idéias, conceitos e propostas relacionados com a própria instituição, com os documentos, com a história e com a memória. Buscou-se analisar nos discursos elaborados em tais publicações quais foram as estratégias e apropriações utilizadas pelos agentes sociais empenhados na construção de determinadas representações da instituição e dos documentos.

Em termos metodológicos, para realizar a análise dos conteúdos do Boletim do Arquivo do Paraná, buscou-se organizar as informações ali existentes. Eles são formados pelas seguintes partes: capa, índice, editorial, transcrição e/ou reprodução de documentos, artigos, citações, lista dos pesquisadores que freqüentam a sala de consulta. Os artigos constituem-se de pequenos textos elaborados a partir da compilação de informações de vários documentos (em geral pertencentes ao Arquivo Público do Paraná), elaborados pela equipe editorial ou pelos diretores do Arquivo, transcrição integral ou de parte de textos publicados em outras obras,

²⁰ JARDIM, ao focalizar o estado brasileiro enquanto campo informacional, detendo-se especialmente nas condições de produção e disseminação da informação arquivística, identifica um quadro de opacidade informacional que tem por conseqüência beneficiar e favorecer a reprodução e ampliação do Estado por classes ou frações de classe dominante. *Ibid*, p. 21.

transcrição de notícias, informativos de eventos. Buscando esmiuçar o Boletim, optou-se em classificar cada item textual pelo tema a que estava relacionado. Por item textual entendeu-se cada componente do Boletim que apresentasse uma unidade, independente do seu tamanho, como por exemplo, uma citação de uma linha ou um texto de várias páginas. No total foram identificados 1147 itens, os quais, para fins de análise, foram classificados nos seguintes temas: “boletim”, “instituição”, “arquivos”, “memória e patrimônio”, “história”, “documentos” e “humor”.²¹

A separação de tais temas foi realizada apenas com a finalidade de melhor entender os assuntos abordados e aprofundar a análise dos Boletins. No entanto, buscou-se sempre considerar a relação que essas unidades mantinham entre si. Após a classificação os dados identificados foram organizados em tabelas e gráficos e, a partir desse procedimento, foi possível visualizar a importância dos assuntos e como eles se alteraram ao longo dos anos. Posteriormente ao tratamento estatístico foram selecionados alguns textos, enfocando-se os discursos de alguns agentes sociais considerados mais significativos.

Ao proceder a análise dos Boletins do Arquivo do Paraná como um discurso foi preciso relacionar texto e contexto²², buscando-se identificar quem eram os agentes do discurso, de onde estavam falando, quais eram as autoridades e os argumentos utilizados. Dentre os vários agentes sociais envolvidos na produção do Boletim do Arquivo do Paraná, optou-se em analisar especialmente os discursos proferidos pelos diretores da instituição. Afinal, são esses os agentes sociais autorizados a falar publicamente em nome da instituição e que possuem a “autoridade” que o próprio cargo lhes confere. Diante do papel que desempenhou a

²¹ O tema classificado como “humor” foi identificado em apenas três números do boletim. Considerando o total de 25 exemplares, ocupou em média apenas 0,3% (0,15 folhas). Trata-se de uma seção intitulada “Relax” onde constavam curiosidades, frases e piadas relacionadas com história ou arquivos. Apesar de ter sido quantificado, considerou-se ser um tema pouco relevante para a pesquisa, sendo então desconsiderado na análise. Também foi encontrado um número pequeno de tópicos que fugiam completamente aos temas estabelecidos. Optou-se em criar uma categoria de “não classificados”, que constituíram em média 1,4% do total do espaço do Boletim.

²² CARDOSO e VAINFAS afirmam a necessidade de relacionar texto e contexto, o que significa buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extra-textuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Ou seja, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social. (CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 378)

frente do Arquivo Público do Paraná, especial atenção foi dada aos textos assinados por Mbá de Ferrante.²³

Foram identificados dois momentos no período em que o Boletim foi publicado. Do número zero ao número dezenove sobressai a forte influência do diretor Mbá de Ferrante, que prioriza a divulgação do acervo da instituição e enfatiza os documentos do arquivo permanente. Após a aposentadoria de Mbá de Ferrante em 1987 foram publicados mais seis números, os quais, sob o comando de dois outros diretores do Arquivo, apresentaram poucas alterações no formato e algumas mudanças no conteúdo.²⁴ Nesta segunda fase observaram-se modificações na ênfase dada ao acervo da própria instituição, havendo diminuição significativa da transcrição e reprodução de documentos do Arquivo. Tornou-se mais freqüente a publicação ou referências a documentos de outras instituições, a partir dos quais são criados textos maiores, diferenciando-se da fase anterior onde o documento em si era ressaltado.

No último número uma nota indicava mudanças em relação à linha editorial, abrindo-se mais espaço para a publicação de textos de colaboradores externos.²⁵ Tais alterações não se concretizaram porque a publicação do Boletim foi interrompida após o incêndio que destruiu a sede do Arquivo que havia sido inaugurada em 1978.

A dissertação foi organizada em quatro partes. A abordagem considerando os princípios da arquivologia justifica a elaboração da primeira parte do primeiro capítulo, no qual se buscou estabelecer as especificidades do documento de arquivo, e ainda pontuar algumas questões relacionadas com a trajetória dos arquivos e da disciplina de Arquivologia. Na segunda parte desse capítulo, visando explicitar as diferenças de concepções, incluíram-se discussões sobre a noção de documento para os historiadores. As constantes referências sobre história e

²³ Mbá de Ferrante ingressou no Arquivo Público do Paraná em 1938. Em 1956 assumiu a direção da instituição, ocupando esse cargo durante 30 anos. Aposentou-se em março de 1987 e no ano seguinte, no dia 14 de novembro, faleceu.

²⁴ Os números 20 a 24 foram publicados sob a direção de Francisco Brito Lacerda e o número 25 pelo diretor Gilberto Serpa Griebeler.

²⁵ Na nota constava o seguinte: "A partir desta edição, o BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ passa a ser distribuído com periodização não estipulada. Passa também, a aceitar contribuições literárias que tratem de assuntos ligados ao Paraná e a sua história, Arquivística e temas afins." (BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 25, 1989, p. 30)

memória na atribuição de valores aos documentos exigiram a elaboração da terceira parte, que discute as aproximações e diferenças entre uma e outra.

No segundo capítulo analisam-se algumas questões da trajetória do Arquivo Público do Paraná. Um recuo e um avanço temporal — maior do que aquele estabelecido no recorte cronológico — foi necessário para entender como a instituição se modifica, assumindo diferentes características ao longo do tempo. A recorrência dos discursos sobre a fundação da instituição no distante ano de 1855 e a utilização dessa data para caracterizar o Arquivo Público do Paraná como *lugar de memória* exigiu considerar tal temporalidade tão recuada. Por outro lado, considerou-se necessário ultrapassar os anos 1980 e incluir as mudanças posteriores ao recorte cronológico inicialmente colocado para entender como a instituição se modificou no tempo e, acompanhando a mudança de paradigmas na área de arquivologia, como tendeu sob alguns aspectos a redefinir seu papel, buscando firmar-se a partir da década de 1990 também como um *lugar de informação*. Ao analisar tal trajetória buscou-se não perder de vista em nenhum momento o papel da instituição como *lugar de escrita do estado*.

Após considerar o contexto mais amplo da trajetória do Arquivo como *lugar de memória*, *lugar de informação* e *lugar de escrita do estado*, a análise foi direcionada especificamente para os discursos sobre os documentos enunciados no Boletim do Arquivo do Paraná. No terceiro capítulo primeiramente foi feita uma análise do próprio Boletim, apresentando-se dados estatísticos sobre os temas e questões abordados na publicação. Em seguida centra-se a análise no processo de sacralização dos documentos históricos a partir da atribuição de valores e de sentido aos documentos. Tais valores, que como se verificará, estão relacionados principalmente com a rememoração.

1 ARQUIVOS E DOCUMENTOS, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Se perguntássemos a um homem comum da rua por que razão os governos criam os arquivos, ele por certo nos interrogaria: — Que vem a ser arquivo? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição dessa natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, tratar-se de mais um exemplo das extravagâncias dos governos. Quanto ao material do arquivo, faria esta pergunta final: — Porque não queimar essa papelada?

Visto ser esse conceito popular em relação ao arquivo encontrado em todos os países é de se admirar que eles existam, instituídos com fundos públicos. Deve, portanto, ter havido outras razões que não a solicitação popular para a sua criação. Theodore Roosevelt Schelleberg (*Arquivos modernos: princípios e técnicas*)

1.1 Para que servem os arquivos

Em busca das razões que levaram à instituição de arquivos públicos, o arquivista SCHELLEMBERG analisa a situação histórica que conduziu a França, a Inglaterra e os Estados Unidos criar seus arquivos. E conclui que a primeira razão, segundo ele a mais importante, foi a necessidade prática de incrementar a eficiência governamental. A segunda foi de ordem cultural porquanto os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. A terceira razão foi de interesse pessoal pois os documentos oficiais definem as relações do governo para com os governados. Nas suas palavras: “São a derradeira prova de todos os direitos e privilégios civis permanentes e a prova que se originam ou se ligam às relações do cidadão para com o governo.” E, a quarta razão foi de ordem oficial, pois mesmo os documentos mais antigos são necessários às atividades do governo porque refletem sua origem e crescimento, sendo a principal fonte de informação de todas as suas atividades.¹

Na literatura arquivística alguns autores ressaltam que ainda falta elaborar estudos históricos mais completos sobre o desenvolvimento dos arquivos e da disciplina da Arquivologia. No entanto, em geral coloca-se o arquivo como instituição que resultou de saberes e práticas milenares de ordenação dos documentos, sendo possível identificá-los desde as civilizações mais antigas. Na obra *Arquivística: teoria*

¹ SCHELLEMBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974, p. 25-33.

e *prática de uma ciência em formação*² recentemente publicada, por exemplo, são identificados fatos e acontecimentos históricos relacionados às práticas arquivísticas que remontam às antigas civilizações do Oriente Médio, associando os primeiros arquivos com o surgimento da escrita. Os autores, mesmo estabelecendo as diferenças de cada época, acabam por traçar uma linearidade temporal que identifica as práticas arquivísticas desde as civilizações pré-clássicas, grega, romana, medieval e moderna, até chegar às práticas contemporâneas. Sobre esse minucioso histórico elaborado por arquivistas portugueses, FONSECA destaca que tal estudo permite identificar a estreita relação, estabelecida desde seus primórdios, entre o conhecimento arquivístico, a administração e o governo.³

Ao analisar a instituição arquivo e as suas funções nas diferentes civilizações, GAGNON-ARGUIN considera que é difícil aplicar conceitos modernos como “arquivos”, “arquivistas” e “arquivística” para tempos remotos. No entanto ela ressalta que os documentos administrativos fazem parte de todas as épocas, sendo sua função reger as relações entre os governos, as organizações e as pessoas. Segundo a autora, “ao longo das épocas e dos regimes os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para utilização futura”.⁴

O historiador GLÉNISSON, ao discorrer sobre as fontes documentais escritas e não escritas, quando se refere especificamente aos documentos administrativos, mostra que a sua proliferação está relacionada com o crescimento dos estados modernos e a consolidação da burocracia. Sobre as razões dessa superabundância, o historiador afirma que,

(...) trata-se inicialmente da invenção da imprensa e da difusão da escrita (...). Trata-se, também, do simples fato de que, tendo adquirido o ‘senso da história’, respeitamos muito mais o documento histórico e procuramos os meios de preservá-los. Além disso, a burocracia triunfante em todos os regimes (...) multiplicou em proporções inimagináveis os papéis conservados nos escritórios pela necessidade prática ou simples espírito de rotina.⁵

² SILVA, Armando Malheiro da, et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação: volume 1**. Porto: Afrontamento, 1999.

³ FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 30.

⁴ GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p. 32.

⁵ GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 146-7.

O desenvolvimento dos arquivos modernos e da disciplina de Arquivologia relaciona-se diretamente com a expansão da produção dos documentos administrativos, pois como analisam os arquivistas ROUSSEAU E COUTURE:

Diversos factores de diferentes ordens levaram à produção dos documentos administrativos que hoje em dia se conhecem. No que se refere aos de ordem política, pensa-se cada vez mais na intervenção generalizada do Estado na vida dos cidadãos e na estruturação do Estado moderno. Relativamente aos de ordem económica e tecnológica, no aumento das actividades financeiras e comerciais e na sua internacionalização que facilitaram o crescimento da produção de documentos através da reprografia, da micrografia e da informática. Por último, a importância atribuída ao escrito é um factor cultural não negligenciável. Em suma, tudo concorre para a produção de documentos, para sua estandarização e para um acréscimo de importância do seu papel nas relações entre as pessoas, as organizações e os governos.⁶

Foi em meados do século XIX que a Arquivologia, assim como a História, desenvolveu-se enquanto disciplina científica. Durante a primeira metade do século XIX o desenvolvimento da escola metódica, que preconizava a verificação documental como método a serviço da análise histórica, contribuiu para que os arquivos adquirissem uma posição instrumental relativamente à paleografia e à diplomática. Até finais do século XIX, a Arquivística manteve um estatuto de ciência auxiliar da História e os arquivos tornaram-se “laboratórios” da história.

Conforme tem sido sublinhado na literatura especializada, o modelo das instituições arquivísticas atuais foi forjado tendo como referência o Arquivo Nacional da França, criado em 1789. O modelo pioneiro criado na França foi posteriormente amplamente reproduzido na Europa e nas Américas, estabelecendo um modelo institucional que permaneceu o mesmo até meados do século XX.⁷ FONSECA sintetiza os três aspectos a partir dos quais se estabeleceu esse modelo, qual seja, a instituição arquivística como órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública nos seus diferentes níveis de organização: 1) uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos; 2) o estado reconhece sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do

⁶ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 38.

⁷ FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 39-40.

passado e aos documentos por ele produzidos; 3) a proclamação e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos.⁸

No entanto, de acordo com FONSECA, a formulação desse princípio de acesso não significou, no período imediatamente posterior à revolução ou ao longo de todo o século XIX e até meados do século XX, uma mudança substantiva em relação ao acesso extensivo aos documentos recolhidos às instituições arquivísticas, tampouco um maior controle da sociedade civil sobre a administração pública. Consolidava-se na época uma visão positivista da história e tornava-se um conceito generalizado a idéia de que os arquivos constituíam a base da pesquisa histórica, de modo que os estados tinham a obrigação de mantê-los acessíveis.⁹

Sobre o papel de apoio à investigação desenvolvido pelos arquivistas do século XIX, os arquivistas ROUSSEAU e COUTURE afirmam que com o advento dos movimentos romântico e nacionalista, bem como com o desenvolvimento de novos métodos históricos, o arquivista abandonou o seu papel de colaborador da administração e voltou-se para a interpretação dos documentos que já possuía.¹⁰

A situação de dependência em relação à História alterou-se no sentido da emancipação progressiva da Arquivologia. A evolução histórica, político administrativa, cultural, sócio-econômica e tecnológica implicou, ainda no início do século XX, em mudanças significativas de paradigma. Ao arquivo histórico foi contraposto o arquivo corrente da administração e a arquivística, de “disciplina auxiliar” do trabalho historiográfico transformou-se em uma disciplina técnica voltada tanto para os problemas teóricos e práticos dos arquivos administrativos quanto para os arquivos denominados permanentes ou históricos.¹¹

A partir do período entre guerras e ainda em decorrência do poderoso impacto das novas tecnologias da chamada “sociedade da informação”, que resultou no crescimento exponencial das “massas documentais acumuladas”, acentuou-se uma vertente mais tecnicista, influenciada especialmente pelas práticas de gestão da informação que se consolidaram nas instituições norte-americanas.

⁸ FONSECA, op. cit., p. 39-40.

⁹ Ibid., p. 40-41.

¹⁰ ROUSSEAU; COUTURE, op. cit., p. 45.

¹¹ SILVA, Armando Malheiro da, et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação: volume 1. Porto: Afrontamento, 1999.

A preocupação com o problema da avaliação e seleção documental surgiu em consequência do aumento considerável da produção de documentos após a Primeira Guerra Mundial. A partir da segunda metade dos anos 40 do século XX a evolução tecnológica determinou uma verdadeira “explosão documental” a qual inicialmente estava relacionada com o aumento da produção dos documentos textuais concernentes à informação científica e técnica produzida por unidades de investigação e centros de documentação e/ou informação. Essa explosão documental, no entanto, não se restringiu à informação técnico-científica e atingiu também as estruturas administrativas e, em particular, as administrações públicas.¹²

Nos primeiros anos do pós-guerra, o campo arquivístico se redefine a partir da intervenção nas seguintes etapas do ciclo documental: produção, utilização, conservação e destinação de documentos. De acordo com JARDIM e FONSECA:

Essas transformações tiveram impacto bastante relevante no perfil das instituições arquivísticas – como também na arquivologia e nos profissionais da área –, inserindo-as profundamente na administração pública, na medida em que não mais se limitavam a receber, preservar e dar acesso aos documentos produzidos pelo Estado, mas, antes, assumem a liderança na execução das políticas públicas relacionadas à gestão de documentos.¹³

Desde os anos de 1980, com a prevalência das novas tecnologias ligadas à informática, acentuaram-se as questões que obrigaram a Arquivologia a rever as suas premissas epistemológicas. Atualmente prefigura-se um novo paradigma voltado para um conhecimento científico dos arquivos, entendendo o arquivo como um sistema de informação e concebendo o método arquivístico como caminho de compreensão, interpretação e explicação do processo de produção da informação e não um mero conjunto de procedimentos técnicos.¹⁴

Ao discorrer sobre as mudanças ocorridas na área de arquivologia na década de 1990, especialmente no Brasil, GONÇALVES aponta um cenário positivo

¹² SILVA, A. M. da, et al., op. cit. p. 129-132.

¹³ JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: Formas e expressões do conhecimento. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 1998. Apud FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 46.

¹⁴ SILVA, A. M. da, et al., op. cit.

resultante dos seguintes fatores: aprovação da Lei 8159 dos Arquivos em 1991¹⁵; a criação do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ que passou a atuar em meados dos anos 1990 propondo diretrizes, normas e procedimentos; aumento no número de cursos de graduação em Arquivologia distribuindo-se por mais unidades da federação, alterando-se assim o perfil intelectual da área, antes concentrada em instituições arquivísticas especialmente dedicadas a conjuntos documentais arquivísticos; a perda da exclusividade da Associação dos Arquivistas Brasileiros diante do surgimento de várias outras associações regionais autônomas.

GONÇALVES ressalta que teve força nesse período a intenção de descolar a Arquivística (ou Arquivologia), enquanto campo disciplinar, tanto da Biblioteconomia quanto da História, apagando-se a concepção de que fosse uma das ‘ciências auxiliares’ desta última, o que frequentemente se traduziu em tensões e disputas acirradas entre profissionais de distintas formações que atuavam e atuam na área de arquivos. Ela identifica também que paralelamente as transformações provocadas pela intensa disseminação de novas tecnologias da informação e de comunicação, em nível mundial, trouxeram para a área arquivística forte preocupação com a informatização dos procedimentos técnicos de tratamento da documentação e com os desafios gerados pelo universo digital.¹⁶ GONÇALVES afirma ainda:

Em termos mundiais, *grosso modo*, a década de 1990 pode ser considerada um momento de crise do campo arquivístico e, sintomaticamente, a literatura da área, nos vários países, passa a abrigar o questionamento de seus princípios fundamentais, tidos como anacrônicos. Para alguns autores anunciava-se a transição de uma era de documentação arquivística maciçamente (embora não exclusivamente) produzida em papel para uma era digital, com o predomínio de documentos gerados diretamente (e mantidos) em meio eletrônico. Viveríamos uma transição de paradigmas: do paradigma “custodial”, característico de uma Arquivística preocupada com “documentos”, para um paradigma “pós-custodial”, próprio de um momento em que importam, sobretudo, as “informações” que passam a migrar livremente de um suporte a outro.¹⁷

¹⁵ BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível no endereço <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis/downl.htm>. Acesso em 20 mar.2007.

¹⁶ GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. 444 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 131-132.

¹⁷ Ibid, p. 132-133.

Neste contexto, a disciplina da arquivologia e os arquivos, na sua busca de definição de uma área autônoma de conhecimento, encontram-se assim diante de um amplo processo de mudanças.

1.2 Os documentos sob o ponto de vista dos arquivistas

Atualmente a tendência é o entendimento de que documento é todo registro de uma informação, independentemente da natureza do suporte que a contém. Documento é um termo polissêmico que não pode ser separado de outro conceito com as mesmas características: a informação¹⁸. De acordo com BELLOTTO documento é:

qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.¹⁹

Considera-se, no entanto, que o documento de arquivo diferencia-se dos documentos de outras instituições como bibliotecas, centros de documentação e museus por certas especificidades. BELLOTTO ressalta que é a origem e o emprego do documento que determina o seu uso e destino futuro, definindo os documentos de arquivo como aqueles que

são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua

¹⁸ A discussão sobre o conceito de “informação” é vasta e ampla. Neste momento pretende-se apenas marcar a sua indissociabilidade do conceito de documento. SILVA et al., ao discutir a definição de informação, afirma que prevalecem propostas nas quais a informação deve necessariamente ter uma existência material, e conseqüentemente, terá que ser depositada sobre algo manuseável, ou seja, um suporte físico. É nessa acepção, entendida como sinônimo de dados do conhecimento registrado, que tem sido designada por *informação documental*. Esse autor afirma que a seguinte definição lhe parece a mais adequada e consensual: *Information – an assamble of data in a comprehensible form recorded on paper or some other médium, and capable of communication. (Harrods librarians glossary of terms used in librarianship, documentation and the book crafts and reference book. Compil. By Ray Prytherch. 6th ed. Aldershot: Gower, 1989. p. 381. Apud SILVA et al., 1999, p.24-25)*

¹⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2.ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 35.

apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte.²⁰

CAMARGO afirma que existem alguns traços marcantes do documento de arquivo. Primeiro, a qualidade reflexiva dos arquivos, a qual é determinada pela extrema proximidade que os documentos mantêm com a ação da qual se originou, a ponto de pretender substituí-la, de funcionar como seu equivalente. “O documento de arquivo é a exteriorização de uma ação que se faz e refaz por efeito da força probatória que lhe é peculiar. Essa força depende, em larga medida, de dispositivos que acentuam sua capacidade de remissão direta à realidade, a ponto de formar com ela uma aliança indissociável.”²¹

Outra característica fundamental dos documentos de arquivo é a organicidade uma vez que eles não possuem uma vida independente e autônoma, mas são parte de um conjunto cujos elementos mantêm relação orgânica entre si. Sobre a organicidade CAMARGO afirma:

Maior que a soma das partes que o integram, esse organismo é que lhe empresta autenticidade. Por isso se pode dizer que os documentos carregam consigo obrigatoriamente, a cunha da instituição que os produziu. Nenhum deles, com efeito, pode ser compreendido ou interpretado sem que se conheçam as razões porque foi produzido ou as condições de que se originou. (...) O estatuto probatório dos documentos de arquivo depende, portanto, de sua natureza contextual, que deve ser preservada a todo custo sob pena de fazê-los perder a capacidade de refletir a instituição de origem.²²

A questão da necessária manutenção da organicidade do documento arquivístico está relacionada com um dos princípios fundamentais da disciplina da Arquivologia: o princípio da proveniência ou respeito aos fundos, o qual recomenda manter agrupados os documentos gerados e acumulados por uma instituição, órgão ou pessoa, ao longo do desempenho de suas funções e atividades. A formalização do conceito de “fundo” foi enunciado pelo arquivista e historiador Natalis de Wailly em 1841. Esse preceito, que desde então ficou conhecido como o “princípio do respeito pelos fundos”, surgiu em resposta à situação dos arquivos na França que, em decorrência de uma política de incorporação em massa e a subsequente reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas então vigentes,

²⁰ Ibid., p. 36.

²¹ CAMARGO, op. cit., p. 11.

²² Ibid., p. 12.

criavam uma situação de total falta de controle dos documentos sob o ponto de vista arquivístico.²³

A noção de “respeito ao fundo” e a ênfase na organicidade da produção documental são premissas que foram elaboradas ao longo da construção histórica e epistemológica da Arquivologia e constituem-se em paradigmas essenciais da disciplina. Serve, inclusive, para definir os limites da Arquivologia e da instituição arquivo em relação às outras instituições que também se voltam para documentos como os museus, bibliotecas, centros de documentação e suas respectivas disciplinas científicas. Considera-se que em tais instituições, diferentemente dos acervos arquivísticos que são constituídos organicamente, os acervos museológicos ou bibliográficos formam coleções, pois, em geral, são constituídos a partir da “coleta” de materiais — ato voluntário que resulta de interesses específicos.

A noção de fundo continua sendo fundamental nos procedimentos de organização dos arquivos. O fundo é a principal unidade de arranjo tanto para os que optam pelo modo estrutural como o modo funcional, dos arquivos permanentes, sendo o arranjo estrutural constituído dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos ou, no arranjo funcional, de uma fonte geradora de arquivo reunida pela semelhança de suas atividades, mantendo-se sempre o princípio da proveniência.²⁴

No desenvolvimento da Arquivologia e, especialmente em decorrência da necessidade de realizar avaliações e eliminações de massas documentais que são produzidas, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, foram desenvolvidas teorias sobre os valores dos documentos. Segundo SCHELLENBERG, um dos principais teóricos da Arquivologia, os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: os “valores primários” estão relacionados com a própria entidade onde se originam os documentos, e os “valores secundários” com as outras entidades e utilizadores privados.²⁵

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define *valor primário* como valor atribuído aos documentos em função do interesse que possam ter para a

²³ SILVA, A. M. da, et al., op. cit., p. 107.

²⁴ PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e prática**. 3.ed. amp. rev. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 26.

²⁵ SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974. p. 180.

entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. O *valor secundário*, por sua vez, é o valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.²⁶

A partir dessa noção de que os documentos possuem valores primários e secundários desenvolveu-se outro conceito importante da Arquivologia: a teoria das três idades²⁷. O *arquivo de primeira idade ou corrente* é constituído de documentos que ainda estão em tramitação ou são consultados freqüentemente, conservados nos escritórios ou nas repartições que os receberam e os produziram ou em dependências próximas de fácil acesso. O *arquivo de segunda idade ou intermediário* é constituído de documentos que deixaram de ser freqüentemente consultados, mas cujos órgãos que os receberam e os produziram podem ainda solicitá-los. Não há necessidade de serem conservados próximos aos escritórios e a permanência dos documentos nesses arquivos é transitória. O *arquivo de terceira idade*, também definido como *arquivo permanente* é constituído de documentos que perderam o valor administrativo e que se conservam em razão de seu valor histórico, constituindo-se em meio de conhecer o passado e sua evolução.²⁸

Sobre a importância da instituição dos “arquivos intermediários” PAES esclarece que

(...) até a primeira metade do século XX a tradição arquivística clássica considerava apenas duas idades dos arquivos: a administrativa e a histórica. Assim o documento passava diretamente de um a outro estágio, não sendo prevista nenhuma fase de transição. Quando as instituições contavam com espaço, conservavam os seus documentos por longo tempo, muitas vezes sem condições adequadas para a sua preservação; outras, por falta de espaço, recolham precocemente documentos ainda de uso corrente, congestionando o arquivo permanente com documentação ainda necessária à administração.²⁹

²⁶ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., p. 171-172.

²⁷ SILVA et al. afirmam que embora a noção das “três idades” seja um ponto praticamente consensual que já se afirmava desde o século XIX, esse não é absolutamente um fenômeno uniforme nos vários países, havendo várias teorias sobre as idades dos documentos — duas, três ou mesmo quatro idades — e várias posições sobre aquelas que devem ou não ser consideradas como “idades arquivísticas”. (SILVA, A. M. da, et al., op. cit., p. 132-133).

²⁸ PAES, M. L., op. cit., p. 21-22.

²⁹ Ibid., p. 115-116.

A função principal dos arquivos intermediários, ainda de acordo com essa arquivista, consiste em proceder a um arquivamento transitório, isto é, em assegurar a preservação de documentos que não são mais movimentados, utilizados pela administração e que devem ser guardados temporariamente, aguardando pelo cumprimento dos prazos estabelecidos pelas comissões de análise ou, em alguns casos, por um processo de triagem que decidirá pela eliminação ou arquivamento definitivo, para fins de prova ou de pesquisa.³⁰

JARDIM afirma que os documentos que constituem o arquivo permanente têm sua guarda pelas instituições arquivísticas públicas justificada em dois aspectos: de um lado, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direito dos cidadãos. Ele complementa ainda que “com freqüência estas práticas buscam legitimar-se no discurso da preservação do patrimônio histórico e democratização da **memória nacional**.”³¹ [grifo do autor]

Em teoria a transferência dos documentos dos arquivos correntes para os arquivos intermediários e o recolhimento dos documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente deveriam ser balizados por tabelas de temporalidade³² e práticas de gestão de documentos. JARDIM esclarece que, sobretudo a partir dos anos 50, a literatura e a prática arquivística destacam a importância da avaliação e seleção de documentos. Esta avaliação, cujos elementos teóricos e metodológicos fundamentais são partilhados pela comunidade profissional arquivística internacional, teria objetivos aparentemente muito simples: identificar o valor dos documentos de maneira a estabelecer prazos de retenção nas fases corrente e intermediária, definindo assim as possibilidades de eliminação, microfilmagem e recolhimento aos arquivos permanentes.³³

³⁰ Ibid., p. 116.

³¹ JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995, p. 3. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/rst/viewarticle.php?id=480>>. Acesso: em: 24 out. 2005.

³² Tabela de temporalidade é o instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, op. cit., p. 159).

³³ JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995, p. 6. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/rst/viewarticle.php?id=480>>. Acesso: em: 24 out. 2005.

Tal abordagem que se volta para a informação e propõe a racionalização da produção de documentos, preservando-se ao final de apenas uma parte do todo que foi produzido, faz parte de um recente redimensionamento epistemológico da arquivologia. A chamada “gestão de documentos”, que só recentemente vem sendo realizada pelos arquivos, é considerada fundamental para que eles cumpram efetivamente suas funções.

1.3 Os documentos sob o ponto de vista do historiador

Os documentos há muito se constituem em questão importante para o historiador. Basta lembrar a consagrada frase que constava no manual de Langlois e Seignobos, publicado em 1897: “*Pas de document, pas d’Histoire*”. O final do século XIX, tempos iniciais de afirmação da profissão do historiador, foi marcado pelas premissas científicas estabelecidas pela escola metódica alemã, também chamada de “positivista”. Segundo FERREIRA, numa época em que as diversas disciplinas das ciências sociais buscavam estabelecer os seus campos de atuação, a História afirmou-se como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos e baseava a sua concepção de objetividade a partir de um distanciamento em relação aos problemas do presente. De acordo com a historiadora,

Acreditava-se que a competência do historiador devia-se ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados.³⁴

A partir dessa linha filosófica assiste-se a um verdadeiro triunfo do documento escrito. Os historiadores de então acreditavam ser possível escrever uma história objetiva, neutra, verdadeira e fiel aos acontecimentos tal qual aconteceram, desde que estivesse baseada em documentos. No entanto não eram

³⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000, p. 2. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/Producao_intelectual/html/tp_download.htm> Acesso em: 03 fev. 2005.

quaisquer documentos escritos que seriam considerados como fonte, mas, sobretudo, os documentos políticos, diplomáticos ou militares.

Na França, em contraposição a uma historiografia marcada pelas premissas científicas estabelecidas pela chamada escola metódica, apoiada na suposta descrição neutra dos fatos e na narrativa dos feitos dos grandes nomes e heróis, Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram nos idos de 1929 a Revista dos *Annales*, publicação que daria origem a todo um movimento de renovação na historiografia francesa e que expandiria sua influência por muitos outros países. Nos primeiros números da revista ficavam expressas as prerrogativas do grupo: o combate a uma história narrativa e do acontecimento, a exaltação de uma “história problema”, a importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas e não só a dimensão política e, por fim, a necessária colaboração interdisciplinar.³⁵

Os fundadores da revista *Annales*, pioneiros em uma nova história que voltava seu olhar para todos os homens, defendem a necessidade de ampliar a noção de documentos. Nas palavras de FEBVRE, citado por LE GOFF,

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as forma do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.³⁶

A partir da influência dos *Annales* assiste-se a uma verdadeira expansão dos limites do que se considerava fonte documental. A chamada segunda geração da Escola dos *Annales*, com seu projeto de uma história global e totalizante, ao valorizar o estudo das estruturas e dos processos de longa duração, atribuiu às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. É o período do apogeu da história econômica, da história demográfica e da história social. LE GOFF afirma que a essa revolução documental associa-se outra, a

³⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz Apresentação à edição brasileira: por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 10.

³⁶ FEBVRE, L. Vers une autre histoire. In: *Revue de métaphysique et de morale*, 1949, p. 428. Apud LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994, p. 540.

revolução tecnológica produzida pelo computador, e é da confluência dessas duas revoluções que nasce a história quantitativa.³⁷

Se nos anos de 1960 assiste-se o apogeu da exploração das fontes seriais com auxílio dos computadores e que resultaram em grandes obras de história quantitativa, paradoxalmente a partir da década de 1980, justamente quando a microinformática dava seus primeiros passos para colocar à disposição de todos um espantoso poder de cálculo, entra em declínio o “paradigma galileano”³⁸ e os historiadores se afastam do serial e do quantitativo.³⁹

Referindo-se às mudanças ocorridas nessa década na historiografia, CHARTIER afirma que, “sensíveis a novas abordagens sociológicas ou antropológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultou vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares”.⁴⁰

Nas últimas décadas, quando a história foi levada a redefinir suas problemáticas, seus métodos e seus objetos diante das ciências sociais, os historiadores seguiram ampliando seus territórios, e da mesma forma, alargando cada vez mais a noção de documento e de fonte. Segundo LE GOFF ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos da arqueologia. “Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se em *arquivos orais*; são coletados *etnotextos*.”⁴¹

Existe uma vasta produção bibliográfica sobre as “fontes” utilizadas pelos historiadores. O texto “Documento/Monumento” de Jacques Le Goff é um texto significativo sobre a relação do historiador com o documento. LE GOFF propõe aos

³⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994, p. 541.

³⁸ O “paradigma galileano” foi definido por Carlo Ginzburg em artigo célebre intitulado *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. Cf. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁹ BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Introdução: Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 39.

⁴⁰ CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994, p. 2 Disponível em< <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/141.pdf>>. Acesso em: 14 out 2004.

⁴¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994, 10.

historiadores a necessidade de desmistificar o significado aparente do documento, entendendo-o sempre como um “monumento”. De acordo com esse historiador:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.⁴²

A partir da influência da Escola dos *Annales* as fontes do historiador não mais se constituem apenas dos documentos escritos tradicionais, mas incluem os discursos, as fontes literárias, os registros sonoros e visuais, os objetos materiais, os testemunhos orais, ou qualquer outro, desde que, como afirma ROUSSO, “o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica.”⁴³

Em decorrência da ampliação da noção de fonte é possível identificar na evolução da disciplina histórica, o seu afastamento relativo dos arquivos ditos tradicionais. ROUSSO afirma que a evolução da história, que se tornou uma disciplina que recorre aos métodos das ciências sociais, especialmente a entrevistas, e ainda, o surgimento recente de uma *história do tempo presente*, que implica a confrontação direta e o diálogo permanente com os vestígios vivos do passado — a memória dos atores —, modificaram de alguma maneira o debate clássico sobre a noção de arquivo. E acrescenta ainda que a isso veio se somar a mudança radical no plano epistemológico, “com o aparecimento, nos últimos trinta anos, de paradigmas que negam à história sua pretensão de captar o real, definindo-a como — e às vezes reduzindo-a — a uma narrativa subjetiva, na qual o estabelecimento da prova, portanto o uso do arquivo, não constitui mais a base na qual ela pode legitimamente se apoiar.” Ao mesmo tempo, ainda segundo esse

⁴² LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994, p. 547-548.

⁴³ ROUSSO, Henry. O Arquivo ou indício de uma falta. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, n.17, 1996, p. 2. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/186.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2005.

historiador, o desejo cada vez mais explícito na opinião pública de uma história “positiva”, baseada em provas irrefutáveis, especialmente para períodos ou acontecimentos trágicos do século XX, tem incessantemente acuado os historiadores, obrigando-os a uma abordagem cada vez mais prudente dos arquivos. Esse historiador aponta uma tensão contemporânea em relação aos arquivos que pode ser identificada no vigor dos debates, carregados de ideologia, ou até mesmo fantasias sobre os arquivos contemporâneos, sua inacessibilidade real ou presumida, a expectativa em relação a eles, problemas esses que ultrapassam o meio dos arquivistas, dos conservadores ou dos historiadores e tem a ver hoje em dia com o espaço público mais amplo.⁴⁴

A questão do arquivo sempre ocupou um lugar importante nos debates historiográficos e, mesmo diante do cenário marcado pela ampliação da noção das fontes utilizadas pelos historiadores, pode-se afirmar que ainda persiste entre os historiadores uma inclinação maior em relação aos documentos escritos.

Alguns autores apontam para o fetiche dos documentos escritos. FENTRES e WICKHAM afirmam que prevalece entre os historiadores um modelo textual de memória, que é uma forma de reificação. Tal modelo seria ele próprio uma expressão de uma predisposição geral da cultura moderna, letrada, para definir o conhecimento em termos de enunciados expressos em linguagem, ou como proposições em alguma notação lógica ou científica.⁴⁵

Ao discutir a força da tradição que contrapõe as fontes orais às fontes escritas, FERREIRA faz a seguinte afirmação:

Ainda que guardando as especificidades próprias dos diferentes países com suas distintas tradições historiográficas, o fetichismo do documento escrito, a crença na objetividade das fontes e a concentração do interesse nos períodos mais remotos do tempo destinaram à discussão sobre a história oral — ou mesmo apenas sobre o uso das fontes orais — um espaço bastante restrito no contexto dos debates teórico-metodológicos dos historiadores.⁴⁶

⁴⁴ ROUSSO, O Arquivo ou indício ..., p. 1-2.

⁴⁵ FENTRES, J.; WICKHAM, C. *Social memory*. Oxford: Blackwell, 1992. Apud MENESES, U. T. B. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.). **Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999. p. 23.

⁴⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 323. Disponível em <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a13.pdf>>. Acesso em 04 mar. 2005.

Também Henry ROUSSO, ao analisar as diferenças e aproximações entre os documentos escritos e os depoimentos orais, previne contra o fetichismo do documento, que segundo esse historiador, é tão difundido em nossos dias, e que caminha lado a lado com a obsessão, igualmente suspeita, de uma transparência absoluta.⁴⁷

Uma outra questão, que também pode ser atribuída à relação fetichizada com o documento, pode ser identificada na proposta de preservar absolutamente todos os documentos. Michel MELOT, em um texto irônico significativamente intitulado *Seriam os arquivos uma substância alucinógena?*, questiona tal visão e trata com desdém a proposta de preservar em definitivo uma quantidade excepcional de documentos que a sociedade contemporânea produz. Na sua argumentação ele cita Borges, que imagina um país envidando todos os esforços para fazer um mapa geográfico o mais perfeito possível de seu território, o que leva, finalmente a uma reprodução integral na escala de 1/1. MELOT afirma que é curioso que, enquanto o trabalho desses geógrafos nos parece obviamente uma loucura, algo tão inverossímil que nenhum leitor de Borges acredita nem por um só instante que se trate de uma história verídica, ninguém — ou quase ninguém — parece estranhar ver a mesma utopia retomada pelos historiadores.⁴⁸

A proposta de tudo guardar encontra ressonâncias na análise de Pierre NORA sobre a constituição dos lugares de memória nas sociedades contemporâneas. De acordo com ele a sociedade contemporânea passou de uma concepção muito restritiva dos monumentos históricos a uma concepção que, teoricamente, não poderia deixar nada escapar. “Não somente tudo guardar, tudo conservar dos sinais indicativos de memória, mesmo sem se saber exatamente de que memória são indicadores. Mas produzir arquivo é o imperativo da época.”⁴⁹

Enfim, deve-se ressaltar que os historiadores, em suas relações com os arquivos, podem atribuir aos documentos outros sentidos que ultrapassam as finalidades de fonte de informação para suas pesquisas. Na medida em que se

⁴⁷ ROUSSO, O Arquivo ou indício ..., p. 6

⁴⁸ MELOT, Michel. Seriam os arquivos uma substância alucinógena? **O Correio da Unesco**. Ano 18, n. 5, maio 1990, p. 46.

⁴⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez., 1993. p. 16.

reconhece uma realidade na qual os historiadores são agentes atuantes nas instituições arquivísticas, cabe questionar de que forma esses outros sentidos, como por exemplo, as relações fetichistas com os documentos escritos ou ainda, a utopia de tudo guardar, podem interferir na atribuição de valores dos documentos arquivísticos.

1.4 Arquivos e documentos: pontos de referência da memória

A questão da memória está indiscutivelmente associada com os arquivos e com seus acervos, sendo, portanto, necessário discuti-la sob alguns aspectos. A temática da memória é ampla e não se pretende aqui esgotá-la, mas tão somente indicar a seguir alguns pontos levantados por três autores — Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Pierre Nora — considerados matrizes referenciais importantes para nortear a pesquisa.

Em termos genéricos a memória está relacionada com a capacidade individual de guardar, conservar, lembrar e relembrar experiências vividas, fatos e acontecimentos do passado. O sociólogo Maurice Halbwachs foi o pioneiro em estudos sobre as memórias sociais. No livro póstumo *A memória coletiva*, publicado pela primeira vez no ano de 1950, HALBWACHS analisou as determinações sociais da memória e estabeleceu a noção de “memória coletiva”, a qual somente pode ser elaborada dentro dos diferentes grupos sociais. Para ele a memória é um fenômeno social associado a um processo seletivo de reconstituição contínuo, sempre ligado ao presente, no qual as lembranças e rememorações dos indivíduos são construídas e reconstruídas a partir da história vivida e dentro de uma comunidade afetiva.⁵⁰

Como existem inúmeros grupos na sociedade e um indivíduo pode fazer parte de diversos grupos, o sociólogo afirma que não há uma única memória, mas sim múltiplas memórias coletivas, sempre socialmente construídas. Sobre as relações entre a memória individual e a memória coletiva, nas suas palavras,

...se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos

⁵⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitem do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.⁵¹

Sobre a função da memória coletiva HALBWACHS defende que ela está relacionada com o sentimento de identidade do grupo, pois “(...) o grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. (...) O grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento”.⁵²

Michael POLLAK também relaciona a memória com a identidade do grupo. Nas palavras desse historiador, “a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” A referência ao passado serve então para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Ou seja, para esse historiador as duas funções essenciais da memória são manter a coesão interna e defender a fronteira daquilo que um grupo tem em comum.⁵³

Ao discutir memória e identidade social, POLLAK coloca as seguintes questões que caracterizam a memória:

- a) a memória é seletiva. Nem tudo fica registrado. A memória sofre flutuações em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória;

⁵¹ Ibid., p. 51.

⁵² Ibid., p. 87.

⁵³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 9.

- b) a memória é um fenômeno construído, de forma consciente ou inconsciente e é a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento que mostra isso;
- c) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si;
- d) a memória e a identidade são valores disputados, em conflitos sociais e intergrupais e, particularmente, em conflitos que opõem grupos políticos.⁵⁴

A questão das memórias em disputa é característica das abordagens contemporâneas sobre a memória. POLLAK afirma que existem duas abordagens da memória. A primeira segue a tradição metodológica de Durkheim, que consiste em tratar os fatos sociais como coisas. Nessa tradição ele inclui a obra de Maurice Halbwachs, que em sua análise “ênfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam a nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos”.⁵⁵

Na opinião de POLLAK é dentro da tradição durkheimiana que é possível tomar diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória que ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Nessa abordagem a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Da mesma forma Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica⁵⁶, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. POLLAK argumenta que na tradição europeia do século XIX, e também em Halbwachs, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de

⁵⁴ Ibid., p.9.

⁵⁵ Ibid., p. 3.

⁵⁶ POLLAK, *ibid.*, p. 3, remete aqui ao conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu - *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980, p. 224.

uma memória coletiva. POLLAK destaca ainda as seguintes questões que Halbwachs insinua a todo o momento: a seletividade de toda a memória e ao processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais. E são esses dois últimos pontos que indicam o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva e que já anunciam a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre o fenômeno da memória.⁵⁷

Na segunda linha de abordagem, de perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. POLLAK exemplifica com a história oral, que ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional. Essa abordagem, ao contrário de Halbwachs, acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra então em disputa. São memórias proibidas, silenciadas, envergonhadas, que são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidades afetivas e/ou políticas e que, em determinadas condições ou conjunturas favoráveis, mesmo após várias gerações, vêm à tona e invadem o espaço público.⁵⁸

Na opinião de POLLAK o problema que se coloca para as memórias clandestinas e inaudíveis é o da sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e reivindicação. Já o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e de sua organização.⁵⁹

⁵⁷ POLLAK, *Ibid.*, p. 3-4.

⁵⁸ POLLAK, *Ibid.*, p. 4- 8.

⁵⁹ POLLAK, *Ibid.*, p. 9.

Para que as memórias cumpram com suas funções de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.), POLLAK afirma ser necessário fornecer um quadro de referências e de pontos de referências, sendo então adequado falar em memória enquadrada.⁶⁰ O trabalho de enquadramento da memória de um grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente e deve satisfazer a certas exigências de justificação. Trata-se também de um trabalho de reinterpretação incessante do passado em função dos combates do presente e do futuro. Reinterpretação que é contida por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. POLLAK cita como exemplo toda organização política (sindicatos, partidos etc.) que veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma e que não podem mudar de direção e de imagem brutalmente, “a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo”.⁶¹

Por fim o historiador aponta para os pontos de referência a partir dos quais a memória é guardada e solidificada. Para ele, além da produção de discursos organizados em torno dos acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais e cita, como exemplo, os monumentos, os museus, as bibliotecas.⁶² Também os arquivos podem, sem dúvida, ser incluídos como um dos pontos de referência da memória.

Ao propor o conceito de *lugares de memória*, NORA aponta para uma crise relacionada com um processo de externalização da memória e afirma que a sociedade contemporânea vivencia uma memória arquivística. Nas suas palavras:

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. (...) Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de

⁶⁰ Pollak remete à noção de “memória enquadrada” de Rousso, H. “Vichy, lê grand fossé”, Vingtième Siècle, 5, 1985, p. 73.

⁶¹ POLLAK, op. cit., p. 9.

⁶² POLLAK, ibid., p. 10.

conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. **À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história.** (...) Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivo, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória.⁶³ [Sem grifo no original]

Também Fausto COLOMBO, ao analisar a questão do “esquecimento”, afirma que na sociedade contemporânea prevalece um forte valor de acúmulo que torna menos relevante o acesso ao acumulado e, nesse sentido o importante não é mais recordar, praticar a memória, mas sim saber que a recordação está depositada em algum lugar e que sua recuperação é — pelo menos na teoria — possível.⁶⁴

1.5 Memória e história: diferenças e oposições

A aproximação entre memória e história coloca a necessidade de esclarecer as diferenças entre esses conceitos. Vários autores buscaram estabelecer as distinções entre uma e outra. José Honório Rodrigues, por exemplo, chamou a atenção para as diferenças entre memória, história e tradição, especialmente pelo uso exagerado, desde os finais da década de 1970, do termo memória, sobretudo ligado ao patrimônio histórico, chegando ao ponto de identificar *memória nacional* com *história nacional*. RODRIGUES defende que

(...) tradição, memória e história são posições diferentes com que o presente vê o passado. Elas tem significado diferente e devem ser usadas com propriedade. Tradição santifica o passado, justifica o *status-quo*, consola os saudosistas. A memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica. A história é análise, é crítica, é vida que flui e muda de acordo com as necessidades sociais, econômicas do presente e as aspirações e esperanças do futuro.⁶⁵

No texto *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*, a distinção entre essas duas noções é uma das questões principais abordadas por Pierre

⁶³ NORA, op. cit., p. 15.

⁶⁴ COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 104.

⁶⁵ RODRIGUES, J. H. A tradição, a memória e a história. Brasil Tempo e Cultura 3. João pessoa: Secretaria da Educação e Cultura Estado da Paraíba, 1980. Apud FÉLIX, L. O. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 43-44.

NORA. Para esse historiador, memória e história, longe de serem sinônimos, em tudo se opõem uma à outra.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, nos gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.⁶⁶

No artigo intitulado *A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações*, Ulpiano Bezerra de MENESES desenvolve algumas reflexões sobre a memória como modalidade de representação social, em um quadro de práticas que caracterizam a sociedade capitalista avançada e ressalta os problemas documentais que a sociedade da informação vem acumulando. Ele afirma que a memória está em voga, não só como tema de estudo entre especialistas, mas também como suporte do processo de identidade e reivindicações de vários grupos sociais, do estado e seus organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural, de empresas, da imprensa, dos partidos políticos, dos movimentos sindicais etc. Segundo esse historiador, a problemática da memória vem se transformando em foco privilegiado de atenção nos últimos anos, tanto para as ciências biológicas como das ciências humanas, especialmente para a Antropologia, a Sociologia e, sobretudo, para a História e a Psicologia Social. No entanto, apesar do interesse, persistem muitas lacunas e, especialmente na História, os esforços têm sido ainda dedicados a estabelecer fronteiras entre História e memória. MENESES defende que “já seria tempo — e tem havido apelos nesse

⁶⁶ NORA, op. cit., p. 9.

sentido — de começar a fazer uma História da Memória, que seria não apenas a história das teorias sobre a memória, mas se imbricasse nas práticas e representações mnemônicas e rememorativas das sociedades e grupos, incluindo seus suportes e estratégias de apropriação, tendências, móveis, conflitos, efeitos, reciclagem, etc.”⁶⁷

MENESES enfatiza a necessidade de esclarecer que a memória deve ser objeto da história e não o seu objetivo. Em outro artigo intitulado *História, cativa da memória?*, esse historiador afirma que é imprópria qualquer coincidência entre memória e história. Segundo ele,

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social. Nessa perspectiva, o estudo da memória ganharia muito se fosse conduzido no domínio das *representações sociais* (...). A História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História.⁶⁸

Também André Porto Ancona LOPEZ, ao discutir a crise da história e a crise da memória, ressalta a necessidade do historiador reposicionar-se diante da sociedade, substituindo os pressupostos de uma história-memória por uma história-mudança. Ele defende o fortalecimento de uma identidade profissional do historiador que passe por uma ruptura mais radical com a história-memória, com a fetichização e com a reificação do passado, substituindo o enfoque tradicional da história e passando a privilegiar as mudanças e as transformações sociais. Ele propõe uma redefinição do campo de atuação do historiador, sugerindo que esse profissional também atue, por exemplo, na área de documentação e dos arquivos, desde que se respeitem os princípios norteadores de cada disciplina. Nas palavras de LOPEZ,

⁶⁷ MENESES, U. T. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.). **Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999, p. 11.

⁶⁸ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992, p. 22-23.

Hoje, mais do que nunca, atuação do profissional de história junto às entidades de preservação e disseminação de informações torna-se tarefa fundamental do fazer histórico. Somente essa ampliação das atividades do historiador pode transformar os fetiches de reificação do passado em registros de modificação social, impedir que os registros de uma história mudança tornem-se meros testemunhos de uma história memória.⁶⁹

Buscou-se, enfim, trazer à discussão questões relacionadas com os documentos, história e memória sob o ponto de vista dos arquivistas e historiadores, e ainda, estabelecer as diferenças e especificidades entre memória e história. A clareza sobre esses conceitos é importante para, no capítulo a seguir, entender algumas questões da trajetória do Arquivo Público do Paraná. A proposta é identificar o processo de construção do arquivo como um espaço simbólico, no qual os agentes sociais estabeleceram ao longo do tempo as atribuições e funções da instituição, caracterizando-a ora como *lugar de memória*, ora como *lugar de informação*, ora como *lugar de escrita do estado*.

⁶⁹ LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1999, p. 29.

2 A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO COMO LUGAR DE ESCRITA DO ESTADO, LUGAR DE MEMÓRIA E LUGAR DE INFORMAÇÃO

O Arquivo Público do Paraná, sob a ótica do respeito aos fundos e de acordo com a Lei dos Arquivos, é o órgão responsável pela guarda e preservação dos documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo do Estado do Paraná.¹ A formação do seu acervo, de acordo com as teorias arquivísticas, deveria resultar da guarda dos documentos que possuem um valor primário para a própria administração pública estadual. Na medida em que esses documentos perdessem o seu valor primário, após um processo de avaliação, seriam então definidos os documentos com valor permanente.

No entanto a formação do acervo do Arquivo do Paraná não ocorreu de forma tão “arquivística” assim, prevalecendo uma situação de acúmulo de documentos recebidos desordenadamente.² Tal situação não é diferente da maioria dos arquivos brasileiros onde inexistem políticas claras de recolhimento de documentos, faltam espaços adequados e os recursos humanos e financeiros são escassos.

Nesse contexto os atores sociais atuantes nessas instituições “periferizadas” buscam estabelecer estratégias para conseguir algum reconhecimento da

¹ A lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 estabelece claramente as competências dos arquivos das diferentes esferas administrativas. No seu art. 7 a Lei define que “os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.” No Capítulo IV, § 2º esclarece que são Arquivos Estaduais o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário. (BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível no endereço <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis/downl.htm> . Acesso em 20 mar.2007.)

² Essa situação fica bastante evidente diante das dificuldades encontradas pela equipe que elaborou o Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná na fase de identificação de informações sobre a constituição do acervo. No texto inicial do Guia consta: “(...) numa segunda etapa buscou-se identificar documentos constituintes do próprio Arquivo que revelassem pistas sobre a movimentação do acervo tais como termos de doação, correspondências transferindo ou recolhendo conjuntos documentais, relatórios técnicos etc. Esta etapa, como já se imaginava, foi frustrante, pois quase nada foi encontrado. Supõe-se que uma parte desta documentação foi perdida no incêndio que ocorreu em 1989 e destruiu parte do arquivo administrativo. A outra parte talvez sequer tenha existido, tendo em vista que nada foi encontrado a respeito de normas de recolhimento. Se existiram, supõe-se, mais uma vez, que os recolhimentos e transferências foram feitos de modo irregular e desordenado.” (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. **Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná**. Curitiba Imprensa Oficial, 2002, p. 26)

sociedade. Ao analisar os Boletins do Arquivo Público é possível identificar que a partir dos anos de 1970 existe um empenho de alguns agentes em afirmar uma imagem da instituição associada com a memória e com a história. Já nos anos 1990 o Arquivo, acompanhando as mudanças de paradigmas na área de arquivologia, buscou se definir, sobretudo, como um *lugar de informação*. Não se pode perder de vista que o Arquivo Público do Paraná sempre foi, antes de mais nada, um *lugar de escrita do estado*. Esses diferentes sentidos que a instituição assume não são necessariamente excludentes. No entanto, na busca de afirmação e de reconhecimento diante da sociedade, uma ou outra atribuição é enfatizada em detrimento de outra.

2.1 O Arquivo como guardião da memória

Nos Boletins a afirmação do papel do Arquivo como guardião de uma *memória histórica*³ do Paraná foi construída a partir da insistente retomada da Lei nº 33 de 7 de abril de 1855 que criou o *Arquivo Público*. De acordo com esta lei, o Arquivo foi criado anexo à Secretaria de Governo pelo Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, com as suas atribuições relacionadas não só à administração, mas também à história e memória da nova província, então emancipada da Província de São Paulo.

Retomar aqui a lei de criação do Arquivo tem tão somente o sentido de analisar as apropriações que se fez dela posteriormente para entender algumas características da instituição. Essa lei, considerada a *certidão de nascimento*⁴ do Arquivo, é referenciada constantemente nos textos sobre a instituição, marcando sempre a sua existência centenária. A insistência neste marco de origem distante no tempo, sempre associada com a implantação da estrutura administrativa da

³ A proposição de uma “memória histórica” frequentemente defendida nos Boletins, como foi visto no capítulo anterior, é indevida. Como afirmou Maurice Halbwachs, um dos primeiros a estabelecer as diferenças entre memória e história, a memória coletiva não se confunde com a história e a expressão “memória histórica” não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. (HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 80). No entanto, nos Boletins do Arquivo do Paraná a associação entre as duas é tal que memória e história aparecem quase como sinônimos.

⁴ No número 6 do Boletim do Arquivo Público do Paraná consta um pequeno texto explicativo sobreposto à reprodução da Lei n. 33, referindo-se à “certidão de nascimento” do Arquivo. (BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 6, 1980, p. 5.)

província, pode ser entendida como uma *tradição inventada*⁵. A relação do Arquivo com os primeiros momentos da Província do Paraná aparece como uma ligação e continuidade com um passado histórico positivado e reflete a estratégia de criar ou reforçar uma autoridade baseada na antiguidade da instituição. Tal estratégia pode ser identificada, por exemplo, em um texto publicado no Boletim do Arquivo do Paraná no ano de 1978, no qual se noticiava a construção da nova sede para o Arquivo:

Mandando projetar e construir amplo edifício especialmente destinado a sediar seu Arquivo (...) o Paraná (...) reafirma pioneirismo no setor e se vale de mais uma oportunidade para ratificar o alto apreço que lhe merece o precioso patrimônio documental sob a guarda **do tradicional “Archivo Público”** **cujas origens, sempre é oportuno evocar remontam ao alvorecer da administração provincial**, eis que o Ato da sua criação, Lei nº 33, foi sancionado a 7 de abril de 1855 pelo Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos, o primeiro Presidente da então novel Província do Paraná.⁶ [sem grifo no original]

Outro exemplo, observando-se ainda o destaque ao “ANO 130”, significativamente grafado todo em maiúscula, consta no editorial do Boletim do Arquivo escrito pelo diretor Mbá de Ferrante:

Esta edição do BAP está circulando quando se assinala o transcurso do ANO 130 da Lei nº 33, sancionada pelo Conselheiro Zacarias de Góe s e Vasconcelos, primeiro Presidente da Província do Paraná determinando, taxativamente, ficar “creado um Archivo Publico”. **A gente repete sempre, e com certa ufania, ser este um dos mais antigos órgãos da Administração do Estado. Surgiu no alvorecer da Província ‘anexo à Secretaria de Governo’ e esta foi, como se sabe, gênese de toda a estrutura básica da administração que se instalou**, nunca é demais recordar, a 19 de dezembro de 1853.⁷ [sem grifo no original]

E ainda, em períodos bem recentes, como no texto do regimento da instituição aprovado em novembro de 2005, onde consta no primeiro parágrafo: “O Departamento Estadual de Arquivo Público — DEAP, criado pela Lei Provincial

⁵ Segundo Eric Hobsbawm “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” HOBBSAWN, Eric; Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.9.

⁶ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 2/3, 1978, p. 34.

⁷ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 16, 1985, p. 3.

nº 33, de 7 de abril de 1855 com a denominação de Archivo Público, nos termos da legislação em vigor...”.⁸

A recorrência da citação da lei de criação, ao estabelecer uma ligação com um passado positivo, além de buscar criar uma tradição, também pode ser entendida como a afirmação de um marco de autoridade. Os discursos sobre a antiguidade da instituição servem de respaldo tanto para a sua existência atual bem como para valorizar as suas atividades, especialmente aquelas relacionadas com a memória e a história do Paraná. Cabe então, dentro do escopo da pesquisa, analisar mais detidamente tal lei de criação.

O parágrafo inicial da Lei nº33 explicitava as funções do Arquivo:

Art. 1º - Fica creado um archivo publico, annexo á secretaria do governo, onde se colligirá todas as memorias impressas ou manuscritas relativas á historia e geographia da provincia, cartas geográficas, copia de projectos de obras publicas, mappas estatisticos e mais trabalhos desse genero; relatorios do presidente da provincia, do ministerio, e sendo possivel, de outras provincias, collecções de leis provinciaes e geraes, amostras de quaesquer productos naturaes ou artisticos, que forem offerecidos ao governo e cuja conservação for possível.⁹

O regulamento datado de 11 de julho do mesmo ano detalhava as atribuições do *Archivo Publico Paranaense* e estabelecia as seguintes seções: Legislativa, Administrativa, Histórica e Geográfica, Física e Industrial, Bibliográfica. Ao estabelecer o que cada uma dessas seções deveria guardar, criava-se uma instituição que parecia mais uma miscelânea de arquivo, museu e biblioteca. Além da guarda de documentos legislativos e administrativos e também os bibliográficos, o regulamento ainda definia que:

Na seção Physica e Industrial se archivarão:

- 1º- Quaesquer amostras de produtos naturaes, com a declaração de seus nomes scientificos ou vulgares, e os lugares onde forão encontrados;
- 2º- Armas, utensílios e ornamentos dos selvagens, com a declaração das tribus a que pertencem;
- 3º- Amostras de quaesquer productos artisticos que mereção ser conservados;
- 4º- Instrumentos phisicos, industriaes ou mathemat icos, destinados ao serviço da Provincia;¹⁰

⁸ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. Regimento interno. Disponível em <http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/regimento_deap_2005_res7072.pdf> Acesso em: 14 jun. 2006.

⁹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 15.

¹⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 18.

Além das atribuições relacionadas com a guarda e organização dos documentos administrativos, históricos e bibliográficos, o regimento previa ainda que o encarregado do Arquivo fizesse uma escrituração diária em um livro intitulado *Memórias Históricas da Província do Paraná*, devendo-se mencionar os acontecimentos mais notáveis da administração, notícias de quaisquer fenômenos importantes e outros fatos que pudessem servir de materiais à história. Especificamente na parte *Eventualidades Notórias* deveriam constar:

- 1° - A notícia de qualquer acontecimento ocorrido dentro ou fora da Província, e até em paiz estrangeiro, que possa de qualquer modo affectar as nossas relações políticas e commerciaes, a tranqüillidade publica, a industria, etc.
- 2° - Os phenomenos physicos, eclipses visíveis, aparições de cometas, aerólitos, chuvas, tempestades, catastrophes, variações atmosphéricas, epidemias reinantes, etc.
- 3° - Movimento moral, emigração, serviços relevantes prestados ao publico, acções de generosidade, etc.
- 4° - Estado do mercado, preços correntes no que toca os gêneros de primeira necessidade e outros, que possam interessar à industria.¹¹

Na correspondência do governo, observa-se que tais atribuições, demasiado extensas, foram questionadas pelo secretário de Governo que, ao informar o Vice-Presidente da Província sobre o estado e andamento da sua repartição, inclusive do seu arquivo, questionava a viabilidade de vários artigos do regulamento e afirmava que as funções atribuídas ao *Archivo Publico Paranaense* colocariam a própria Secretaria de Governo “na impossibilidade de preencher os fins para que existe, e reduziria a mesma à sua dependência a própria administração da Província”. O secretário ponderava que nem a lei nem o regulamento permitiam inferir claramente se o “*Archivo Publico* é um estabelecimento annexo porem distincto e independente da Secretaria de Governo ou se é apenas uma extensão, um aperfeiçoamento do archivo desta.” E argumentava ainda sobre a impossibilidade de um único arquivista atender a todas as exigências colocadas no regulamento e ainda exercer as funções de arquivista da Secretaria de Governo. Ponderava também ser pouco provável encontrar um “homem enciclopédico de conhecimentos universaes, — ao mesmo tempo historiographo, mineralogista, botânico, astrônomo, medico, philosopho,

¹¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 19.

chimico, physico, etc., etc., que queira dedicar-se pela modesta retribuição de 600 réis annuaes, a dirigir um estabelecimento d'essa ordem".¹²

Apesar das funções amplas e abrangentes estabelecidas para o Arquivo Público na sua lei de criação, segundo Cynthia RONCAGLIO, a organização governamental da Província contava efetivamente com os arquivos administrativos, pois são freqüentes os registros sobre a nomeação de arquivistas para diversos órgãos que compõem a estrutura da província. Essa historiadora afirma ainda ser difícil diferenciar no período provincial o arquivo setorial da Secretaria do Governo do Arquivo Público e especula que na prática ambos funcionavam indistintamente.¹³

Mais tarde, já no período republicano, a Constituição Estadual de 1892 ignora o *Archivo Publico* que teria sido criado no período provincial e determina nas disposições transitórias: "Será criado um archivo publico ao qual pertencerão a aquisição, guarda e classificação methodica de todos os documentos que se referirem a historia do Estado e da Republica no mesmo."¹⁴

No entanto, somente em 1906, cinqüenta e um anos após a data referenciada como da criação *Archivo Público*, e quatorze anos após as determinações da Constituição Estadual, registram-se discussões no Congresso Legislativo sobre projeto de lei que previa a criação do Serviço de Estatística anexo ao Arquivo, ambos subordinados à Secretaria do Interior. O governador do Estado Vicente Machado vetou o projeto alegando redundância na legislação do Estado, uma vez que já existia a Lei nº33 de 1855 e o respectivo regulamento de criação do Arquivo Público, os quais não haviam sido revogados em nenhum momento. Considerava ainda que os elevados intuitos do legislador da ex-província não tinham sido executados. Segundo o governador, "para acomodar as necessidades atuais os sábios dispositivos da Lei nº33 da ex-província, não carece o Poder Executivo senão de autorização para rever o respectivo regulamento, devendo também ser consignado a autorização para remunerar um funcionário para reorganizar e regularizar esse importante serviço"¹⁵.

¹² PARANÁ. **Coleção Correspondência do Governo**, 1856. V. 10, AP 0034. p. 119-120.

¹³ RONCAGLIO, Cynthia. **Trajectoria institucional do Arquivo Público do Paraná**. Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo Público. Curitiba, v. 8, n. 6, jun. 2001, p. 9-10.

¹⁴ PARANÁ. **Constituição Política do Estado do Paraná**. Curitiba: Typographia da República, 1892, p. 26.

¹⁵ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 7, 1980, p. 33.

Mesmo com os argumentos de Vicente Machado de que o Arquivo Público já havia sido criado no período provincial, em 1909, no Governo Xavier da Silva, foi aprovado o Decreto nº 103-A que criou a então Repartição de Estatística e Arquivo Público, vinculado à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública.

Se, por um lado os textos elaborados sobre a história do Arquivo enfatizam uma história institucional iniciada em 1855 com a Lei nº 33, por outro os escassos registros sobre as suas atividades nesses tempos remotos e as sucessivas recriações da instituição indicam que o Arquivo demorou muitas décadas para se institucionalizar. Pode-se conjecturar ainda que, se houve uma continuidade que permitiu a manutenção de uma identidade institucional, pelo menos até o início do século XX, isto se deveu muito mais às funções do arquivo relativas aos documentos administrativos produzidos e acumulados pelo governo do que qualquer outra atribuição relacionada com a memória e história proposta na lei de criação.

Contudo, esse modelo de arquivo delineado no texto da Lei nº 33, independente de ter sido efetivado ou não, indica características de instituições similares criadas no final do século XIX. Tal modelo está relacionado com a idéia de construção de uma unidade política e identidade regional, a qual por sua vez, está inserida no contexto do projeto de construção do Estado Nacional.

A proposta de criação de uma instituição encarregada de coligir a história e todas as memórias da recém criada província denota o interesse em fortalecer uma identidade regional e a integração da região ao território brasileiro. A elevação da comarca à província foi alcançada graças às pressões exercidas pelas elites locais que almejavam dirigir com maior autonomia as suas atividades econômicas. Porém, o governo imperial também estava preocupado com a ameaça dos movimentos separatistas que ocorriam no Sul. De acordo com MAGALHÃES,

(...) com o crescimento do comércio de animais e a exportação da erva-mate, essa região passa a despertar o interesse do poder central, uma vez que tais atividades econômicas, se bem fiscalizadas, gerar-lhe-iam receitas. Porém, mais do que o fator econômico, a ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, desperta a atenção do governo imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná, e daí, para a própria província de São Paulo.¹⁶

¹⁶ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 23.

A criação de um Arquivo Público comprometido com a construção da memória e com a história da nova província insere-se, assim, no contexto de criação de instituições voltadas para a integração das regiões e a construção da identidade da nascente nação brasileira.

De acordo com Célia COSTA os pilares de formação do projeto nacional romântico, inclusive no Brasil, foi o desenvolvimento de uma literatura nacional, a construção da história da pátria e o estabelecimento dos princípios organizadores da ordem jurídica e política. No Brasil, segundo esta autora, algumas instituições criadas em meio a esse processo situavam-se exatamente na articulação entre história e política, como é o caso do Arquivo Público do Império e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB.¹⁷

As duas instituições foram criadas no ano de 1838 e, ao analisar o papel delas a partir do novo estatuto adquirido pelo documento no século XIX, o estatuto legal, COSTA afirma que a tarefa principal do Arquivo Público do Império, definida pelo seu regulamento de criação, seria guardar os documentos probatórios do Estado, legitimando-o na sua ação política e administrativa, enquanto o IHGB seria o responsável pela construção da história nacional, entendida não só como reconstituição do passado da nação, mas também como contribuição para o desenvolvimento da disciplina histórica no país. Sobre a atribuição de papéis destas duas instituições, COSTA diz ainda:

O IHGB, que estava associado à fabricação imaginária do conteúdo político da nação e à assessoria imediata do governo em importantes questões políticas, tinha autonomia para organizar seus próprios arquivos. À importância pragmática da instituição correspondia o efetivo poder de constituir parte significativa da memória nacional. Quanto ao Arquivo, a ele foi atribuído o papel de guardião dos documentos administrativos do Estado, mas não na sua totalidade. Criaram-se assim dois modos de utilização da memória nacional. O primeiro tinha por objetivo subsidiar os historiadores oficiais na formação do imaginário brasileiro e da própria comunidade imaginada, conforme os interesses da classe dirigente no poder; o segundo reforçava o projeto desse grupo dirigente, pela subtração da informação. Nessa parceria, portanto, coube ao IHGB o papel de artefã da nacionalidade a ser construída, e ao Arquivo o de depositário legal dos instrumentos necessários a consecução desse objetivo.¹⁸

¹⁷ COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 10. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/19.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2005.

¹⁸ *Ibid.*, p. 11.

Em estudo sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de construção de uma história nacional, Manoel GUIMARÃES afirma que à idéia de transformar o IHGB em centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil, articulam-se inúmeras medidas tomadas no interior da instituição, inclusive o pedido aos presidentes de província do envio de seus relatórios anuais, interferindo assim na esfera de competência do Arquivo Nacional; ou ainda o plano de transformar o IHGB numa central de dados de natureza estatística, levantados nas diferentes províncias.¹⁹

Tais propósitos de atuação do IHGB nas províncias são confirmados no ofício enviado ao Presidente da Província do Paraná em 19 de agosto de 1856 no qual o 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro solicitava:

Tendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sessão de 11 de julho p.p. honrada com a Augusta Presença de S. M. O Imperador, deliberado que se pedisse aos Ex^{mos}. Srs. Presidentes das Províncias que encarreguem a pessoas habilitadas das mesmas Províncias, a tarefa de colligir todas as tradições e documentos relativos à História do Brazil, existentes nos Archivos Públicos, ou nos conventos, ou em poder de particulares, devendo em referencia á estes (sendo de avançada idade) aceitar as informações vocaes de factos ocorridos em eras passadas, tenho a honra de me dirigir a V.Ex.^a por ordem do mesmo Instituto, solicitando de seu patriotismo, o desempenho d'esta importante incumbencia. Confiando pois o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro na solitudine com que V.Ex.^a. promove os progressos das cousas da Patria espera que este pedido será satisfeito.²⁰

Não se tem notícia, a partir dos textos publicados no Boletim do Arquivo e de demais documentos, sobre a relação do Archivo Público do Paraná com o Arquivo Público do Império. No entanto a influência do IHGB pode ser claramente identificada no regulamento do Arquivo de 1855, que no capítulo 24 previa: “No princípio de cada anno mandará o Presidente da província fazer o resumo das memórias do anno findo, e o enviará ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, podendo também manda-lo publicar em qualquer jornal da Província.”²¹

¹⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 12. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/126.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2005.

²⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 5, 1979, p. 15. O ofício encaminhado pelo IHGB foi reproduzido outra vez mais no BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ n. 15, 1984, p. 24.

²¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 20.

Ou ainda, na notícia veiculada na imprensa paranaense sobre a criação do *Archivo Público*, que associava explicitamente as atribuições da nova instituição com as atividades desenvolvidas pelo IHGB, o Jornal Dezenove de Dezembro afirmava:

Se temos na capital do império o Instituto Histórico e Geográfico, que se encarrega de colleccionar as memórias que existem a respeito das cousas da nossa terra, convem ainda que cada uma das nossas províncias concorra com o seu quinhão de trabalho para auxiliar os esforços daquela sociedade patriótica.

Devemos felicitar a província do Paraná por ter sido aquella que tomou a iniciativa neste empenho de tanta gloria para o paiz. A criação do archivo publico, que é por assim dizer, o embrião de um tombo, de uma bibliotheca, e de um gabinete de história natural, torna-se ainda mais recommendavel pela instituição do *Livro de Memórias*, onde se deve consignar os factos mais notaveis da administração e outros que podem servir de materiaes a história.²²

Ou seja, a lei provincial nº33 de 1855 define um modelo de instituição voltada para a produção de um saber histórico e de uma identidade, no caso, regional, tal qual vinha sendo proposto no século XIX pelo IHGB.

A questão que se coloca é se a constante retomada da Lei provincial de criação do Arquivo Público nos Boletins, além de servir como um marco de autoridade a partir da antiguidade e de buscar afirmar uma tradição para a instituição, não indica também uma permanência de um modelo de arquivo estabelecido no século XIX voltado para a construção de uma memória nacional e que parece ainda encontrar ressonâncias no século XXI.

2.2 A institucionalização do Arquivo Público do Paraná

Como foi visto anteriormente, mesmo com uma data de criação tão recuada, o Arquivo Público do Paraná demorou a institucionalizar-se e somente com o Decreto nº103-A de 1909 é que se criou efetivamente a então denominada Repartição de Estatística e Arquivo Público.

A associação do arquivo com as atividades de levantamentos estatísticos é um indicativo das funções instrumentais de apoio à administração governamental que a Repartição de Arquivo cumpria. A historiadora Cynthia RONCAGLIO afirma que o serviço de estatística começou a tomar corpo como importante seção do

²² JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 de julho de 1855.

Arquivo Público, principalmente na década de 1920 sob o Governo Caetano Munhoz da Rocha.²³

Contudo, nessa mesma década a presença de historiadores na instituição também se fazia visível. De acordo com a Lei nº 1936 de março de 1920, o Poder Executivo ficou autorizado a organizar o *Archivo* como Diretoria do Arquivo Público e Estatística e designava para tal fim uma comissão capitaneada pelo historiador Agostinho Ermelino de Leão²⁴, nomeando-o em seguida como diretor do órgão.

As fontes documentais não permitem afirmar quais as atividades eram efetivamente desenvolvidas pelo Arquivo nesses períodos distantes. Existem escassos registros, sendo que algumas poucas informações podem ser obtidas na legislação, que apresenta sempre uma situação formal que não é necessariamente realizada. No entanto, a partir destes registros como, por exemplo, um regulamento datado de 1928 da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, da qual o então *Departamento de Archivo Público e Estatística* fazia parte, pode-se ao menos identificar quais eram as atribuições propostas para o Arquivo realizar. Nesse regulamento constava que o *Departamento do Archivo Público e Estatística* destinava-se a

colligir, apurar e conservar, em devida fôrma e sob classificação systematica, todos os documentos concernentes á administração, á historia e á chorographia do Paraná, e quaesquer outros que o governo determinar; e á organizar e fornecer, ás repartições competentes, todos os dados e informes estatísticos que tenham relação com as condições physico-naturaes, demographicas, econômico-financeiras, e sociaes, no que houver interesse ao serviço publico.²⁵

Em tal regulamento são definidos separadamente os serviços de arquivo e estatística. Na descrição dos serviços que competiam ao Arquivo é possível verificar quais os tipos de documentos que a instituição deveria guardar:

²³ RONCAGLIO, Cynthia. **Trajetória institucional do Arquivo Público do Paraná**. Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo Público. Curitiba, v. 8, n.6, jun. 2001. p. 11.

²⁴ Agostinho Ermelino de Leão foi também diretor do Museu Paranaense, membro do IHGB e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 247-248.

²⁵ PARANÁ. Decreto 1857, de 24 de outubro de 1928. Regulamento da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, p. 992-993.

Art. 12º – Os serviços referentes ao Archivo, obedecida a conveniente classificação e technica, compreendem:

I) os originaes de todas as leis, decretos e resoluções do Congresso Legislativo do Estado; II) os originaes dos regulamentos, decretos e atos do Poder Executivo; III) os documentos históricos; IV) a correspondência do Governo do Estado e suas Secretarias; V) os processos administrativos findos; VI) as copias authenticas das actas e dos documentos concernentes á fundação de institutos publicos ou de utilidade publica, bem como os regulamentos, relatórios e outros actos a elles refererentes; VII) os documentos públicos e particulares, os impressos de qualquer natureza, que possam aproveitar á historia do Estado, e de seus municipios; VIII) os documentos concernentes ao descobrimento de riquezas naturaes ou attinentes ao desenvolvimento das sciencias, letras, artes, agricultura, commercio, industria e navegação, no Estado; IX) os mappas geographicos, cadastros, memoriaes, relatórios, roteiros ou noticias interessantes sobre o Paraná; X) os documentos relativos ao patrimônio do Estado; XI) os livros, documentos e papeis que tenham pertencido a repartições extinctas; XII) as collecções do “Diário Official”, ou de jornal que publique actos do Governo e dos municípios; XIII) as leis, decretos, orçamentos, relatorios e outras publicações dos municipios; XIV) as terceiras vias ou certidões dos Registros públicos, que tiverem de ser archivadas, na fórmula da lei, bem como a firma e signal publico de serventuário de justiça e de seus substitutos.²⁶

Deve-se observar que os documentos citados nesse artigo constituem-se, na sua maior parte, em documentos com funções administrativas, reforçando a idéia de que o Arquivo, ao menos na legislação, constitui-se essencialmente como *lugar de escrita do estado*. O ato de coligir documentos e dados estatísticos era realizado essencialmente em função do governo. O Arquivo guardava fundamentalmente documentos de valor administrativo e probatório de interesse do Estado e o acesso de terceiros era permitido ainda de forma bastante restritiva²⁷. O regulamento estabelecia que o diretor “poderá facultar a pessoa idônea, dentro do Departamento e em logar apropriado, e sob as vistas dos funcionários, o exame e estudos, papeis e documentos archivados.”²⁸

²⁶ Ibid., p. 993-994.

²⁷ Não se pode aqui perder de vista que o acesso amplo aos documentos públicos de arquivos é uma questão recente. A garantia de acesso aos documentos de caráter público pelos cidadãos em geral será afirmada significativamente em vários países somente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, uma vez que o reconhecimento do direito à informação como direito fundamental é estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948. (Cf. GONÇALVES, Janice. A produção historiográfica, os arquivos e o papel do arquivista: reflexões acerca do caso catarinense. Texto apresentado na Semana do Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná – 4 a 7 de abril de 2005. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/textojanicegoncalves.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2005.) No caso brasileiro somente em 1988 a Constituição tornou explícito o direito de acesso à informação pública.

²⁸ PARANÁ. Decreto 1857, de 24 de outubro de 1928. Regulamento da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, p. 994.

No regulamento também constam algumas referências que indicam como deveria ser o tratamento arquivístico dado aos documentos. É interessante observar que ações relacionadas com a seleção, eliminação ou guarda permanente dos documentos recebidos, em geral associadas com os procedimentos arquivísticos modernos, já constavam das atribuições do Arquivo na década de 1930. Nesse sentido o Artigo 17 estabelecia:

Quinquenalmente será feita a seleção dos papeis e documentos recebidos, incinerando-se os que não offereçam utilidade. A seleção far-se-á perante uma comissão de funcionários da Directoria Geral da Secretaria d'Estado, consultando-se em caso de duvida, as secções technicas das outras Secretarias.

§ 1º – Da incineração, lavrar-se-á competente actas .

§ 2º – Os livros, papeis e actos julgados úteis, fi carão perpetuados no Archivo.²⁹

Sobre os prazos para o recolhimento dos documentos ao Arquivo o regulamento definia o seguinte:

Art. 19º – Os autos, livros e papeis forenses também serão recolhidos ao Archivo, desde que excedam de dez annos de data.

Art. 20º – As repartições do Estado remetterão, dentro de seis mezes depois de findo o exercicio, todos os livros e documentos que devam ser archivados e que não tenham sido em virtude da necessidade de expediente.

Art. 21º – As prefeituras municipaes farão a remessa de seus relatorios, balanços, collecção de leis e decretos, dentro do exercicio a que elles se referirem ou forem apresentados.³⁰

Verifica-se nesses artigos que nessa época competia ao Arquivo recolher documentos das várias esferas de governo e dos diferentes poderes público. O regulamento indica ainda haver uma preocupação em estabelecer o valor histórico dos documentos, pois constava no Artigo 22:

O Secretario d'Estado, expedirá o Regimento Interno e o plano geral da classificação de documentos, e nomeará uma Comissão Consultiva entre pessoas de reconhecido merito, para o estudo dos elementos historicos que devam ser classificados ou archivados.³¹

Nesse regulamento observa-se que permanecem as atribuições da instituição do arquivo tanto com os documentos administrativos como com àqueles definidos como históricos, além dos documentos concernentes à “chorographia do

²⁹ Ibid., p. 994.

³⁰ Ibid., p. 995.

³¹ Ibid., p. 995.

Paraná”. No entanto, não consta nenhuma referência à memória, tal qual havia sido explicitado e enfatizado na lei de criação e no regulamento de 1855.

Em um editorial do Boletim do Arquivo do Paraná, Mbá de Ferrante, funcionário da instituição desde 1938, rememorou os trabalhos de reorganização realizados a partir de 1939. Trabalhos que ele definiu como uma verdadeira revolução que transformou o “velho Archivo” em “Arquivo”:

(...) trabalhos esses que, no seu desenvolvimento, ousaram (é bem o termo!), abolir compulsoriamente antigas maneiras de guardar papéis, possibilitando se iniciasse a transformação do Archivo em Arquivo, o que até os dias atuais ainda está em marcha. Assim foram banidos, discricionariamente, antigos balcões e veteraníssimas escrivaninhas de tampo inclinado. Enormes Livros “Tombo” e “Ementa” foram substituídos compulsoriamente por pequenas fichas datilografadas. Pesadas prateleiras foram trocadas por funcionais estaleiros de imbuia, como foram, também, pesados pacotões (amarrados dezenas de vezes por usados cadarços e que se identificavam por agressivas placas de zinco) - por caixas de madeira, padronizadas, desenhadas e construídas especialmente para guarda, conservação, organização e fácil manuseio de documentos.³²

As memórias de Mbá de Ferrante, construídas a partir do presente, portanto impregnadas por questões e interesses relacionados com o momento vivenciado por quem rememora, enfatizam uma história positiva da instituição³³.

Um outro documento mostra uma situação oposta. A proposta orçamentária para o ano de 1944, feito pelo diretor do Arquivo ao Secretário de Estado, enfatizava o estado deplorável da repartição:

A incúria transparecia em tudo. Armários, prateleiras, caixas-fortes, quasi todas as dependencias encontravam-se atravancadas com pilhas de papéis, pacotes de documentos diversos, impressos, cartas geográficas, livros, coleções de decretos, portarias, cópias de ofícios, fotografias, escarradeiras imprestáveis, móveis desimparceirados, obsoletos, inservíveis, isso tudo agravado pela sujidade incrível de pó acumulado.³⁴

³² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 3-4.

³³ Ao longo das mais de três décadas em que ocupou a direção da instituição Mbá de Ferrante firmou uma imagem pública de defensor do Arquivo Público do Paraná. Nos anos 70 ele empenhou todas suas forças na construção de uma sede para o Arquivo, ao mesmo tempo em que buscava construir uma identidade para a instituição. Em vários textos publicados nos Boletins do Arquivo do Paraná Mbá de Ferrante se dedicou a construir uma narrativa histórica positivada do Arquivo.

³⁴ PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Obras Públicas. Departamento do Arquivo Público. **Proposta orçamentária para 1944**. Curitiba, 30 de junho de 1943, p. 1-2.

Nesse caso, por tratar-se de uma proposta orçamentária, deve-se considerar que talvez o Diretor do Arquivo, como forma de garantir recursos, se utilizasse de um discurso que enfatizava os problemas. No entanto a situação precária do Arquivo, tanto em termos físicos como de organização, é uma situação recorrente ao longo dos anos. Transformações efetivas no Arquivo Público do Paraná ocorreriam somente na década de 1970 com a construção de um edifício apropriado para o Arquivo.

Em termos de mudanças administrativas do Estado do Paraná, as quais poderiam modificar a sua produção documental, verifica-se que desde o início da República até os anos de 1950 não existiram grandes alterações, ocorrendo basicamente mudanças nas denominações das secretarias, desmembramentos ou fusões de pastas, criação de departamentos ou institutos. Até 1951 os assuntos tratados pelo Poder Executivo eram basicamente os mesmos do século XIX: fazenda, justiça, educação, saúde, obras públicas, transportes, indústria e comércio e segurança pública³⁵.

A partir dos anos 1950, com a expansão econômica, crescimento demográfico, urbanização, desenvolvimento tecnológico e o próprio crescimento do Estado, novas pastas foram criadas como a do Trabalho, Recursos Humanos, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Planejamento, Administração, Esporte e Turismo, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia³⁶. No entanto, mesmo diante do crescimento do Estado e conseqüente aumento da burocracia estatal, a situação do Arquivo Público parece não se alterar significativamente por muitas décadas. Observa-se que o Arquivo Público do Paraná passa por uma sucessão de mudanças de nomes e posições na estrutura administrativa do Estado, ocupando ora a posição de diretoria, ora de departamento, ou ainda apenas de um serviço anexado a algum

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1853-1947)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2000, p. 18.

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1948-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2002, p. 30.

outro departamento³⁷. As inúmeras mudanças de subordinação e, ainda, a crônica falta de recursos humanos, financeiros e de espaço físico indicam uma fragilidade institucional do Arquivo Público dentro da hierarquia estadual e apenas confirmam a posição periferizada em geral ocupada pelos arquivos na administração pública.

Algumas mudanças ocorreram no Arquivo Público do Paraná nos anos de 1970. Com a Lei nº6.636 de 1974, que desencadeou a reforma administrativa e reorganizou o Poder Executivo, foram feitas alterações na estrutura do Arquivo, que passou a denominar-se Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem — DAMI, ficando desde então subordinado à Secretaria de Estado da Administração. Tal reforma, iniciada no governo de Emílio Gomes (1973-1975) e implantada por Jayme Canet Júnior (1975-1979), redefiniu a estrutura organizacional e criou novas secretarias de governo, adequando o Paraná à racionalização administrativa delineada pelo governo federal a partir do Decreto-lei Federal nº200, de 25 de fevereiro de 1967³⁸.

Sobre a relação do Arquivo nessa época com as outras instâncias da administração estadual, nos Boletins observa-se que apesar de todos os problemas que a instituição sempre enfrentou, são raras as queixas e, muito menos, qualquer tipo de questionamento aos governantes. Quando existem, as cobranças são amenizadas, como pode ser observado no seguinte trecho da matéria que anunciava a construção da nova sede.

Embora muito nos falte para que nos consideremos privilegiados no concerto com os demais Arquivos do Brasil (...) podemos dizer que nosso Arquivo vinha sendo apenas parcialmente atendido, pela absoluta prioridade ao atendimento de outros graves problemas, que ao longo dos tempos tem assoberbado a administração do Paraná, apesar do interesse de nossos homens públicos, conscientes da necessidade de preservação da documentação histórico sócio cultural.³⁹

Tal referência sobre o interesse dos homens públicos em relação à preservação é contraditória com uma contínua reclamação sobre o descaso e abandono em que se encontram os arquivos. Nos editoriais dos Boletins

³⁷ Sobre as alterações do Arquivo na estrutura administrativa do Estado, Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, **História administrativa ...**, 2000, p. 61, 69, 71, 74, 75, 76, 77, 81, e ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, **História administrativa ...**, 2002, p.35, 40, 93, 143.

³⁸ IPARDES. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IPARDES, 1989, p. 92-95.

³⁹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 2/3, 1978, p. 32.

evidencia-se inclusive que havia a necessidade de sensibilizar até mesmo os servidores públicos sobre a importância do Arquivo.

Instituição cuja utilidade acaba sendo — “descoberta”, mais cedo ou mais tarde, pelas partes ou mesmo pelos integrantes de outras áreas do Serviço Público (servidores e autoridades) — quando falham todas as outras fontes, obviamente dentro do seu raio de ação, aparece assim com a última instância para muito postulante já desesperançado.⁴⁰

Em outro texto, ao discorrer sobre a primeira exposição de documentos realizada pelo Arquivo, além de ressaltar a questão do acesso ao acervo por todos, Mbá de Ferrante também busca conscientizar os servidores do Estado de todos os escalões sobre as finalidades e objetivos do Arquivo. Segundo Mbá,

(...) é lícito crer que há não só um número bem maior de pessoas a saber que a documentação sob a guarda do Arquivo não está fechada a sete chaves e que a todos é possível acesso ao seu notável acervo, como também um grupo bem mais numeroso de Servidores do Estado, de todos os escalões, sabe melhor da existência das atividades, das finalidades, dos objetivos e do campo de atuação deste que é um dos mais antigos órgãos da nossa pública administração (...).⁴¹

Nos Boletins a construção de uma imagem de abnegação e de heroísmo diante dos problemas existentes é frequentemente afirmada. Em um editorial Mbá de Ferrante argumentava:

Repartição cujo pioneirismo atesta a importância que já no Império justamente se emprestava aos Arquivos, este órgão, como Departamento, Divisão, Secção, Directoria, Archivo, Arquivo ou seja lá qual for a denominação ou classificação que lhe tenha sido atribuída, pode-se dizer, resistiu sempre, estoicamente, aos tempos, brigando, ao seu modo, pela própria sobrevivência e para que o deixassem brigar pela sua história e principalmente pela do Paraná; desfez muitas dúvidas; colaborou eficazmente na solução, definitiva, de inúmeros problemas; comprovou fatos, situações e direitos que exigiam documentação irrefutável; enfrentou reformas, modificações alterações estruturais e muitas outras coisas mais; resistiu a restrições e indiferenças e sempre cumprindo sua missão e colaborando tranquilamente com a Administração da qual é parte integrante e com o povo, que é o legítimo proprietário dos documentos públicos, venceu modesta e galhardamente um século e um quarto.⁴²

Ou ainda, utilizava-se da estratégia de humanizar a instituição, afirmando-se que foi a humildade que lhe garantiu a sobrevivência:

⁴⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 6, 1980, p. 3-4.

⁴¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 8, 1981, p. 3.

⁴² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 6, 1980, p. 3.

Fosse possível atribuir personalidade a um departamento do Serviço Público, dir-se-ia que o Arquivo é dotado de um atávico senso de humildade, fruto da consciência do seu valor e da sua significação. Talvez até seja esse, afinal, de par com a realidade marcante da tarefa que executa, o grande segredo da sua própria sobrevivência.⁴³

O regimento interno aprovado em 1976 definia o Arquivo como o órgão responsável pela execução e administração dos serviços relativos ao patrimônio documental do Estado do Paraná sob sua custódia e demais atividades correlatas, definindo como seu campo de atuação a aquisição, guarda, organização e reprodução de documentos de valor legal, administrativo ou histórico.⁴⁴ No organograma do Arquivo o acervo estava sob os cuidados de duas divisões, — de *Guarda de Documentos e Pesquisa Histórica e Comunicação Cultural* —, cabendo à primeira “o recebimento, conferência, execução e processamento técnico do arquivamento, registro geral, revisão e anotações nos documentos arquivados”; à segunda competia “a organização do patrimônio documental histórico, pesquisas e interpretações de manuscritos, intercâmbio e permuta com instituições culturais”.⁴⁵ Apesar de não se utilizar a terminologia de “arquivos intermediários”, no regimento de 1976 tal divisão do acervo já existia.⁴⁶ No entanto observa-se uma ênfase nas funções com os documentos definidos como históricos, pois no Artigo 4º do Regimento, constava como objetivos do Arquivo:

- a – guardar, conservar, reproduzir, divulgar e acrescer o acervo de documentos sob sua custódia e outros de recolhimento obrigatório na forma da Lei, mantendo-os sistematicamente organizados para que possam ser utilizados.
- b – promover e facilitar pesquisas históricas e, bem assim, a divulgação das informações contidas nos documentos sob sua guarda.
- c – fornecer dados e elementos, certidões e reprodução de documentos à administração

⁴³ Ibid., p. 3.

⁴⁴ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 30-31.

⁴⁵ Ibid., p.33.

⁴⁶ Em 1978 uma matéria do Boletim com o título “EM BUSCA DE SISTEMA IDEAL DE ARQUIVO” comentava uma reunião com integrantes do governo na qual Mbá de Ferrante expunha um projeto em fase de estudo para a implantação de um “Sistema Estadual de Arquivo”. Tal projeto previa o treinamento de servidores no próprio Arquivo Público do Paraná, que depois aplicariam os mesmos métodos e sistemas nos arquivos de cada órgão. Após o prazo de no máximo seis meses após o final da produção ou recebimento dos documentos o acervo documental seria transferido para o **Depósito Intermediário**. “Nesse pré-Arquivo haverá avaliação e seleção para que se encontre a destinação definitiva ou seja; armazenamento por prazo a ser determinado, reprodução (microfilmagem), arquivamento da DGD [Divisão de Guarda de Documentos], ou então descarte, se for o caso.” (BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 2/3, 1978, p. 65)

pública e particulares.

d – elaborar normas para aquisição ou descarte de documentos.

e – manter coleções de reproduções de documentos que possam servir aos seus objetivos.

f – outras atividades correlatas

§ Único – Sendo a sua principal finalidade servir a Administração Pública, na sua qualidade de Arquivo Público deverá se constituir em fonte primária para o conhecimento e estudo da História Administrativa do Estado, daí porque deverá manter também coleções de documentos particulares, livros e publicações em geral que possam aproveitar à História do Paraná.⁴⁷ [sem grifo no original]

No texto intitulado “Do Archivo da província ao DAMI dos dias atuais”, também reafirmava qual era considerada a prioridade da instituição:

O Departamento atende ao público e a todos os demais órgãos da administração; fornece certidões e cópias autênticas dos documentos sob sua guarda; desenvolve, assim, as atividades normais da rotina burocrática mas, **paralelamente é que tem andamento sua mais importante tarefa: exercita atividades no sentido de colocar ao alcance dos pesquisadores, historiadores e estudiosos em geral da História do Paraná, os preciosos informes contidos nos documentos sob sua custódia**, permitindo aos interessados devidamente credenciados, consulta direta às fontes históricas. E, aqui, presta também preciosa colaboração ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, possibilitando a realização, em recinto especial, de pesquisas e aulas práticas sob a direção e orientação de consagrados mestres universitários, com a participação de estudantes de História.⁴⁸ [Sem grifo no original]

Deve-se observar que nesses textos citados não se deixa de referir às atribuições do Arquivo relacionadas com a guarda dos documentos com valor administrativo, legal ou de prova. Porém tais funções são colocadas em segundo plano, destacando-se sempre a importância e o valor daquele acervo definido como “histórico”.

Na década de 1970 prevalece o entendimento de que a “missão” do Arquivo, uma vez que ele é “público” desde a sua criação lá no longínquo ano de 1855, é a preservação de quaisquer fontes primárias que possam interessar para a história do Paraná. No texto intitulado “Do Archivo da província ao DAMI dos dias atuais” tal posição é defendida claramente:

Na sua qualidade de instituição especificamente prevista para a aquisição, organização e reprodução de documentos de valor legal, administrativo ou histórico, produzidos ou recebidos pelo Poder Público, ou ainda, produzidos por particulares, e sob sua guarda,

⁴⁷ Ibid., p. 31.

⁴⁸ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n.º 0, 1976, p. 9.

cumpra o órgão a sua indispensável missão na sociedade: a dos ARQUIVOS. (...) **Sua principal finalidade, evidentemente, é servir a Administração; mas na sua específica condição de ARQUIVO PÚBLICO, tal como foi criado [sic] em 1855, se constitui em fonte primária para o conhecimento e estudo da História Administrativa do Estado**, eis que os documentos sob sua guarda “são a fonte informativa primária sobre o desenvolvimento econômico, político e social do Estado, e constituem por si próprios uma parte preciosa do seu patrimônio cultural.”⁴⁹ [sem grifo no original]

Tal definição das atribuições da instituição, que reconhece suas funções de guarda e preservação dos documentos administrativos do Estado, mas cuja importância maior reside no seu papel de preservar “documentos de valor histórico” continua sendo reafirmada ao longo dos anos, como se pode observar na seguinte passagem:

Cumpra este ARQUIVO, em mais de um século de existência, uma firme trajetória voltada para o Paraná e sua história, procurando representá-lo como merece no Setor da Arquivística e na Batalha pela Preservação da Memória Nacional. Coloca-se como efetivamente o é, como instituição especificamente prevista para a aquisição, organização e reprodução de documento, de valor legal, administrativo ou histórico, produzidos ou recebidos pelo Governo do Estado; sua principal finalidade é servir à administração, mas sua real condição é a de ARQUIVO PÚBLICO, tal como foi criado em 1855 pela Lei Provincial nº 33 de 7 de abril, sancionada pelo 1º Presidente da Província, Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos.⁵⁰

Essa abrangência ampla das funções da instituição indica a disposição de receber todo tipo de documento, desde que tivesse alguma relação com fatos ou personagens paranaenses. Em uma nota com o título “NÃO HÁ HISTÓRIA SEM DOCUMENTO” publicada no Boletim do Arquivo apontavam-se quais os documentos interessavam:

Se você souber da existência de documentos isolados – (originais ou cópias autênticas) -, de Coleções de documentos ou de Arquivos particulares, de qualquer tipo de procedência que pertençam ou pertenceram a pessoas ou instituições que tenham ou tiveram seu nome ou suas atividades por qualquer vínculo próximo ou remoto – direta ou indiretamente ligados aos fatos do Paraná – NÃO OS DESTRUA NEM PERMITA QUE SEJAM DESTRUÍDOS, ELIMINADOS OU DESCARTADOS sumária ou indiscriminadamente. Consulte-nos. Nosso “palpite” pode ajudar ... (...).⁵¹

⁴⁹ Ibid., p. 8.

⁵⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 15, 1984, p. 51.

⁵¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 35.

Ou seja, o princípio arquivísticos de fundos, que propõe o respeito à natureza contextual dos documentos arquivísticos que lhe permitem refletir a instituição de origem, não encontra o menor espaço aqui. Interessam sim todos os documentos, sejam eles particulares, cópias ou originais, fazendo parte de coleções ou isolados, contanto que preencham uma única exigência: estarem relacionados com a magnificência dos acontecimentos da história do Paraná.

2.3 O Arquivo como guardião das fontes históricas do Paraná

As relações entre o Arquivo e o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, como se analisará melhor adiante, já vinha ocorrendo desde os anos 1960 e fortaleceram-se na década seguinte especialmente em função da criação do curso de mestrado em História em 1972.

Pode-se deduzir que tais relações repercutem especialmente no tratamento do acervo, intensificando-se a partir de então as atividades voltadas para a organização do acervo ao qual estava sendo atribuído um determinado “valor histórico”. Em 1976, por exemplo, o Arquivo firmou convênio com o Instituto Euvaldo Lodi para a contratação de alunos universitários como estagiários. O Boletim do Arquivo Público informou que das quatro primeiras estagiárias contratadas, duas “dedicaram atenções exclusivamente à tarefa principal atribuída ao Grupo de Estagiárias: levantamento do acervo documental dos séculos XVIII e XIX e elaboração dos primeiros catálogos”.⁵²

Também foi durante esse período, mais especificamente em 1976, que teve início a publicação do Boletim do Arquivo do Paraná, que como se verá no próximo capítulo, tinha como objetivo a divulgação do acervo documental e da própria instituição, mas ao escolher e apresentar alguns documentos do acervo e publicá-los reafirmava determinados discursos historiográficos sobre o Paraná.

Desde os anos de 1960, especialmente em decorrência de mudanças na historiografia, configurou-se uma nova relação do Arquivo com os historiadores. Como foi visto anteriormente, a presença de pesquisadores no Arquivo já constava no Regulamento do Departamento de Archivo Público e Estatística de 1928, no

⁵² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 11.

entanto o acesso ainda era muito restrito, pois permitia a consulta aos documentos arquivados apenas por “pessoas idôneas” e autorizadas pela direção.⁵³

A partir da década de 1950 alguns fatores interferem decisivamente na abertura dos arquivos ao público: o desenvolvimento científico e tecnológico, o progresso das pesquisas históricas, a utilização dos métodos quantitativos em pesquisa, a elaboração do conceito de direito à informação, o aparecimento de diversos meios de reprodução e, finalmente, a informática.⁵⁴

Narrativas históricas sobre o Paraná há muito eram elaboradas pelos historiadores ligados a outras instituições como, por exemplo, o Instituto Histórico, Geográfico Paranaense — IHGP⁵⁵, fundado em 1900 por Romário Martins nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁵⁶ Pode-se supor que os historiadores ligados a esse tipo de instituição consultassem de alguma forma os documentos do Arquivo do Paraná.

Porém, a institucionalização do Arquivo Público do Paraná como espaço de pesquisa ocorre efetivamente nos anos 1960 quando os historiadores universitários, especialmente os professores do curso de História da Universidade Federal do Paraná — UFPR, começaram a freqüentar assiduamente a instituição e utilizar os

⁵³ PARANÁ. Decreto 1857, de 24 de outubro de 1928. Regulamento da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, p. 994.

⁵⁴ COSTA, Maria Célia Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 64. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/47.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2005.

⁵⁵ A relação do Arquivo Público do Paraná com o IHGP é um assunto a ser estudado melhor. É possível identificar que ao longo dos anos os membros do Instituto têm atuação significativa junto ao Arquivo e seria interessante aprofundar, por exemplo, de que modo tais agentes sociais interferem na instituição. Alguns outros estudos abordam a relação entre Arquivos e os Institutos. Cláudia Regina Calari, por exemplo, ao analisar a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais afirma que o Arquivo Público Mineiro, embora possuísse funções diferentes, foi uma instituição irmã do Instituto mineiro. (CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 59-83). Outro estudo significativo sobre esse assunto é a tese de Janice Gonçalves, que ao analisar a construção dos campos historiográfico e arquivístico em Santa Catarina, discute as relações entre o Arquivo do Estado de Santa Catarina e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. (GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. 444 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo)

⁵⁶ A proposta inicial de fundar um Instituto Paranaense nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi de Romário Martins. A partir de 1948 o Instituto incluiu a etnografia entre os seus campos de estudo e passou a se chamar Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 215-216.

seus documentos como fonte para pesquisas acadêmicas. Muito mais do que usuários do Arquivo, alguns historiadores assumiram um papel atuante no sentido de preservar e resgatar as fontes históricas que interessavam às suas pesquisas.

O depoimento de Cecília Maria Westphalen⁵⁷ em uma carta para Mbá de Ferrante publicada no Boletim do Arquivo é significativo para entender como ocorreu tal aproximação entre a academia e o arquivo ainda na década de 1960. Nessa carta a professora Cecília, ao discorrer sobre a sua formação no curso de História, conta que na época de afirmação das Faculdades de Filosofia, aquelas se dedicavam primeiramente a formar profissionais para o ensino médio em expansão no país e não havia ainda a preocupação em formar o pesquisador em História, o historiador. Tanto que ela própria afirma nunca ter sido levada a um arquivo histórico durante o curso, e a pesquisa, quando exigida, era apenas bibliográfica. Segundo a professora, a situação de Curitiba não era diferente do resto do país e a “historiografia brasileira sequer acompanhava a historiografia tradicional dos grandes centros. Muito menos era tocada pela renovação conceitual e metodológica que se operava no exterior, sobretudo na França, com a ‘Escola des Annales’.”⁵⁸

A professora Cecília Westphalen relata que em 1958, ao participar de congressos internacionais e ter contato com importantes historiadores europeus, como, por exemplo, Fernand Braudel⁵⁹, modificou definitivamente sua atuação profissional. Na carta a Mbá de Ferrante já referida anteriormente ela conta que,

⁵⁷ Cecília Maria Westphalen diplomou-se em Geografia, História e Direito pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou seu magistério em 1951. Realizou estudos de pós-graduação na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris, e na *Universität zu Köln* (RFA) Em 1957 conquistou a cátedra de História Moderna e Contemporânea da UFPR. Foi chefe do Departamento de História e coordenadora do curso de pós-graduação e ocupou vários cargos na UFPR. Produziu vários trabalhos com enfoque regional, tornando-se referência importante na produção historiográfica sobre o Paraná. (Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Cecília Maria Westphalen. Disponível em: http://www.pr.gov.br/arquivopublico/folder_cecilia.shtml. Acesso em: 30 nov. 2004.

⁵⁸ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 34, 36.

⁵⁹ Nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, Fernand Braudel, pertencente à chamada “segunda geração” dos *Annales*, tornou-se uma das figuras mais proeminentes e influentes da historiografia francesa. Na sua obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Felipe II*, Braudel definiu seu modelo de análise nos três níveis, que correspondiam a três unidades de tempo: a “estrutura” ou longa duração, dominada pelo meio geográfico; a “conjuntura”, ou média duração, voltada para a vida social; e o “evento” efêmero, que incluía a política e tudo o que dizia respeito ao indivíduo. Esse modelo no qual a prioridade era dada à análise da estrutura no tempo de longa duração, voltado para uma história total, constituiu-se em uma grande inovação na historiografia.

A primeira coisa que, em Paris, Fernand Braudel me fez cumprir, acompanhada por Jean Glenisson, foi visitar os Archives Nationales. Confesso, contrididamente [sic], que embora já professora catedrática, como de resto a maioria dos brasileiros, pela primeira vez penetrava em um arquivo histórico.

Os cursos, os estágios, na Alemanha e na França, em 1958 e 1959, foram definitivos na minha formação. Aderi à metodologia francesa e voltei com o projeto do estudo dos navios e mercadorias no porto de Paranaguá, enfatizando as técnicas da história quantitativa e a longa duração. (...) Por isso, em abril de 1960, procurei o Arquivo Público do Paraná.⁶⁰

A atuação dos historiadores da UFPR, preocupados em salvaguardar as fontes primárias para suas pesquisas demográficas e econômicas não se restringia ao Arquivo Público do Paraná, mas também se estendia aos demais arquivos do Estado. Em 1968 teve início o projeto *Levantamento e Arrolamento de Arquivos* realizado pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que em conjunto com outras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Estado, se propunha a levantar e arrolar acervos eclesiásticos, administrativos e notariais dos municípios paranaenses. Tal Projeto objetivava “não somente o levantamento de arquivos locais, face à iminência da perda de preciosas fontes para a história regional, como ainda o estabelecimento de maior cooperação entre professores de História das várias Faculdades de Filosofia existentes no interior do Estado do Paraná, pela efetivação de trabalhos comuns de pesquisa histórica, com ampla participação dos estudantes e com a troca de experiências e técnicas operacionais”.⁶¹ Os resultados de tais levantamentos eram publicados nos boletins do Departamento de História, especialmente entre os anos de 1968 e 1984.

Desde então o grupo de historiadores acadêmicos da UFPR, liderado pelas professoras Cecília Westphalen e Altiva Pilati Balhana, passou a freqüentar assiduamente o Arquivo Público do Paraná. A presença dos historiadores intensifica-se a partir dos anos 1970 com a criação do curso de mestrado do Departamento de História da UFPR, voltado para o estudo de História Regional, com as opções de História Demográfica e História Econômica. De acordo com Cecília Westphalen, “os cursos de pós-graduação em História, a partir de 1972, **determinaram definitivamente a nossa presença institucional no Arquivo**”.⁶² [sem grifo no original]

⁶⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 37.

⁶¹ BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Curitiba: Universidade do Paraná, n. 9, 1969, p. 8.

⁶² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 38.

Em um texto que analisa os recortes e as fontes em torno dos quais se desenvolveram a maioria das pesquisas para as dissertações do curso de mestrado do Departamento de História nos anos setenta, MARCHI et al. constataam:

Durante uma década predominaram temas relacionados à História Demográfica e à História Econômica. (...)

Fazendo uso de fontes primárias, especialmente as listas nominativas de habitantes, registros paroquiais, registros de impostos, inúmeras tabelas e gráficos que se definem como indicadores dos processos de povoamento do Paraná e, especialmente, de Curitiba. Um conjunto de dissertações de mestrado foi produzido nesta época. Paralelamente, outros trabalhos faziam suas incursões no campo econômico. Essas duas “linhas de pesquisa” levaram à exploração de temas relacionados aos Campos Gerais, estruturas agrárias, povoamento do Paraná, população de Curitiba, imigrações e imigrantes, escravidão, comércio, transporte entre outros.⁶³

Tais temas valorizados pelos historiadores também estão presentes nos Boletins do Arquivo do Paraná, especialmente nos documentos transcritos ou reproduzidos na publicação.

A intensidade da participação dos historiadores acadêmicos no Arquivo se altera um pouco na década de 1980, mais uma vez determinada pelas tendências historiográficas. Se nos anos de 1960 assistiu-se ao apogeu da exploração das grandes fontes seriais e que resultaram em grandes obras de história quantitativa, a partir da década de 1980 entra em declínio o “paradigma galileano” e os historiadores se afastam do serial e do quantitativo.⁶⁴

Tais mudanças na historiografia mundial também repercutiram no curso de História da UFPR. Sobre a produção historiográfica do Departamento de História nos anos 80, MARCHI et al. afirmam que:

Na década de oitenta, o debate historiográfico trazia à tona novas questões que passariam a interferir no trabalho de produção de História, influenciando inúmeros pesquisadores do mundo acadêmico. Seguindo as propostas teórico-metodológicas do marxismo, aderindo aos encaminhantes [sic] da “Escola de Annales” e sofrendo o impacto das reflexões de autores

⁶³ MARCHI, Euclides et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 1992/ago. 1993, p. 136.

⁶⁴ BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Introdução: Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 39.

como Foucault, Thompson e Hobsbawm, entre outros, vários professores abandonaram seus enfoques demográficos e passaram a trabalhar com outros quadros conceituais.⁶⁵

O Departamento de História da UFPR passava então por transformações que redefiniriam o perfil historiográfico de parte dos pesquisadores e do próprio Departamento, definindo-se então novas possibilidades de trabalho, com pesquisas voltadas para a exploração de temáticas que iam além dos parâmetros da História Demográfica e da História Econômica e consolidando-se o que se passou a denominar “História Social”.⁶⁶

É possível, como já foi discutido em capítulo anterior, considerar que houve um afastamento relativo dos pesquisadores em relação aos arquivos definidos como tradicionais em decorrência da ampliação da noção de “fonte” e de mudanças na historiografia. Na carta da professora Cecília Westphalen citada anteriormente transparece o tom crítico sobre tal distanciamento:

Eu continuo muito preocupada com a situação dos nossos arquivos locais. Não tenho observado um crescente interesse em seu favor. Pelo contrário. Embora a multiplicação dos cursos de pós-graduação em História e a multiplicação de seus alunos, poucos, muito poucos, é preciso, ainda que pezarosa [sic], constatar, até mesmo freqüentam os arquivos, de modo sistemático ...

Embora toda a renovação conceitual e metodológica da História, os historiadores brasileiros ainda não se habituaram a freqüentar os arquivos. Não sou eu quem afirma isto. Recentes publicações do Arquivo do Estado de São Paulo é que constata essa ausência.

Ultrapassadas as fases do amadorismo e da simples erudição, como explicar essa ausência?

Tenho, da minha observação, respostas não agradáveis. No Brasil, hoje, se pratica uma historiografia exclusiva e exclusivista, cercada de limitações teóricas, metodológicas, temáticas e cronológicas, visíveis na própria freqüência diminuta dos arquivos.

(...)

Perderam [os historiadores brasileiros] a noção de que a História trata, como ensinava Marc Bloch, dos homens no tempo. Limitam-se ao hoje, realizando uma fraca Economia, uma fraca Sociologia, uma fraca Antropologia ... (...) Este privilegiamento do muito recente sequer é conceitual ou metodológico. Apenas é mais fácil. É mais fácil pesquisar jornais impressos recentemente do que ter a paciência beneditina da leitura dos manuscritos de arquivos.⁶⁷

O grupo de historiadores liderados pela professora Cecília continuaria atuando politicamente em defesa dos acervos que considerava importante para suas

⁶⁵ MARCHI, op. cit., p. 137.

⁶⁶ Ibid., p. 137-138.

⁶⁷ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 39-40.

pesquisas. A opinião de Cecília Westphalen sobre as necessárias atitudes do historiador em relação aos documentos justifica o porquê do movimento em defesa dos arquivos. Segundo ela as atitudes reveladoras e indispensáveis ao caráter do pesquisador estão relacionadas com o seu comportamento no que se refere à documentação histórica, sua preservação e defesa, dentro ou fora de arquivos organizados, mas, sobretudo, em relação aos acervos dispersos e desamparados.⁶⁸ Nas palavras da historiadora,

Deste modo, a primeira regra de conduta que se impõe ao pesquisador, é a do *recolhimento* dos arquivos, da documentação de interesse para a história, com a conseqüente educação comunitária para tanto.

A segunda, é a do empenho do seu prestígio pessoal e/ou funcional, para a organização dos arquivos pelos organismos públicos e privados. [sem grifo no original] A terceira, é a estrita observância do preceito de *custódia* arquivística, mesmo quando pela desorganização dos arquivos, facilidades de toda sorte possam estar à sua disposição.⁶⁹

Tal interferência dos historiadores acadêmicos nos arquivos em defesa dos documentos considerados de “valor histórico”, respaldou várias ações junto ao Arquivo Público do Paraná, especialmente após o incêndio que destruiu sua sede em 1989.

Em 1992 foi fundada a Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná – AAA-Par. Tal entidade, capitaneada pela professora Cecília e contando com a participação de historiadores de várias instituições, tinha como objetivo sensibilizar as autoridades políticas para a reconstrução da sede do Arquivo após o incêndio. No entanto, sua proposta de ação era bem mais ampla, como se pode observar nos seus objetivos:

- 1 – propugnar por uma política de preservação da documentação em âmbito estadual;
- 2 – pleitear junto às autoridades competentes, a construção do edifício-sede do Arquivo, sua conservação e ampliação, para melhor instalação e preservação do seu acervo, presente e futuro;
- 3 – mobilizar o interesse da comunidade para o conhecimento, compreensão e apoio das funções e serviços do Arquivo, desenvolvendo permanente campanha pedagógica de esclarecimento, sobretudo junto às novas gerações, no sentido de conservação, preservação e divulgação das fontes para a história;
- 4 – propor e participar de gestões quanto à incorporação de arquivos privados ao Arquivo Público do Paraná.⁷⁰

⁶⁸ BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, n. 5, 1995, p. 39.

⁶⁹ Id.

⁷⁰ BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, n. 2, 1993, p. 3-4.

Nos tópicos acima, a proposta de propugnar uma política de preservação em todo o Estado do Paraná e participar da decisão de incorporar arquivos privados ao acervo da instituição são indicativos do grau de interferência que o grupo de historiadores pretende assumir junto à instituição.

A ação destes historiadores se concretizou com a publicação do Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, o qual tinha como finalidade afirmar a importância e divulgar o acervo da instituição. Neste sentido, entre os anos de 1993 e 1995 foram publicados dois números com catálogos do acervo de documentos históricos do Arquivo e três com os resumos de aulas proferidas nos cursos intitulados “Conheça o seu Arquivo” organizado pela Associação⁷¹. Em tais “aulas” os historiadores envolvidos com a Associação de Amigos discorriam sobre suas pesquisas, desenvolvidas ou em andamento, que tinham como fontes os documentos do Arquivo Público do Paraná. Esses interesses são explicitados no objetivo desses cursos: “divulgar as fontes por ele [Arquivo] custodiadas de extraordinário interesse para a pesquisa de história regional, assim como promover os resultados de pesquisas alcançados com base na utilização de seus acervos”.⁷²

Nestes cursos, quase todos os pesquisadores chamados a ministrar aulas ou proferir palestras, pertenciam à UFPR e ao Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense. No último curso realizado também estavam presentes pessoas relacionadas ao meio arquivístico, como o então diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes, e a reconhecida arquivista Heloisa Liberalli Bellotto.⁷³

⁷¹ O primeiro catálogo foi publicado com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Curitiba na época das comemorações dos 300 anos da cidade, relacionando os documentos sobre a Vila de Curitiba no período de 1697 a 1799. No segundo catálogo, publicado em 1994, foram publicados documentos referente ao período de 1799 a 1853, relacionando os inventários da 10ª Vara Civil, o antigo Juízo de Órfãos de Curitiba e também os processos-crimes que tramitaram na Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá. Após um intervalo de seis anos foi publicado em 2001 mais um número do Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo, já em um contexto diferente dos primeiros que foram publicados, marcando a inauguração da nova sede.

⁷² BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, n. 2, 1993, p. 5.

⁷³ No primeiro curso participaram as professoras Cecília Westphalen (UFPR), Márcia Elisa de Campos Graff (UFPR), Ernani Costa Straube (IHGP) e o então diretor do Arquivo Público do Paraná Adolpho Mariano da Costa. No segundo curso proferiram palestras Maronilde Dias Brepohl de Magalhães (UFPR), Luiz Carlos Tourinho (IHGEP) Roselys Vellozo Roderjan (IHGP), Márcia Dalledone Siqueira (UFPR), Maria Elisabeth Blanck Miguel (UFPR), Daisy Ramos de Andrade (Arquivo Público do Paraná). No terceiro curso estavam presentes Jaime Antunes da Silva (Diretor do Arquivo Nacional), Heloísa Liberalli Bellotto (IEB/USP), Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana (UFPR), Carmem Lúcia Fornari Diez (Museu Alfredo Andersen – Secretaria de Cultura do Paraná), Samuel Guimarães da Costa (IHGEP), Cecília Maria Westphalen (UFPR)

Tais cursos se enquadravam no objetivo da Associação dos Amigos do Arquivo de divulgar para a comunidade a importância dos documentos definidos como históricos que estavam sob a guarda do Arquivo. Outros objetivos, com certeza mais ambiciosos, como defender a implantação de uma política de preservação da documentação em âmbito estadual ou de mobilizar as autoridades políticas para construir a nova sede do Arquivo, seriam mais difíceis de serem alcançados⁷⁴.

Enfim, cabe ressaltar que a atuação dos historiadores acadêmicos junto aos arquivos, seja como pesquisadores ou então atuando como agentes de proteção voltados para a salvaguarda das fontes primárias que interessassem aos seus estudos, de uma forma ou de outra, repercute na instituição como, por exemplo, nas prioridades de atuação estabelecidas e, até mesmo, nas formas de organização do seu acervo, que frequentemente são feitas a partir das demandas específicas dos pesquisadores. As propostas de atuação da Associação de Amigos junto ao Arquivo, ou ainda, a frase de Cecília Westphalen já citada anteriormente sobre a “presença institucional” dos pesquisadores acadêmicos na instituição, indicam como esses atores podem atuar de forma bastante direta no sentido de influenciar a definição de quais documentos possuem determinados “valores históricos” e que devem, portanto, serem preservados.

2.4 O Arquivo como “lugar de informação”

Se na década de 1970 o Arquivo Público do Paraná buscava firmar sua imagem com a memória e com a história, nos anos 1990 entra em pauta a questão da informação. Desde a década de 1980, influenciados pelas ações democratizantes que marcaram o fim do ciclo de governos militares, os arquivos públicos brasileiros começaram lentamente a buscar um novo redesenho institucional. De acordo com JARDIM:

(...) as demandas sociais, científicas e tecnológicas instigaram os arquivos públicos a ultrapassarem sua condição como espaços sacralizados e rever suas vocações como lugar de memória e cidadania. Tornou-se cada vez mais evidente que o uso social da memória

⁷⁴ A nova sede do Arquivo Público do Paraná, inaugurada em 2001, foi construída durante o governo de Jayme Lerner.

coletiva é parte do mesmo território no qual o Estado e sociedade exercem suas funções em relação ao direito à informação e ao dever de informar. Vem se tornando cada vez mais nítido que os arquivos públicos são lugares de memória e cidadania quando gerenciados e estruturados como **lugares de informação** ... (...) ⁷⁵ [grifo do autor]

Ao longo da história do Arquivo Público do Paraná não se identifica uma situação positiva e efetiva que lhe permitisse implementar uma política de recolhimento de documentos. Ao contrário, o que se observa é uma situação similar a muitas outras instituições brasileiras que assumem uma posição passiva de receptor, resultando no recolhimento desordenado e precário das massas documentais produzidas por alguns órgãos do Estado e até mesmo por outras instituições ou por particulares, desde que tais documentos se enquadrassem em alguns critérios, nem sempre claros, de “valor histórico”.

Tal situação começou a mudar a partir de 1995, quando a direção do Arquivo assumiu claramente uma proposta de atuar efetivamente no gerenciamento da produção documental das secretarias e órgãos do Poder Executivo Estadual. As publicações feitas neste período refletem o novo direcionamento das atividades do Arquivo, a partir de então muito mais voltado para o gerenciamento da documentação administrativa do Estado nas suas três idades: os arquivos correntes, o arquivo intermediário e o arquivo permanente.

O *Manual de gestão de documentos do Estado do Paraná* publicado em 1997, revisado e ampliado em 1998, constituiu-se em um instrumento através do qual o Arquivo Público assumiu um papel mais atuante junto aos órgãos no sentido de definir os documentos a serem preservados ou eliminados. A finalidade do Programa de Gestão de Documentos, segundo a diretora Regina Gouvea, era “normatizar a massa documental produzida pelos órgãos públicos, a fim de tornar mais eficientes e racionais as ações governamentais bem como salvaguardar a história e a cultura do Paraná”.⁷⁶ Na edição do manual de Gestão de Documentos publicado em 1998, a diretora ainda esclarecia que o desafio era implantar o Programa de Gestão de Documentos no Estado,

⁷⁵ JARDIM, José Maria. Prefácio. In: **História administrativa do Paraná (1948-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2002, p. v.

⁷⁶ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. **Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná**. Curitiba, 1997, p.3.

(...) cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da ação governamental, mediante a racionalização e o tratamento adequado dos documentos acumulados pelas instituições do Poder Executivo do Estado do Paraná. A informação contida nesses documentos é instrumento estratégico para a administração pública, pois fornece dados para o planejamento, tomada de decisões, acompanhamento, controle e visibilidade das atividades de governo. Os documentos gerados pelos órgãos públicos servem, ainda, para comprovar direitos e obrigações e garantir aos cidadãos pleno exercício da cidadania.⁷⁷

Também um novo enfoque sobre a organização do Arquivo Permanente, buscando-se dar ao acervo um tratamento técnico arquivístico, pode ser identificado, por exemplo, no *Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná* publicado em 2002. Tal guia que se constitui no instrumento de pesquisa mais genérico e abrangente para recuperar as informações sobre o acervo do Arquivo Permanente, resultou da aplicação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G).⁷⁸

Outro exemplo da nova abordagem no tratamento do acervo pode ser identificado nas publicações dos dois volumes da obra *História Administrativa do Paraná*.⁷⁹ Tais obras, além de se caracterizarem como fonte de pesquisa para a história do Estado do Paraná, tinham a finalidade de identificar as alterações da estrutura administrativa do estado ao longo dos anos e servir como parâmetro de organização ou re-organização do acervo, possibilitando recuperar intelectualmente e, na medida do possível, fisicamente, o vínculo existente entre os documentos e os respectivos fundos que os geraram. São obras, enfim, que remetem para a

⁷⁷ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. **Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná**. 2. ed. rev. e amp. Curitiba, 1998, 1998, p.III.

⁷⁸ No final da década de 1980 o Conselho Internacional de Arquivos iniciou o processo de construção de normas de descrição de documentos arquivísticos. Em 1993 foi aprovada a Norma Internacional de descrição arquivística (ISAD)(G) e em 1996 foi concluída a Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias - ISAAR(CPF), voltada para os produtores desses documentos. Em 1997 o Arquivo Nacional constituiu um grupo de trabalho encarregado de traduzir as duas normas produzidas e, em abril de 1998, durante as comemorações dos 160 anos da Instituição, foi dado a público a primeira versão da tradução brasileira da ISAD(G), iniciando-se a sua discussão e posterior aplicação em algumas instituições arquivísticas brasileiras. (Cf. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A Normalização da Descrição Arquivística – avanços internacionais e a situação do Brasil. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/conferencias_mesa_redonda/vitor.htm> Acesso em 15 jan. 2007.

⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado*. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2000. 112 p.; ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *História administrativa do Paraná (1948-1998): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado*. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2002. 198 p.

aplicação dos princípios e normas de organização então em discussão no meio arquivístico brasileiro.

Tal direcionamento das atividades do Arquivo Público, mais marcadas pelo paradigma da informação, alterou-se novamente a partir das mudanças políticas do governo do Estado e da direção da instituição ocorridas em 2003. Como exemplo pode-se citar um texto divulgado pela Agência de Notícias no *site* oficial do Estado do Paraná nas comemorações dos 148 anos da instituição. Na matéria intitulada “Arquivo Público retoma ações ligadas à História do Paraná” afirmava-se o seguinte:

Depois de anos dedicados apenas à gestão de documentos gerados pelo governo, o Departamento Estadual de Arquivo Público vai retomar as ações ligadas à história do Paraná. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (7) pelo secretário da Administração e da Previdência do Paraná, Reinhold Stephanes, na solenidade de abertura da exposição que marca os 148 anos da instituição.

“O Arquivo Público não pode se limitar apenas ao gerenciamento dos documentos produzidos pelo governo do Estado”, afirmou o secretário Reinhold Stephanes. Para ele, além de preservar documentos do Executivo Estadual, a instituição tem que exercer a função estratégica de estimular a pesquisa sobre o Paraná.⁸⁰ [sem grifo no original]

Esses discursos reproduzidos acima apontam para duas questões importantes: primeiro, a retomada de antigos paradigmas que priorizam a memória e a história; segundo, a separação entre o gerenciamento da documentação produzida pelo Estado e o processo de formação do acervo histórico. Verifica-se aqui que a gestão de documentos não é entendida como instrumento que garante a preservação também dos documentos de interesse para a pesquisa histórica. Constata-se, portanto, uma cisão na percepção do acervo, ignorando-se que são os documentos com valor administrativo e de prova para o Estado que irão formar em algum momento o acervo permanente.

Em outro parágrafo da mesma matéria indicam-se os papéis que cabem às instituições Arquivo Público e Universidade nas suas respectivas relações com a memória:

A diretora revelou que está discutindo projetos que devem envolver as universidades em novos estudos sobre o acervo.

“O arquivo, cumprindo seu papel de guardar a memória, e as universidades, com sua

⁸⁰ AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Arquivo Público retoma ações ligadas à história do Paraná. Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=2929>. Acesso em: 20/06/2006.

tarefa de analisar a memória, devem trabalhar de forma integrada”, concordou a historiadora Marionilde Magalhães, professora da UFPR que já participa do processo de reaproximação.⁸¹ [sem grifo no original]

Deve-se considerar que as instituições não seguem um sentido unívoco em direção ao progresso e mudança. Ao contrário, é possível perceber não só avanços, mas também mudanças de rumo, retrocessos e permanências. Se por um lado, na década de 1990, buscando-se acompanhar os novos paradigmas da arquivologia voltados para a informação, o enfoque mudou para o tratamento da documentação administrativa produzida pelo Governo Estadual, por outro lado observa-se em pleno século XXI permanências daquele Arquivo da década de 1970, o qual por sua vez reafirmava continuamente os seus laços com um modelo de arquivo lá do século XIX, voltado principalmente para a história e para a memória.

Não é difícil perceber nesse contexto conflitos entre paradigmas, propostas e visões sobre as funções da instituição e os documentos ali guardados. E neste jogo de interesses os agentes sociais mais uma vez interagem, estabelecem ou impõem prioridades para a instituição, definindo propostas de uso, de preservação, de acesso e de disposição dos documentos. Afinal, o que está em jogo é a definição, diante da atribuição de valores, de quais documentos devem ser guardados, eliminados, preservados ou esquecidos.

⁸¹ AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Arquivo Público retoma ações ligadas à história do Paraná. Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=2929>. Acesso em 20/06/2006.

3 HISTÓRIA, MEMÓRIA, CULTO E VENERAÇÃO AOS DOCUMENTOS ANTIGOS

Mas que a vida necessite da história precisa ser tão claramente concebido quanto à formulação que precisará ser posteriormente demonstrada – que um excesso de história prejudica o vivente. A história é pertinente ao vivente em três aspectos: ela lhe é pertinente conforme ele age e aspira, preserva e venera, sofre e carece de libertação. A esta tripla ligação correspondem três espécies de história, uma vez que é permitido diferenciar entre uma espécie *monumental*, uma espécie *antiquária* e uma espécie *crítica* de história. Friedrich Nietzsche (Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida)

Nos capítulos anteriores frequentemente observou-se nos Boletins a utilização de um “valor histórico” como determinante para a definição de quais documentos deveriam ficar sob a guarda do Arquivo do Paraná. Tal valor aparece como naturalmente dado, como se não fosse necessário estabelecer ou explicitar claramente qual critério está sendo utilizado nesse processo de atribuição de valores aos documentos arquivísticos. No entanto, de alguma forma, existe um processo de construção de uma representação que faz com que alguns documentos sejam reconhecidos como possuidores de tal “valor histórico”.

Ao analisar como se atribui valores aos monumentos, Aloïs RIEGL afirma que o interesse do homem moderno pelas obras deixadas pelas gerações anteriores não se esgota no seu valor de testemunho e identifica um duplo valor de rememoração: além do “valor histórico”, o “valor de antiguidade”. O valor histórico do monumento, baseado sobretudo em um conhecimento científico, estaria relacionado com as concepções modernas de história, cujo núcleo é o pensamento evolutivo.

Chamamos histórico tudo o que foi, e hoje não é mais. No momento atual, a estes termos acrescentamos, ainda, a idéia de que aquilo que foi não poderá nunca mais se reproduzir e de que tudo o que foi constitui um elo insubstituível e indemovível de uma corrente de desenvolvimento. Ou em outras palavras: cada estágio supõe um antecedente sem o qual ele não teria podido existir.¹

Segundo RIEGL, a noção de desenvolvimento está precisamente no centro de toda concepção moderna da história e para nós, hoje, toda a atividade humana

¹ RIEGL, Aloïs. Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica. **Revista Museo**, 2º sem., 1989, p. 19.

ou toda existência da qual reste um testemunho pode aspirar a um valor histórico. No entanto RIEGL reconhece que seria impossível levar em consideração o número enorme de acontecimentos dos quais nos restam testemunhos diretos ou indiretos — e cujo número aumenta indefinidamente, a cada instante — e por isso somos obrigados a limitar nossa atenção aos testemunhos que nos pareceram ser os que representavam as etapas particularmente marcantes da evolução de determinado ramo da atividade humana.

Para explicar as diferenças entre “valor histórico” e “valor de antiguidade” RIEGL cita a percepção que temos, por exemplo, de uma folha de pergaminho do século XV portadora de uma informação trivial, tal como a venda de um cavalo, que, segundo ele, não nos deve tocar somente por seus elementos artísticos (a configuração da folha, a forma dos caracteres etc.), mas há um duplo valor de rememoração: um histórico, identificado através dos elementos formais da folha e de suas características; e outro, que RIEGL denomina “valor de antiguidade”, associado com o aspecto amarelado e com a “pátina” do pergaminho, o esmaecido das letras etc. Nas suas palavras,

O conteúdo do texto intervém também nesta dissociação: de um lado, confrontamo-nos com um valor histórico constituído pelas cláusulas de venda (história jurídica e econômica), pelos elementos patronímicos e toponímicos (história política, genealogia, história territorial); de outro lado, encontramos um valor de outra natureza, que se traduz pela estranheza da língua, pelo insólito das expressões, dos conceitos, dos julgamentos, que mesmo uma pessoa desprovida de cultura histórica, sente, imediatamente, como inatuais e pertencentes ao passado. Neste caso, também, nosso interesse está incontestavelmente fundado sobre um valor de rememoração: a obra apresenta-se, para nós, como um monumento; nesta circunstância, como um monumento não-intencional. Entretanto, aqui, o valor de rememoração não está ligado à obra em seu estado original, mas à representação do tempo transcorrido desde sua criação, que se nos manifesta pelas marcas de sua idade.²

RIEGL afirma que o monumento não é mais que “um substrato sensível, necessário para produzir sobre o espectador essa impressão difusa suscitada, no homem moderno, pela representação do ciclo necessário do devir e da morte, da emergência do singular, que escapa ao geral, e de seu progressivo e inelutável retorno ao geral.” Ele afirma ainda que essa impressão não implica em uma análise científica e nem parece depender de uma cultura histórica pois ela põe em jogo

² RIEGL, Alois. Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica. **Revista Museo**, 2º sem., 1989, p. 19.

apenas a sensibilidade e a afetividade e pretende não se dirigir exclusivamente às pessoas cultas a quem necessária e unicamente a conservação histórica dos monumentos diz respeito, mas também às massas, a todos os indivíduos, sem distinção de nível cultural. Por fim ele identifica como significação profunda do valor de antiguidade a sua pretensão a ter uma validade universal, que ela divide com os valores sentimentais da religião.³

É especialmente essa noção de valor de antiguidade, relacionada muito mais com as emoções do que com uma percepção objetiva ou científica, que se aproxima de um verdadeiro culto ao antigo, que permite analisar algumas das estratégias de valorização, e conseqüentemente da construção de representações utilizadas nos Boletins do Arquivo do Paraná em relação aos documentos. Afinal, como afirma LOWENTHAL, se as relíquias são mudas, é preciso dar-lhes voz para que cumpram seu papel relicário.⁴

3.1 O homem que venera e preserva

Os Boletins do Arquivo do Paraná começaram a ser publicados nos anos 1970, em um momento bastante positivo, dentro da problemática trajetória da instituição, quando foi realizada a reforma administrativa que deu nova estrutura ao Arquivo e, ainda, foi construído um edifício próprio para abrigar o seu acervo. Também é marcante nestes anos, como foi analisada em capítulo anterior, a

³ Ibid., p. 19-20.

⁴ LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Ediciones Akal, 1998. De acordo com esse autor as relíquias, assim como a história e a memória, são as formas de acesso ao passado na sociedade contemporânea ocidental. Sobre as relíquias este autor afirma ainda que são “como puentes esenciales entre el entonces y el ahora; confirman o niegan lo que nosotros pensamos del pasado; simbolizan o conmemoran los lazos de la comunidad por encima del tiempo; y proporcionan metáforas arqueológicas que iluminan los procesos de historia y memoria.” (p. 353). Na sua análise sobre as relíquias Lowenthal também afirma: “La memoria y la historia derivan de las permanencias físicas y, a la vez, ganan énfasis con ellas. Las supervivencias tangibles proporcionan una vívida inmediatez que nos ayuda a estar seguros de que hubo un pasado en realidad. Claro que las permanencias físicas tienen sus limitaciones a la hora de proporcionar información: en sí mismas son mudas y requieren interpretación; su erosión y demolición continua pero diferencial sesga el documento, y su supervivencia sustancial hace aparecer un pasado más estático de lo que tal vez fue. De cualquier forma, aunque estén mermadas por el tiempo y el uso, las reliquias permanecen como puentes esenciales entre el entonces y el ahora; confirman o niegan lo que nosotros pensamos del pasado; simbolizan o conmemoran los lazos de la comunidad por encima del tiempo; y proporcionan metáforas arqueológicas que iluminan los procesos de historia y memoria.” (p. 15-16.)

institucionalização do Arquivo Público do Paraná como um espaço da pesquisa histórica acadêmica e a afirmação da instituição como responsável pela preservação das fontes documentais para uma história regional.

A iniciativa de publicar o Boletim foi de Mbá de Ferrante, jornalista que ocupou a direção da instituição entre os anos de 1956 e 1987. Além de fundador, Mbá de Ferrante também foi diretor e redator do Boletim até o seu afastamento da direção do Arquivo.⁵

Diante do papel que desempenhou e do tempo que atuou junto ao Arquivo Público do Paraná, os textos assinados por Mbá de Ferrante nos Boletins mereceram especial atenção. Para melhor entender suas opiniões e posições é necessário indicar alguns dados sobre a rede de relações sociais a que pertencia.

Filho de Salvador de Ferrante, um dos pioneiros do teatro paranaense, Mbá de Ferrante pertencia a uma família tradicional de Curitiba. Entrou para o serviço público em 1938, cursou direito e foi jornalista. No jornal Gazeta do Povo trabalhou entre os anos de 1948 a 1972, iniciando com a função de repórter de setor e depois se ocupando da editoria de esportes e automobilismo e, finalmente, escrevendo sobre literatura contemporânea. Foi locutor esportivo, comandou por um período a Rádio Marumby e ocupou a presidência do Clube Curitibano⁶.

No entanto sua atuação mais significativa foi junto ao Arquivo Público do Paraná. Mbá de Ferrante, que também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense⁷, era um pesquisador diletante que se definia como um “catador de curiosidades históricas”. Tais “curiosidades”, que eram “catadas” por ele no acervo do Arquivo Público do Paraná, serviram para compor parte significativa dos conteúdos do Boletim, especialmente a apresentação daqueles indicados com um “PH”, que queria dizer “pingos de história”.

Ao longo de sua trajetória junto à administração pública, Mbá de Ferrante assumiu o papel de servidor dedicado e abnegado e a construção de tal imagem

⁵ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 13, 1983, p. 22.

⁶ As informações sobre Mbá de Ferrante foram retiradas das seguintes matérias de jornais: Mbá, trinta anos na guarda dos arquivos. **O Estado do Paraná**, 2 dez. 1986. Homenagem do Arquivo para Mbá de Ferrante. **Gazeta do Povo**, 21 jun. 1987, p. 18. Jornalismo do Paraná de luto com morte de Mbá de Ferrante. **Gazeta do Povo**, 16 nov. 1987. Lembrança de Mbá no Arquivo Público. **Gazeta do Povo**, 08 abr. 1988, p. 40.

⁷ Uma matéria do Boletim intitulada “I.H.G.E.P festeja aniversário” descreve as comemorações do 77º aniversário da fundação do Instituto transcorridas no dia 24 de maio de 1977 e nomeia os novos sócios, dentre eles, Mbá de Ferrante. (Cf. BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n.1, 1977, p. 25)

social é respaldada pelo extenso e ininterrupto período em que foi o diretor do Arquivo. Mbá de Ferrante manteve-se no cargo mesmo com as sucessivas mudanças de governadores e secretários e um indicativo para explicar tal situação extraordinária pode ser encontrado em uma matéria intitulada *Mbá, trinta anos na guarda dos arquivos* publicada no Jornal O Estado do Paraná em 1986, onde se afirmava:

Curitibano que aprendeu a mineirice da convivência política, Mbá tem sido reconduzido à direção do Departamento do Arquivo Público por todos os (muitos) ocupantes das Secretarias do Interior e Justiça e Administração, as quais o órgão subordinou-se, respectivamente. Talvez pelo fato de ser um dos cinco órgãos do terceiro escalão administrativo com a mais reduzida gratificação (...) nunca houve maior disputa pela função, que além de tudo requer dedicação e amor ao passado.⁸

A reduzida gratificação pelo cargo de diretor não depõe contra, ao contrário, fortalece a imagem do servidor abnegado que dedicou sua vida ao Arquivo Público do Paraná. Como diretor do Arquivo, Mbá de Ferrante soube utilizar suas relações pessoais e políticas em prol da estruturação da instituição e da construção de uma sede nova. A maneira como ele mobiliza seu capital social transparece, por exemplo, em um trecho da matéria publicada no Boletim sobre o processo de construção do novo prédio do Arquivo.

Desde a primeira entrevista com o Secretário João Elísio Ferraz de Campos – jovem amigo a quem dedico a mais sincera admiração – quando lhe testemunhei reconhecimento pela desvanecedora confiança com que me distinguiu e que me conservava na Direção do Arquivo Público, a tônica desse e de todos os demais diálogos que travamos no seu gabinete, na sede do Departamento, em encontros extra-oficiais — (até em reuniões do Serra Clube de Curitiba do qual somos fundadores) — fossem quais fossem os assuntos abordados, em quase todo o tempo ou mesmo ao final, sempre e invariavelmente ganhava destaque a reivindicação na qual por longos anos temos insistido teimosa e até, às vezes, irreverentemente: *O Arquivo do Paraná deve ter, precisa e merece uma sede própria em edifício especialmente projetado e construído com essa finalidade.*⁹

O jornalista e advogado, filho de família tradicional curitibana, mostra-se nos Boletins do Arquivo como um ardente defensor da tradição e da história paranaense, afirmando em seus textos uma apologia ao passado, à tradição, aos vultos e pioneiros paranaenses. Nesse sentido Mbá de Ferrante afirmava em um texto intitulado “... Quem Foram? ... Quando Chegaram? ... O Que Fizeram?...”:

⁸ MBÁ, trinta anos na guarda dos arquivos. **O Estado do Paraná**, 02 dez. 1986.

⁹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 2/3, 1978, p. 33.

É nessas horas que bem se pode alertar a todos, para a importância do passado, para o significado da gratidão; para a expressão da reverência aos que vieram antes. Para os que lutaram por primeiro por este nosso grande Paraná e lhe ofertaram trabalho, amor, suor, sacrifício e lágrimas. Que de outra forma não se escreve a epopéia das grandes civilizações.

Honrando-lhes a memória e os feitos estaremos alertando as novas gerações para o significado de amar a terra que nos abriga, que nos dá oportunidades, onde vieram e trabalharam os que nos precederam, amando este rincão maravilhoso, admirando-o pelo seu passado que todos devem honrar para que todos sejamos dignos do seu futuro gigante. Pelo estudo, pelo trabalho, pela dignificação permanente das mais caras tradições, podemos honrar nossa terra, honrando assim seus pioneiros. Para tanto é simplesmente indispensável saber-se quem foram, quando chegaram e o que fizeram ... (...)¹⁰

Mbá de Ferrante, se por um lado atua como um homem do presente que busca incansavelmente modernizar o Arquivo Público do Paraná, por outro lado é, sobretudo, um homem que preserva e venera as origens, as tradições e os bens de seus ancestrais, identificando-se com uma *história antiquária*, tal qual definida por Nietzsche¹¹:

Assim, a história pertence (...) ao que preserva e venera, àquele que olha para trás com fidelidade e amor para o lugar de onde veio e onde se criou; por intermédio desta piedade, ele como que paga pouco a pouco, agradecido por sua existência. Conforme cuida, com mão muito precavida, do que ainda existe de antigo, busca preservar as condições sob as quais surgiu para aqueles que virão depois dele – e assim serve à vida. A posse dos bens de seus ancestrais altera o seu significado no interior de uma tal alma: pois esta alma é muito mais possuída por eles. O diminuto e circunscrito, o esfacelado e obsoleto mantêm

¹⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 18, 1986, p. 25.

¹¹ O Texto *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*, escrito por Nietzsche em 1873, é fortemente marcado por uma crítica a uma determinada visão de História que idealiza e venera o passado em detrimento do presente e do futuro. Nietzsche identifica as distintas atitudes possíveis em relação ao passado e afirma que a história, desde que esteja a serviço da vida, é pertinente ao indivíduo sob três aspectos: conforme ele age e aspira, preserva e venera, sofre e carece de libertação. E a esta tripla ligação correspondem três espécies de história: uma monumental, outra antiquária e uma terceira, crítica. De acordo com o filósofo “todas as três espécies de história existentes só encontram plenamente o que lhes cabe em um único solo e sob um único clima: em qualquer outra condição a história se transforma em uma excrescência desertificadora. Se o homem que quer criar algo grandioso precisa efetivamente do passado, então ele se apodera dele por intermédio da história monumental; em contrapartida, quem quer fincar pé no familiar e na veneração do antigo cuida do passado como o historiador antiquário; e somente aquele que tem o peito oprimido por uma necessidade atual e que quer a qualquer preço se livrar do peso em suas costas carece de uma história crítica, isto é, de uma história que julga e condena. Alguns infortúnios são causados pela transplantação impensada destas árvores: o crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o conhecedor do grande sem o poder do grande, são tais árvores alienadas de eu solo materno natural e, por isto, degeneradas.” (NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 23-24)

sua própria dignidade e inviolabilidade pelo fato de a alma preservadora e veneradora do homem antiquário se transportar para estas coisas e preparar aí um ninho pátrio.¹²

O sentido dessa veneração pelo passado e pelas tradições se expressa explicitamente na identificação de Mbá de Ferrante com o paranismo. Liderado por Romário Martins, o paranismo foi um movimento intelectual das décadas de 20 e 30 voltado para a construção de uma identidade regional paranaense. De acordo com PEREIRA o paranismo deve ser entendido no contexto brasileiro de descentralização política a partir do federalismo implantado com a República, quando no Paraná prevaleciam idéias de progresso e um republicanismo marcado pelo anticlericalismo, positivismo e cientificismo.¹³ Esse historiador afirma que a intenção dos paranistas era forjar um novo Paraná, um estado com identidade e com características particulares que diferenciasses o povo da terra deste estado do restante do país. “Identidade impregnada pelas idéias de ordem e progresso, trabalho e justiça, criado por uma gente trabalhadora, pouco importando sua procedência com tanto [sic] que demonstrassem tal afeição realizando algo de concreto nas terras paranaenses.”¹⁴

Ao analisar a construção da identidade paranaense que tem sido elaborada em torno de um discurso ufanista de defesa de territorialidade e de valorização dos elementos locais, Etelvina M. de C. TRINDADE identifica quatro momentos mais marcantes, sendo que o movimento paranista, conduzido pela intelectualidade local, representa a cristalização das seguintes etapas anteriores: 1) o movimento de emancipação da Quinta Comarca de São Paulo, em 1853, e conseqüente instalação de uma província independente; 2) o da construção de uma propaganda que sustentou a política imigrantista do governo na segunda metade do século XIX; 3) a questão de limites com o Estado de Santa Catarina, na disputa pelo território do Contestado, nas primeiras décadas do século XX. Essa historiadora mostra que a percepção de um sentimento, que prefere definir como “paranidade”, acepção mais ampla e distinta do paranismo por possuir este último uma conotação específica,

¹² Ibid, p. 25.

¹³ PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba, 1996. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. p. 94-95.

¹⁴ Ibid., p. 85.

tem uma característica de permanência temporal, mas constrói-se, desconstrói-se, reconstrói-se em função do momento histórico que ele acompanha.¹⁵

Tal leitura sobre a construção da identidade paranaense explica que os componentes do paranismo, nesse processo de contínua reconstrução histórica, sejam retomados por Mbá de Ferrante nos anos 80, marcando indelevelmente, como se verá adiante, não só a parte visual dos Boletins, assim como os conteúdos e escolhas dos textos e documentos ali publicados.

Deve-se considerar por fim, que os discursos de Mbá de Ferrante, fortemente marcados por uma visão ufanista da história, não podem ser entendidos como um discurso individual e isolado. Trata-se sim de um discurso “autorizado”, no sentido de que encontra ressonância (ou pelo menos aceitação) frente a outros atores sociais envolvidos com a produção histórica do Paraná, sejam eles os historiadores do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense ou ainda, os dirigentes políticos e, até mesmo, os historiadores acadêmicos. As boas relações que ele mantinha com essas distintas instituições e, até mesmo, a sua longa permanência no cargo de diretor do Arquivo, podem ser entendidas como indicação de concordância, ou pelo menos aceitação, de tais discursos.

3.2 Um boletim para todos que entendem a “grande missão dos arquivos”

Na fase inicial, ou pelo menos na decisão de editar o Boletim, observa-se a influência de uma outra instituição: o Arquivo Nacional. Isto pode ser identificado nas palavras de Mbá de Ferrante no editorial do Boletim número zero, ao explicar que a inspiração para a publicação do boletim surgiu em 1974 quando ouviu um relato de uma experiência feita por Raul Lima, Diretor do Arquivo Nacional, no I Congresso de Arquivologia realizado no Rio de Janeiro. De acordo com Mbá de Ferrante, ao retornar do congresso,

(...) retomei a rotina do trabalho diário empolgado pela idéia e meti mãos à obra: montei dezenas de espelhos, selecionei originais, inventariei colunas, criei seções, redigi muitos textos ... mas os revi, insatisfeito, confesso sem restrições, sempre à mesma conclusão: no meu exigente julgamento não correspondiam, ao padrão pretendido para esta publicação,

¹⁵ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. In: **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 13, p. 65-74, 1997.

nem tão pouco, ao menos, em parte, a expressão da lição tão perfeitamente ministrada pelo ilustre Diretor do Arquivo Nacional.¹⁶

Nos parágrafos seguintes do editorial, Mbá de Ferrante reafirmava a relação com o Arquivo Nacional homenageando o seu diretor, Raul Lima, e estendia as homenagens à Associação dos Arquivistas Brasileiros, “para que dessa forma possamos atingir a todos os que, em todos os recantos do país, compreendem, efetivamente, o significado da grande Missão dos Arquivos”.¹⁷

Pode-se identificar nesta última frase o público para quem o Boletim é dirigido: todos aqueles envolvidos com arquivos em todos os recantos do Brasil. Trata-se de um vasto grupo que incluía desde os leigos e também os arquivistas e todos os pesquisadores que se utilizam de documentos. Dentre os leigos, interessava atingir especialmente o público jovem, pois segundo Mbá de Ferrante, as finalidades precípua do boletim eram “divulgar e revelar, aos leigos em destaque, mas principalmente os jovens, os tesouros do acervo deste Arquivo, que guardam coisas marcantes da História do Paraná. E fatos que formam a própria memória desta nossa mais que centenária instituição”.¹⁸

Deve-se considerar aqui que tal interesse em atingir o público leigo se contrapõe ao público especializado que efetivamente freqüentava o Arquivo, em geral pesquisadores da história.¹⁹

Se a intenção afirmada nos editoriais era atingir um público amplo, leigo e jovem, no segundo número do boletim é possível identificar para quem ele foi inicialmente distribuído. Ao noticiar a repercussão do primeiro Boletim, afirmava-se:

¹⁶ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 3.

¹⁷ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 3. As referências sobre a “missão dos arquivos” se inspiram na “Declaração de Princípios da I Reunião Interamericana sobre Arquivos”, realizada em outubro de 1961 em Washington, onde se afirma o seguinte: “Os arquivos cumprem missão indispensável em toda sociedade, e nenhuma instituição pode substituí-lo nessa missão”. A íntegra dessa Declaração foi publicada na contracapa de todos os Boletins.

¹⁸ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 15, 1984, p. 3.

¹⁹ Uma parte do público do Arquivo, àquela de freqüentava a sala de consulta do Arquivo Permanente pode ser identificado em uma coluna intitulada “Quem está pesquisando o que”, publicada no final de todos os Boletins, na qual são relacionados os nomes de pesquisadores e assuntos consultados na Divisão de Pesquisa do Arquivo. Observa-se nessa coluna que grande parte desses pesquisadores pertencia às instituições acadêmicas de pesquisa, especialmente dos cursos de História. Deve-se ainda notar que a publicação dessa coluna dá visibilidade às consultas ao Arquivo Permanente e ignora (e portanto torna invisível) as outras consultas direcionadas ao Arquivo Intermediário.

Assinalamos com justificado júbilo a acolhida dispensada ao BAP n° 0. Sem dúvida das mais calorosas e, confessamos, além da nossa expectativa. Figuras destacadas da vida pública, dos meios culturais e do setor administrativo nos distinguiram com manifestações que, ao agradecer, asseguramos que valem pelo melhor estímulo para que tenha seqüência a editoração do BAP, (...) ²⁰

A partir das congratulações reproduzidas na seqüência da nota percebe-se que o lançamento do boletim encontrou repercussão especialmente junto às autoridades políticas paranaenses, ao diretor do Arquivo Nacional e diretores de outros arquivos estaduais, prefeitos e dirigentes de outras instituições culturais paranaenses, tais como Fundação Cultural de Curitiba, Academia Paranaense de Letras, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Não se pode desconsiderar ainda que, enquanto instituição vinculada ao Estado, e mais ainda, como *lugar de escrita do estado*, os discursos proferidos também estivessem necessariamente voltados para a própria estrutura administrativa e política estadual, de quem o Arquivo depende, tanto em termos políticos, administrativos como financeiros. Como já se discutiu anteriormente, havia uma preocupação em sensibilizar e convencer os demais servidores públicos sobre o valor e a importância do Arquivo.

A distribuição do Boletim para todos os recantos do Brasil não deixa de ser um mecanismo de propaganda do próprio governo do Paraná. Nos Boletins, além de constar os formais créditos institucionais, a própria divulgação das atividades do Arquivo e mesmo de algumas matérias explicitamente elogiosas, cumprem com a função de propagandear ou reafirmar uma imagem de eficiência administrativa e modernidade do Estado do Paraná.

No Boletim 4, dentre os vários textos sobre a inauguração da nova sede, foram transcritos artigos que haviam sido publicados em outros jornais. Um deles, intitulado “Pedestal de um Governo”, publicado no Jornal Correio de Notícias, iniciava elogiando o governador Jayme Canet Junior, o qual deveria continuar “a fazer o que está fazendo nestes últimos meses de governo, isto é, que marque com sua presença a colheita das sementes que plantou e que estão frutificando em inaugurações de obras altamente significativas para a consagração de um

²⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 7.

quadriênio.” E após relacionar várias obras inauguradas pelo governo de Jayme Canet Junior, sobre a nova sede do Arquivo a nota dizia:

Há porém, um aspecto surpreendente dessa administração que não esperávamos jamais merecer um registro particularmente enfático como característico de suas preocupações políticas. Queremos nos referir ao apoio que acaba de dar ao patrimônio cultural e histórico do Paraná, com a inauguração outro dia de um edifício próprio, especialmente construído e destinado a abrigar o Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, o primeiro no gênero que se constrói no Brasil como iniciativa verdadeiramente inédita no campo da pesquisa e da documentação histórica.

Neles [os gloriosos ‘Papéis Velhos’ dos Arquivos] nossos filhos terão oportunidade de encontrar inclusive, uma documentação, dignificante do governo de hoje, que construiu a nova sede do Arquivo do Paraná, como um verdadeiro pedestal de consagração de sua grande obra.²¹

Afinal, em relação às afirmações positivas dos atos do governo veiculadas nos Boletins, não se pode esquecer que os arquivos também se constituem em um mecanismo de legitimação do estado e são, simultaneamente, agências do poder simbólico.

3.3 A afirmação da “glória de ser paranista”

Em termos editoriais os Boletins do Arquivo Público do Paraná são produzidos de forma modesta. Apresentam o formato brochura, com aproximadamente 16x23cm e possuem em média 48 páginas. A cor foi utilizada apenas nas capas, sendo o miolo formado em grande parte por texto, havendo poucas ilustrações. No entanto, as imagens utilizadas na capa, na logomarca e nas molduras com motivos paranistas ladeando os editoriais, merecem especial atenção porque estes componentes permitem identificar algumas questões que permeiam as mensagens afirmadas e reiteradas nos conteúdos dos Boletins.

Nas capas dos números 0 a 19 constava a reprodução parcial de um mapa feito em 1749 mostrando a região do Brasil Meridional onde posteriormente se localizaria o Paraná.²² No Boletim número 0, encontra-se a explicação para a utilização de tal ilustração:

²¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 4, 1979, p. 35-36.

²² Ver Figura 1 nos Anexos.

A reprodução parcial do secularmente famoso “MAPA DOS PLENIPOTENCIÁRIOS DE PORTUGAL E HESPAÑA” (...) foi a melhor sugestão que se nos ofereceu para a ilustração permanente da capa deste BOLETIM.

Para a seleção nos estribamos em várias razões, parecendo-nos das mais sugestivas a oportunidade de promover a divulgação do raro documento no qual se procura focar região da América Meridional onde se localiza o PARANÁ e no qual o geógrafo – assinala a localização de – Curitiba, Parnagoa e Guaratuba – e dos Rios – Tubagy, Ybay, Pequeri, Ytatu, Rio Grande de Curitiba ou Yguaçu e Rio Grande ou Paraná.

A preciosa reprodução de que nos valemos integra o valioso acervo de documentos históricos deste ARQUIVO, e foi autenticada em Paris por “E. Desbuisson, Géographe du Ministère des Affaires-Etrangères em 11 février 1893”.²³

Tal capa foi utilizada até o número 19, o último publicado sob a direção de Mbá de Ferrante.²⁴ O uso de uma reprodução do *Mapa dos confins do Brazil*, datado de 1749, quando a região destacada ainda pertencia à Comarca de São Paulo, apontam para uma questão subjacente nos Boletins: a reafirmação da questão identitária paranaense. O mapa impresso na capa, além de remeter ao acervo da instituição (mesmo tratando-se de uma reprodução de um documento pertencente a outro acervo), ressalta a busca de uma unidade territorial longínqua, que em um primeiro momento foi definida com a instalação da Província do Paraná em 1853, mas que ainda teria desdobramentos posteriores, especialmente nas disputas de territórios com Santa Catarina nos anos de 1920.

Tais questões identitárias também transparecem na escolha da logomarca do Boletim que reproduziu a vinheta do Jornal Dezenove de Dezembro circundando o título “Boletim do Arquivo do Paraná”.²⁵ A utilização desse ornamento tipográfico tem a seguinte explicação:

Tratamos de divulgar sugestiva mostra de sinal tipográfico em voga e uso nos tempos da Província, mas a adoção, quer nos parecer, tem ainda um caráter de certa forma atávico. Explicamos: - como órgão oficial do Governo da época, coube ao “19” publicar não apenas a Lei n. 33 sancionada a 7 de abril de 1855 (criação do Arquivo) mas também o ato que aprovou o primeiro Regulamento além de notícias e comentários (...).

²³ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, 1976, n. 0, p.2.

²⁴ A partir do boletim número 20 as capas são ilustradas com a temática das paisagens paranaenses. Foram utilizadas as seguintes ilustrações, na devida ordem: “Curitiba em 1855”, primeira litografia gravada em Curitiba por J. H. Elliot, em 1887; “Fazenda dos Carlos (Carros) em Tamanduá”, aquarela de Jean Baptiste Debret de 1827; “Cidade de Castro” (Iapó), aquarela pintada também por Debret; “Porto de Jaguariaíva”, aquarela de Debret datada de 1827; “Rei solitário”, óleo sobre tela pintado por Lange de Morretes em 1953; “Paisagem paranaense”, óleo sobre tela pintado por Theodoro de Bona em 1921.

²⁵ Ver Figura 2 nos Anexos.

Com o agradecimento à gentil colaboradora [que executou a reprodução da vinheta], que aqui se renova, a oportunidade de que nos valem para reverenciar, permanentemente, a memória e o trabalho da gente-pioneira da Imprensa do Paraná, a do “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, bem assim a quem teria, 124 anos passados, criado a vinheta que agora, em secular homenagem, volta a ser impressa conferindo ainda providencial definição plástica ao logotipo e à primeira página deste nosso BOLETIM.²⁶

A utilização de uma logomarca com a vinheta do Jornal Dezenove de Dezembro, além de reafirmar o mito de origem do Arquivo Público ao homenagear o jornal que publicou as primeiras notícias sobre o Arquivo criado na administração provincial, também reverenciava o papel da “gente pioneira” do Paraná e prenunciava a ênfase, como se mostrará adiante, dada ao período provincial nos conteúdos e na seleção dos documentos transcritos e reproduzidos nos Boletins.

Tanto a imagem do mapa, a vinheta que relembra o primeiro jornal da Província, assim como as constantes referências à lei de criação do Arquivo já discutida em capítulo anterior, constitui-se em marcos de origem que remetem a um passado histórico distante e positivo. Nesse sentido se observa freqüentemente nos Boletins, muito de acordo com um discurso oficial do Estado, a construção de narrativas que afirmam a imagem do Paraná como lugar de progresso, modernidade e prosperidade.

Tais discursos ufanistas por sua vez estão associados com as idéias paranistas.²⁷ A estética e as idéias paranistas foram explicitamente retomadas nos Boletins do Arquivo em plenos anos de 1980. A partir do Boletim número 8 até o número 19 os editoriais são ladeados por símbolos paranistas.²⁸ A figura utilizada, formada por pinhas, pinhões e galhos de pinheiros, é a mesma utilizada na *Revista Ilustração Paranaense*²⁹, o periódico de divulgação do ideário paranista publicado nos anos de 1927 a 1930.³⁰

Nos primeiros Boletins, mesmo com o destaque dado para a construção de uma história regional, a questão do paranismo não era tão evidente. A partir do boletim número 7, no entanto, teve início uma seção intitulada *Os troncos dos*

²⁶ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 2.

²⁷ Após o afastamento de Mbá de Ferrante as referências paranistas explícitas perderam espaço no Boletim. No entanto os outros diretores mantiveram as referências e o culto aos personagens paranaenses.

²⁸ Ver Figura 3 nos Anexos.

²⁹ Cf. REVISTA ILLUSTRACÃO PARANAENSE. Curitiba, n. 4, abr. 1928, p.11 e números seguintes.

³⁰ Ver Figura 4 nos Anexos.

Pinheirais.³¹ Na primeira vez em que a coluna foi publicada a personagem enfocada foi Ildelfonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. O texto foi elaborado com a transcrição de trecho da obra *Para a história* de Rocha Pombo. Ao final uma nota explicava a origem do título da seção: “Por ocasião dos festejos do centenário do Paraná, a ex-Rádio Guairacá de Curitiba apresentou 52 edições de um programa em que J. Wanderley Dias radiofonizou a vida e obra de muitos paranaenses que em nossa sociedade formam os Troncos dos Pinheirais”. Os textos dessa coluna seriam então elaborados com os textos da coleção de programas que foi colocada sob a custódia do Arquivo.³²

Do Boletim número 10 em diante a coluna *Os Troncos dos Pinheirais* passou a ser publicada nas páginas iniciais, antes do editorial emoldurado com motivos paranistas. Em todas as publicações dessa coluna dedicada aos vultos paranaenses, consta abaixo do título uma foto de pinheirais e uma citação, que indica o tom dessa ideologia: “Ser paranaense é, até certo ponto, um acidente; ser Paranista é uma glória!”

A divulgação de um ideário paranista, ao longo dos anos, torna-se uma das finalidades precípuas do Boletim. Em um editorial publicado no ano de 1983, Mbá de Ferrante afirmava:

Este Boletim desde sua edição-piloto vem tentando, insistentemente, perfilhar-se ao grupo restrito, diga-se de passagem, daqueles que com honestidade de propósitos, empolgados pelo mais acendrado espírito legitimamente paranista, vem promovendo, e isso de longa data, a divulgação dos fastos e da documentação referente à gente e à terra deste Paraná que tanto amor e exaltação nos merece.³³

E ainda, ao comemorar 10 anos de circulação do Boletim uma matéria esclarecia: “aos novos leitores destas páginas às quais temos tentado sempre, com a mais rígida persistência, caracterizar acima de tudo, pelo seu sentimento Paranista. O que não implica, nada mais que um dever cívico praticado com a maior boa vontade e o melhor e mais puro amor.”³⁴

³¹ Ver Figura 5 nos Anexos.

³² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, 1980, n. 7, p.18-19;

³³ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 13, 1983, p. 3-4.

³⁴ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 18, 1986, p. 33.

3.4 Os temas dos boletins

Os Boletins não apresentava um formato regular, sendo poucas as seções e colunas que se mantêm ao longo dos anos. Para melhor analisar os assuntos que foram abordados, foram agrupados e quantificados os seguintes temas: o próprio boletim, a instituição, arquivos, memória e patrimônio, história, documentos.³⁵

No tema “boletim” foram incluídos todos os tópicos relacionados à própria publicação: os créditos institucionais, a ficha catalográfica, os créditos do boletim (identificando os responsáveis pela publicação), sumário e, ainda, explicações sobre partes do boletim como, por exemplo, ilustração da capa, comentários e congratulações sobre a publicação etc. Estas partes do boletim não sofrem muitas alterações ao longo dos anos e ocupam em média 4,7 páginas ou 9% do espaço de texto publicado. A exceção é o Boletim n. 18, o qual comemora os 10 anos da publicação. Neste número foi publicado um texto comentando todas as seções que faziam parte do primeiro Boletim.³⁶

O tema “instituição” agrupa os tópicos concernentes ao Arquivo Público do Paraná como, por exemplo, fatos ligados à história da instituição, visitas recebidas, eventos e comemorações, homenagens aos servidores, relação dos pesquisadores que consultam o acervo, formação do acervo etc. Nos primeiros números os temas sobre a própria instituição ocuparam um espaço muito grande do Boletim. No número zero, ocupando 58,5% do espaço do boletim (27 páginas), foi publicado desde a lei de criação do Arquivo, relatórios de atividades quase na íntegra e, até mesmo, o regimento interno aprovado no ano de 1976. A partir do número 5 o percentual de tópicos sobre a instituição decaiu, mantendo-se ao longo dos anos uma média de 11 % do espaço total do boletim. Esses dados mostram que inicialmente o Boletim cumpria com a finalidade de divulgar a própria instituição. São nessas matérias que se constrói uma memória da instituição, afirmando-se, como foi visto anteriormente, uma trajetória histórica positivada, que teria iniciado junto com a implantação da Província.³⁷

³⁵ Ver Quadro 1 e Gráfico 1 nos Anexos.

³⁶ Ver Quadro 2 Gráfico 2 nos Anexos.

³⁷ Ver Quadro 3 e Gráfico 3 nos Anexos.

No tema “arquivos” incluíram-se os itens sobre divulgação de eventos, notícias sobre outras instituições, o reconhecimento profissional dos arquivistas, citações sobre arquivos etc. Este tópico ocupa em média 3,8 páginas ou 7% do espaço do boletim. No entanto em dois números esses percentuais se alteraram significativamente: no número 4, publicado em 1978, quando foram publicados textos sobre a regulamentação da profissão de arquivista e a criação do Sistema Nacional de Arquivos, ocupando 13,6 páginas (20% do espaço do Boletim); no número 24, publicado em 1988, a informática ganha espaço com a transcrição de um texto intitulado “Uma aplicação da informática em arquivologia”, ocupando 11 páginas, que corresponde a 22,9% do espaço do Boletim.³⁸

Tais dados sobre o tema “arquivos” indicam que o Boletim do Arquivo Público do Paraná não pode ser caracterizado como uma publicação especializada da área de arquivologia uma vez que os artigos com enfoque técnico são poucos. A relação com a arquivologia se apresenta muito mais na divulgação de fatos e acontecimentos da área, tais como notícias sobre as instituições congêneres, chamadas para congressos, transcrições de leis aprovadas, etc. São freqüentes as citações afirmando sempre a importância e o valor dos arquivos para a sociedade.

No tema “memória e patrimônio” incluem-se os textos sobre a temática da preservação da memória e do patrimônio nacional. Estes tópicos ocupam uma média de 1,4 páginas (2,5% do espaço do boletim). O quantitativo parece pouco significativo diante do total do Boletim. No entanto, essas questões freqüentemente permeiam os outros temas. Os conteúdos destes textos são importantes porque explicitam uma visão do documento de arquivo muito mais associada com o patrimônio cultural do que com os valores informacionais ou administrativos. Particularmente nos editoriais do diretor Mbá de Ferrante onde prevalecem os tons ufanistas e patrióticos em defesa de uma memória nacional. Nesse sentido a preservação da memória e do patrimônio documental, especialmente dos pioneiros dos municípios paranaenses, justifica-se por ser uma parte desse todo nacional.³⁹

No tema “história” foi incluída a transcrição de textos na íntegra ou de parte deles, que podem ser classificados como narrativas históricas. A grande maioria,

³⁸ Ver Quadro 4 e Gráfico 4 nos Anexos.

³⁹ Ver Quadro 5 e Gráfico 5 nos Anexos.

como era de se esperar, trata de história do Paraná. Este tema ocupa em média 16,4% (9,2 folhas), sendo que ao longo dos anos foi progressivamente ocupando mais espaço no Boletim. Apesar de haver alguma variação nos percentuais, a comparação entre o número 0, onde o tema “história” ocupou apenas 0,9% com apenas algumas poucas citações, e no número 25, com um total de 45,5% do espaço, permite avaliar como o tema ganhou importância ao longo dos anos.⁴⁰

O crescimento do tema “história” no Boletim está de acordo com o aquilo que os agentes sociais propunham como função dos arquivos no período estudado, que como foi analisado no capítulo 2, era preservar os documentos que serviriam de fontes para a elaboração de uma história regional e da memória do Paraná. No entanto, apesar da grande importância que os historiadores acadêmicos assumiram junto à instituição, isso não se refletiu diretamente nos textos sobre história publicados nos boletins. Um olhar sobre esses textos mostra que não foi dado espaço para a produção historiográfica dos pesquisadores da UFPR. Ao longo dos anos somente três textos de historiadores acadêmicos pertencentes ao Departamento de História da UFPR foram publicados: a *Carta a Mbá de Ferrante*⁴¹, escrita por Cecília Westphalen, já referida anteriormente; um texto intitulado *Arquivo, memória permanente da história* de Etelvina Maria de Castro Trindade e Elvira Mari Kubo⁴²; e um texto de autoria de Cecília Westphalen intitulado *A casa rural dos Campos Gerais*.⁴³

Uma análise mais detalhada sobre os textos publicados indica que, muito de acordo com a proposta paranista do Boletim, Romário Martins é de longe o autor mais citado. Outros pesquisadores de história do Paraná tiveram trechos de suas obras publicadas. O cronista Antonio Vieira dos Santos⁴⁴ ganha destaque com várias citações de trechos de sua obra sobre as primeiras povoações do litoral paranaense.

⁴⁰ Ver Quadro 6 e Gráfico 6 nos Anexos.

⁴¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 33-42.

⁴² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 53-58.

⁴³ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 21, 1987, p.29-32.

⁴⁴ Antonio Vieira dos Santos nasceu em Portugal em 1784 e morreu na cidade de Morretes, Paraná, em 1854. Considerado o “pai da historiografia paranaense”, escreveu “Memória histórica, Chronológica, Topográfica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu município” (1850) e “Memória histórica, Chronológica, Topográfica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente chamado Porto de Cima” (1851). (Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 428-429).

Dentre os autores mais antigos, foram publicados trechos da obra de Bento Munhoz da Rocha Neto⁴⁵, Rocha Pombo⁴⁶, Ermelino de Leão⁴⁷, Francisco Negrão⁴⁸, Euclides Bandeira⁴⁹. Deve-se notar que a maioria dos autores publicados no Boletim tem alguma ligação com os Institutos Históricos Geográficos, o que pode ser um indicativo da importância que esses pesquisadores da história paranaense assumem, senão junto à instituição, pelo menos no tipo de discurso historiográfico divulgado nos Boletins.⁵⁰

Na verdade o viés histórico dos textos publicados passa uma vez mais pelas questões identitárias, que conforme já foi visto, estão fortemente relacionadas com o discurso paranista. Nesse sentido o tipo de história transcrita nos Boletins enfatiza as descrições exaltando o Paraná, e ainda, os acontecimentos e grandes nomes, em geral políticos, a quem se atribui a construção de um Paraná moderno e civilizado. Um verdadeiro culto aos vultos paranaenses, como já foi visto, aparecia na coluna *Os Troncos dos Pinheirais*, mas também estava contemplado em outros artigos publicados nos Boletins.⁵¹

⁴⁵ Bento Munhoz da Rocha Neto (nasceu em 1905 e morreu em 1973), engenheiro, historiador, sociólogo, ensaísta, conferencista e político. Governou o Estado do Paraná entre 1951 e 1955. (Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO ..., p. 300-304).

⁴⁶ José Francisco da Rocha Pombo (nasceu em Morretes em 1857 e morreu no Rio de Janeiro em 1933), escritor, jornalista e historiador. (Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO ..., p. 376-380).

⁴⁷ Agostinho Ermelino de Leão (nasceu em Curitiba em 1871 e morreu na mesma cidade em 1932), jornalista e pesquisador de história do Paraná. Exerceu cargos e funções públicas, dentre as quais, Diretor do Museu Paranaense e do Arquivo Público do Paraná. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aos Institutos Históricos e Geográficos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Paraíba. Também foi membro da Academia Paranaense de Letras e do Centro de Letras do Paraná. (Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO ..., p. 247-248).

⁴⁸ Francisco de Paula Dias Negrão (nasceu em São João da Graciosa em 1871 e morreu em Curitiba em 1937), funcionário público, dedicou-se à pesquisa histórica, publicando duas obras consideradas fundamentais para a historiografia paranaense: "Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba", com a publicação comentada dos documentos dos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba, e "Genealogia Paranaense". Pertenceu aos Institutos Históricos do Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso e Ceará. Foi membro da Academia Paranaense de Letras e do Centro de Letras do Paraná. (Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO ..., p. 309-310)

⁴⁹ Euclides Bandeira (nasceu em Curitiba em 1876 e morreu na mesma cidade em 1947), escritor, cronista, jornalista, fundou o Centro de Letras do Paraná em 1912. (Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO ..., p. 34-36).

⁵⁰ Ver Quadro 8 nos Anexos.

⁵¹ Nos últimos números do Boletim, após o afastamento de Mbá de Ferrante, essa valorização de determinados personagens históricos permanece. Deixa-se de publicar a coluna *Os Troncos dos Pinheirais*, passando-se a publicar outra coluna intitulada *Vultos paranaenses*.

E por fim, a análise do tema “documentos” indicou que a seleção de documentos pertencentes ao acervo, que são transcritos ou reproduzidos no Boletim, reflete sob alguns aspectos a relação do Arquivo com a produção historiográfica acadêmica. Ao analisar esse tema observou-se primeiramente que ele ocupa um grande espaço do Boletim (em média 47% ou 24,5 folhas). Existem variações nos percentuais ao longo dos anos e, em alguns números chega a ocupar aproximadamente 70% da publicação⁵². No entanto, a tendência foi a diminuição do espaço ocupado pela transcrição e/ou reprodução dos documentos. Nos dois últimos números o percentual caiu para 15,2% e 21,5%, respectivamente.⁵³

A maioria dos documentos transcritos pertencia ao acervo do arquivo permanente da instituição. Ao longo dos vinte e cinco boletins foram publicados 522 documentos, sendo que deste total 461 (88,3%) eram documentos do Arquivo e somente 41 (7,8%) foram identificados como pertencendo a outras instituições. Deste total, 3,9% (20 documentos) não havia uma informação que pudesse indicar a origem.

Em relação ao período, 85% dos documentos transcritos datavam do século XIX e somente 7,8% pertenciam ao século XX.⁵⁴ Os percentuais em relação aos séculos anteriores ao XIX são reduzidos. Tal concentração de documentos do século XIX pode, a princípio, ser explicada porque somente a partir de dezembro de 1853, com a implantação da Província do Paraná, começou a funcionar a estrutura administrativa governamental. No entanto, nota-se a pouca expressividade dos percentuais relacionados com os documentos do século XX, indicando uma opção em divulgar os documentos mais antigos do acervo.⁵⁵

Os percentuais que foram obtidos quando os períodos foram separados em “pré-provincial”, “provincial” e “republicano” foram respectivamente os seguintes: 5,6%, 72,4% e 16,5%.⁵⁶

⁵² É o caso dos números 8 (71,2%), 15 (72%) e 16 (66,6%), publicados respectivamente em 1981, 1984 e 1985.

⁵³ Ver Quadro 7 e Gráfico 7 nos Anexos.

⁵⁴ Os documentos produzidos nos séculos anteriores são quase que insignificantes: século XV (0,1%); século XVII (0,8%); século XVIII (1,7%). Em 24 documentos (4,6%) não foi possível identificar a data.

⁵⁵ Ver Gráfico 8 nos Anexos.

⁵⁶ Ver Gráfico 9 nos Anexos. Neste cálculo dos períodos em 5,6% dos documentos não foi possível identificar com exatidão a data.

Tais dados confirmam a ênfase na divulgação de documentos associados com o período provincial, estabelecendo uma espécie de marco temporal em 1853, ano da instalação da Província do Paraná. Ao menos em termos de recorte temporal, a ênfase nessas datas é um indicativo de que a escolha e apresentação de alguns documentos do acervo publicados nos boletins correspondem ao interesse dos historiadores. No texto que analisa a produção científica do Departamento de História da UFPR entre os anos de 1959 e 1989, os autores propõem que a disponibilidade de fontes e arquivos e uma valorização do regional são os dois fatores que explicam o maior número de trabalhos com recorte cronológico abrangendo os séculos XVIII e XIX e recorte geográfico que privilegiam o Paraná e, principalmente, Curitiba⁵⁷. Diante dos dados identificados sobre os documentos divulgados nos Boletins do Arquivo, pode-se inverter essa proposição e questionar em que medida são as fontes documentais que se tornam disponíveis a partir de determinados interesses dos historiadores?

Ou seja, a publicação de alguns documentos pertencentes ao acervo do Arquivo, que a princípio tem a finalidade de divulgar e valorizar o acervo da instituição, explicita determinadas relações com a produção historiográfica. Por outro lado também é possível identificar nesse ato de publicar determinados documentos, as representações sobre os documentos arquivísticos definidos como “históricos”.

3.5 Documentos históricos: antigos, raros e preciosos

Os documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Paraná, na sua grande parte estão relacionados com as atividades desenvolvidas pelo governo. Nesse sentido os documentos refletem as rotinas e atuações das distintas áreas da administração pública, tais como saúde, ensino, infra-estrutura etc., e, a princípio, sua importância é determinada pelo seu valor informativo. No entanto, alguns documentos parecem ganhar uma aura especial, especialmente quando

⁵⁷ De acordo com MARCHI et al.: “Grande parte das obras abrange os séculos XVIII e XIX. Raros são os trabalhos que pesquisam temáticas anteriores a esses períodos (...). Algumas dissertações e teses mais recentes, sobretudo na área de história social e história econômica, adentram ao século XX, limitando-se, porém, às primeiras décadas. Poucos são os trabalhos que fogem a essa periodização.” MARCHI, Euclides et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 1992/ago. 1993. p. 140.

adentram os depósitos do Arquivo Permanente. Para entender o processo de construção desta “aura” busca-se analisar as representações e os discursos que permeiam determinados documentos publicados nos Boletins do Arquivo do Paraná.

Uma das principais questões dos arquivos e da disciplina arquivística, como foi visto no primeiro capítulo, é a noção de organicidade, uma vez que os documentos de arquivos não possuem vida independente ou autônoma, mas fazem parte de um conjunto cujos elementos mantêm a relação orgânica entre si. Dessa forma, um único documento isolado não faz muito sentido. No entanto, na contramão dessas questões colocadas pela Arquivologia, nos Boletins do Arquivo do Paraná os documentos são sempre apresentados isoladamente, raramente fazendo qualquer referência sobre a série documental da qual faz parte. Identifica-se assim de início uma ênfase na unidade documental.

Nos Boletins publicava-se a transcrição de tais unidades documentais acompanhada de uma reprodução muito reduzida, em geral ilegível, do documento original. Tal imagem do documento, que não é um fac-símile, pois é tão pequena que não pode ser lida, pode ser entendida como um elemento simbólico, que primeiramente remete ao documento original e tem a finalidade de testemunhar a veracidade do documento. Mesmo com a leitura difícil do conteúdo, as reproduções são de um tamanho suficiente para identificar os componentes que produzem o estranhamento em relação aos documentos antigos: as letras, a grafia arcaica, as marcas de desgaste que indicam a passagem do tempo.⁵⁸

A transcrição ou reprodução dos documentos nos Boletins é precedida por títulos ou pequenos textos explicativos. Esses componentes introdutórios em geral destacam algum componente do próprio documento. Alguns direcionam determinadas leituras do documento transcrito. Nesses inícios é comum estabelecer uma relação imediata entre presente/passado. Como exemplo, após o título “Ecologia”, um pequeno texto explicitava a antiguidade da preocupação por parte do governo com essa questão tão atual:

⁵⁸ Ver Figuras 6 e 7 nos Anexos.

Este curioso Edital da Capitania do Porto de Paranaguá, datado de 1858, **revela ser bem antiga a preocupação com a nossa Ecologia**. Nele há a informação sobre os abusos praticados com a devastação das florestas “prejudicando os interesses futuros da Província”.⁵⁹ [Sem grifo no original]

Em outro exemplo o título “1863 – O Tabagismo já era denunciado” antecedia a transcrição de um relatório do Diretor do Aldeamento São Jerônimo sobre os problemas do uso de tabaco pelos índios.⁶⁰ Ou ainda, em outro título, antes da transcrição de relatório sobre a construção de uma estrada, onde se anunciava “O Secular problema dos transportes”⁶¹. E de forma bastante direta, em um Boletim do ano de 1981, um título anunciava: “1922/1981 — Nada de novo no setor dos combustíveis”⁶².

Em outro exemplo, no seguinte texto, que além de dar algumas explicações sobre o documento que seria transcrito na seqüência, também estabelecia uma ponte com uma época passada em que a justiça teria sido mais eficiente:

Miguel Custódio Natel, 2º Sargento da 1ª Companhia do Esquadrão de Cavalaria de Campo Largo, arrimo de família, fora destacado para prestar Serviço de Guerra. Inconformado, seu pai recorreu ao Presidente da Província e em 24 horas o feito era julgado pelo Juiz de Paz, Major Francisco Pinto de Azevedo Portugal. Nesta página, sugestivos tópicos da petição inicial e do despacho final. Detalhe mais expressivo: “A RAPIDEZ DA JUSTIÇA NOS BONS TEMPOS”.⁶³

Ademais de funcionar como pontes entre o passado e o presente, a apresentação nos Boletins dessas unidades documentais também é acompanhada de uma “retórica da perda”⁶⁴. Em contradição com os excessos de produção de

⁵⁹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 2/3, 1978, p. 13.

⁶⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 16, 1985, p. 10.

⁶¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 17, 1985, p. 18.

⁶² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 9, 1981, p. 5.

⁶³ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 15, 1984, p. 33.

⁶⁴ Sobre a “retórica da perda” José Reginaldo GONÇALVES afirma: “As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento. Os intelectuais que se dedicam a pensar esse tema assumem tal situação como um dado, e vêem a perda do chamado “patrimônio cultural” como um processo histórico objetivo, desdobrando-se no tempo e no espaço. Em suas narrativas, a perda pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação. Sua missão é, conseqüentemente, definida como a de proteger aqueles valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência.” GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002, p. 87.

documentos e de memória que marcam as sociedades contemporâneas, são freqüentes nos Boletins os apelos para “salvar” os documentos históricos de uma perda iminente, como no exemplo a seguir:

Através dos variados meios de comunicação, sucedem-se **apelos** de pessoas conscientes, residentes em tradicionais cidades interioranas. São denúncias procedentes, dando conta da **perda constante** de preciosidades de valor inestimável que **vão sendo destruídas irremediavelmente** por múltiplos fatores, dentre os quais, o maior inimigo das raridades históricas – o homem – (e sua cruel e deplorável ignorância). Não apenas os documentos, muito mais vulneráveis: edificações mais que seculares estão ruindo em abandono ou então vão sendo criminosamente destruídas, reformadas, transformadas em “edifícios modernos” (...). Com raras, raríssimas e mui honrosas exceções, tais ocorrências se repetem em todos os quadrantes. (...)

E o que dizer, então, dos documentos? **Desesperadoramente vão desaparecendo**, tragados pelos males já muitas vezes apontados. **Resta hoje muito pouco** mesmo, da afirmação ou confirmação escrita da crônica de outros tempos, da memória de um **passado que deveria merecer mais respeito e uma autêntica veneração**.⁶⁵ [Sem grifo no original]

Os apelos sobre os riscos de destruição dos documentos estão associados com uma “batalha” “cívica e patriótica” a ser travada pela preservação do “Patrimônio Nacional”. Tal batalha é citada desde o primeiro Boletim, onde uma matéria anunciava que um “grupo de homens conscientes” deflagrou no Brasil uma campanha em favor da preservação da memória nacional. Esclarecia ainda que não havia uma lista completa desses “heróicos batalhadores”, e para evitar omissões optava-se em não nomeá-los.⁶⁶ Tal “campanha heróica e patriótica” foi assumida e defendida veementemente por Mbá de Ferrante. O apelo pela preservação dos documentos associado a essa “batalha” se repetiria ao longo dos anos nos Boletins:

APELO – Se o nobre Leitor – (um parente, um amigo, um vizinho, um conhecido) é detentor de um Documento antigo, não permita que o tempo ou maus tratos possam danificá-lo; seja qual for o seu estado de conservação ele merece carinho e cuidado especiais. A informação que embora possa parecer, para muitos, insignificante, talvez seja capaz de permitir a localização da chave que escancara de par em par as portas de um capítulo da História. Não negue a sua colaboração; ajude a conservar o nosso Patrimônio Histórico, transformando-se assim, em mais um dos Heróis Anônimos da Batalha pela Preservação da Memória Nacional. Não esqueça que é “pelo conhecimento do Passado que devemos calcular o futuro”. Procure o ARQUIVO do seu Estado, ou da sua cidade. (...) ⁶⁷

⁶⁵ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ n. 9, 1981, p. 3.

⁶⁶ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 17.

⁶⁷ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 15, 1984, p.52.

Ou ainda em outro texto intitulado “O que fazer com os documentos antigos da família?”, onde uma vez mais se invocava:

NÃO PERMITA, por omissão involuntária, a **destruição implacável** de páginas preciosas e insubstituíveis da História do nosso Paraná.
 Confie documentos antigos – da família – à custódia do Arquivo do Paraná.
 Assim Você estará colaborando decisiva e patrioticamente na linha de frente da **Batalha pela Preservação da Memória Nacional**. [Sem grifo no original]⁶⁸

Também faz parte desta “retórica da perda” dar a palavra ao documento que pede socorro, como no texto abaixo:

S.O.S

Sou um documento antigo. Gostaria que todos soubessem que a validade do passado é perene. Eu represento o passado, e se você me preserva, me trata bem, me protege e não esquece que eu sempre poderei ser útil, a você ou a qualquer outra pessoa, faça com que todos tomem consciência de que em qualquer tempo posso fazer falta. Documentos antigos como eu são, em prioridade, a história de coisas presentes que sempre serão futuras. Não esqueça da frase de Shakespeare: “O passado é o prólogo”. Eu sou o prólogo de alguma coisa. Às pessoas que ainda não foram sensibilizadas pela importância do passado, o meu S.O.S.⁶⁹

Para Mbá de Ferrante a “morte da memória nacional” significava uma redução da História porque implicava no desaparecimento “dos grandes testemunhos de nossa evolução social”.⁷⁰ Para ele a única possibilidade de reverter essa situação era sensibilizar os jovens. Entende-se assim porque uns dos públicos visados pelo Boletim eram os “jovens” e “leigos”, conforme já foi visto em capítulo anterior. De acordo com Mbá de Ferrante:

“(…) parece indispensável, enquanto persistem quase heroicamente os teimosos obstinados, e seus modestos seguidores, que se opere, voltamos a insistir, uma mobilização geral precedida de uma conscientização que só poderá e deverá ser deflagrada pelos que podem atingir diretamente a infância e a juventude, grande esperança dos que acreditam como acreditamos, que é através deste setor que se pode despertar o Brasil para uma realidade, cujas implicações vão muito mais além da simples e despreziosa fala dos que,

⁶⁸ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n.19, 1986, p. 55.

⁶⁹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 4, 1979, p. 22. Esse mesmo texto foi publicado novamente no BOLETIM n.5, 1979, p. 32.

⁷⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 17.

por dever de ofício, ou por outros motivos tão ou mais relevantes, insistem em tratar do assunto ... (...) ⁷¹

Frequentemente a apresentação dos documentos nos Boletins é associada ao fator “curiosidade”. Compilações de informações como, por exemplo, as listas de Municípios, Freguesias e Distritos de Paz do Estado do Paraná⁷², dados sobre a população do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara no ano de 1859⁷³, recebiam títulos de “Curiosidades Históricas”. Ou ainda, o título “Curiosidades na legislação da província” que antecedia a transcrição de alguns artigos de postura transcritos do livro de “Actas da Presidência”, de 1857.⁷⁴

Muitas vezes, e especialmente nos “Pingos de História”, identificados pela sigla “PH”, a escolha em publicar determinado documento devia-se principalmente à “curiosidade” do seu conteúdo, como no exemplo abaixo:

PH

No acervo de documentos deste Departamento, encontramos um registro datado de 09.03.1877, Paranaguá, **o qual nos pareceu bastante curioso**, vejamos se o leitor concorda conosco. Eis algumas partes de seu conteúdo: “O Reverendo João Manoel Pereira, com a devida licença, pelas cinco horas da manhã, a face da Igreja, em sua presença e das testemunhas, casou solenemente por palavras de presente e mutuo consentimento, José Antonio Pinto, com Maria Benedito Pinto, digo Cordeiro. Logo lhes conferindo as bênçãos nupciais, na forma do Rito da Santa Igreja.⁷⁵ [sem grifo no original]

No segundo Boletim uma coluna assinada pela equipe de editoração esclarecia-se qual era a fonte dos “PHs”:

AS FOLHAS DE UM CADERNO...

Mesmo sem o – talvez necessário – consentimento de quem de longe data as vem coligindo, selecionando, colecionando e redigindo, o BAP vem aproveitando desde seu número experimental as “Folhas do Caderno de um Catador de Curiosidades Históricas”. Para nos elas correspondem perfeitamente ao Plano Editorial, eis que dizem respeito ao Paraná, são “catadas” aqui mesmo neste Arquivo, elaboradas para publicação (muitas já foram divulgadas pela nossa Imprensa) e além do mais, o

⁷¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 9, 1981, p. 4.

⁷² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 14; BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 41-42.

⁷³ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n.6, 1980, p. 12.

⁷⁴ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 12, 1983, p. 27-28.

⁷⁵ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n.4, 1979, p. 44.

“Catador” é o próprio Diretor deste BOLETIM e deste DEPARTAMENTO – (cuja anuência, por nossa mais alta recreação resolvemos prescindir).⁷⁶

Os “Pingos de História” retirados do caderno do “Catador de Curiosidades Históricas” são particularmente emblemáticos sobre o tratamento dos documentos como “curiosidade” e, especialmente, como unidades documentais isoladas, ou mesmo como “fragmentos” de informação. O ato de “catar” ou mesmo de “descobrir” os documentos pode ser entendido como uma metáfora⁷⁷ utilizada no processo de atribuição de valores aos documentos, os quais adquirem valor de raridade pela sua própria condição de ligação frágil com o passado. Os documentos são assim tomados como o passado inteiro (como na citação do SOS na qual o documento ‘dizia’ *eu represento o passado*), quando na verdade são apenas, e não mais do que um fragmento, uma evidência de um aspecto, muitas vezes, bastante particular de uma parte do passado.

Nos Boletins ocasionalmente divulgavam-se notícias sobre novas “descobertas” no acervo que estava sendo organizado. Como exemplo, a matéria intitulada “Descoberta auspiciosa enriquece nosso acervo”:

No curso dos trabalhos normais de revisão (permanente) do patrimônio documental sob custódia deste Arquivo, aos quais se acrescenta agora (...) o levantamento e catalogação do acervo de documentos históricos, faz pouco tempo registrou-se **fato auspicioso**. Jornais, rádio e televisão assinalaram com invulgar destaque uma expressiva “**descoberta**” que obteve a melhor repercussão nos meios ligados à pesquisa dos fatos da nossa história e ficou assim marcada de maneira muito especial a localização de centenas de antigos processos integrados por milhares de **documentos manuscritos, raros**, na totalidade inéditos, produzidos nos séculos XVIII e XIX.⁷⁸ [sem grifo no original]

Em outro Boletim uma matéria intitulada “Reencontro com documentos do Século XIX” contava sobre a localização de um lote de documento (livros e talões) das agências de rendas e postos de arrecadação das antigas Coletorias e Barreiras Fiscais. No primeiro parágrafo esclarecia-se:

Com a transferência de parte do acervo sob custódia deste Departamento para as instalações da nova sede, **foram localizadas valiosas peças históricas** até então não

⁷⁶ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 1, 1977, p. 4.

⁷⁷ LOWENTHAL, (op. cit., p. 365) no capítulo “Como Conhecemos o passado” afirma que “la memoria, la historia y las reliquias han servido durante mucho tiempo como metáforas mutuas”.

⁷⁸ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 2/3, 1978, p. 21.

catalogadas. **O reencontro veio, sem dúvida, enriquecer o patrimônio documental deste Arquivo.**⁷⁹ [sem grifo no original]

Nesse processo de “descoberta” a antiguidade é um fator importante para definir quais documentos iriam formar o arquivo permanente. Como foi visto em capítulo anterior, nos Boletins priorizava-se a divulgação de documentos pertencentes ao século XIX e, mais precisamente, ao período provincial. A valorização dos documentos associados com datas recuadas aparece já no título, o qual em geral trazia o ano do documento. Especialmente a partir do Boletim 9 quase todos os documentos trazem em destaque essa data.⁸⁰ A utilização desses marcos temporais reitera a atribuição de valor pela antiguidade do documento.

Nos seus textos Mbá de Ferrante utiliza-se com freqüência à expressão “papéis velhos” para se referir aos documentos. Utilizando-se da ironia ele se apropriava e invertia a visão negativa que muitos têm sobre os arquivos, pois,

Muita gente – (quanta gente!) – fala em Arquivos e os conceitua, inadvertida ou estapafurdidamente, como meros “Depósitos de papéis velhos”. São os que ainda não tomaram consciência da missão indispensável que cumprem os Arquivos em todas as sociedades.⁸¹

Essa referência aos “papeis velhos” é repetida em vários textos. No Boletim publicado em 1979 uma matéria intitulava-se: “Ainda (e sempre!) os “papéis velhos...”⁸². Em outro artigo intitulado “Documentos, papéis velhos, arquivos e outras coisas” conclamava-se:

(...) julgamos de bom alvitre um alerta – (mais um ...) – em especial aos que lidam com documentos nas comunas interiorana, para a importância que possa ser atribuída a **determinados “papéis”, por muitos tratados como ... “papéis velhos...”** muitos dos quais, no entanto, podem apresentar o mais **raro valor histórico**, sendo, por isso, insubstituíveis, mas que nem sempre, infelizmente, são tratados com os cuidados que exigem e merecem. E é válida também a recomendação – do mesmo passo mais um alerta – com relação a certos documentos de produção recente, que o tempo bem pode transformar em originais raros e preciosos.⁸³ [sem grifo no original]

⁷⁹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 4, 1979, p. 23.

⁸⁰ Ver Figura 6 nos Anexos.

⁸¹ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 19.

⁸² BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 5, 1979, p. 6.

⁸³ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 0, 1976, p. 19.

Nesse trecho, além da atribuição de um valor de raridade aos “papéis velhos”, visivelmente é a passagem do tempo que pode transformar a documentação recente em documentos “originais raros e preciosos”.

Ao longo dos textos também são reiteradas algumas expressões, que explicitamente atribuem valores ao acervo do Arquivo, aos documentos “históricos” e mesmo, aos documentos de “qualquer idade”, tais como: “preciosidades”, “preciosos”, “valor inestimável”, “páginas preciosas e insubstituíveis”, “raridades históricas”, “notável acervo”, “originais raros e preciosos”, “valioso acervo documental”, “tesouros do acervo”, “valioso acervo”, “patrimônio documental”.

A ênfase nos documentos antigos determina uma espécie de estética na qual se valorizam as marcas do tempo que podem ser identificadas não somente nos Boletins do Arquivo, mas também em materiais de divulgação institucional. Como pode ser observado em *folders*, cartões, convites utilizados para divulgação de eventos e da própria instituição, prevalece o tom amarelado e imagens de documentos antigos com bordas corroídas pelo tempo como fundo.⁸⁴

É a partir desses componentes – ênfase na unidade documental, retórica da perda, o estímulo à curiosidade em relação ao testemunho distante no tempo, veneração ao passado, valorização do antigo – que se constrói essa percepção sagrada do documento. Se essas questões são tão presentes na fala de Mbá de Ferrante, seus sucessores garantiriam a sua continuidade. Francisco Brito de Lacerda, que assumiu a direção do Arquivo do Paraná após a saída de Mbá de Ferrante, no editorial do primeiro Boletim publicado na sua gestão, homenageava o seu antecessor e garantia: “Quanto ao Boletim, seguirá cumprindo, cada vez melhor, sua missão de bem informar aos interessados tudo o que se refira ao **acervo sagrado** que guarda a memória do Paraná.”⁸⁵ [sem grifo no original]

3.6 Um templo para guardar a memória do Paraná

O lugar para guardar e preservar tais documentos sagrados não poderia ser um lugar comum. Seria necessário construir um verdadeiro templo. Nesse sentido o edifício construído em tempo recorde especialmente para o Arquivo Público do

⁸⁴ Ver Figura 9 nos Anexos.

⁸⁵ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 20, 1987, p. 4.

Paraná ultrapassa questões funcionais como a viabilização de espaços adequados para a guarda e preservação do acervo. Nos Boletins as referências sobre o projeto do novo prédio, inaugurado em 1978, são permeadas de representações simbólicas em relação ao espaço físico e aos valores dos documentos que ali seriam guardados. As notícias sobre as etapas de construção do novo prédio, divulgadas nos boletins, repletas de linguagens figuradas, indicam a intenção de criar um espaço sagrado. O título da matéria anunciava:

ARQUIVO EM SEDE PRÓPRIA – EDIFÍCIO-MONUMENTO À MEMÓRIA DO PARANÁ – PRESERVAÇÃO DE VALORES INCOMENSURÁVEIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NOSSA TERRA.⁸⁶

A matéria e as fotos que seguem ao título descrevem as etapas de construção, informando “com (muita e justificada) ufanía que a sede própria do Arquivo do Paraná estava brotando do solo!”⁸⁷ Na outra página seguia a descrição:

Surgindo de solo generosos tornando, ainda mais fértil e dadivosos porque regado e adubado ao suor de anônimos operários — centelha viva que anima o progresso — de pouco em pouco ferragem e concreto se amalgamaram ao amplexo da madeira para se transmutar em potentes colunas que, apontando para o alto — predestinação desta Terra e de sua Gente — foram preparadas para cumprir expressiva missão: suportar vigorosas vigas e com elas compor, em empolgante sinfonia de força e resistência, a estrutura total do edifício-monumental que vai guardar, abrigar e proteger pelos tempos, a gloriosa Memória do Paraná.⁸⁸

O artigo se refere ainda à sugestiva concepção arquitetônica que distinguia o edifício, marcado por “um soberbo perfil zigurático”. A referência ao zigurate, monumento em forma de pirâmide escalonada, característico da arquitetura religiosa mesopotâmica, com acesso por rampas e escadarias ao topo onde se erigia um santuário, aponta uma vez mais para a idéia de criar um espaço sagrado.⁸⁹ O parágrafo que acompanha a última foto do edifício, já em fase de acabamento, novamente faz referência ao templo:

⁸⁶ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, 1978, p. 42.

⁸⁷ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, 1978, p. 45.

⁸⁸ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, 1978, n. 2/3, p. 44.

⁸⁹ Ver Figura 8 nos Anexos.

A inspirada concepção arquitetônica, da mais vetusta linha mas sem perder o arrojamento que exigem as obras marcantes, calcada na simplicidade senhoril dos tempos [sic — templos] piramidais de adobe que tão bem simbolizam o passado (...) já ofereceria nestas fases da obra — (junho/agosto/78) — visão mais real da magnitude imponente e ao mesmo tempo singela do majestoso edifício.⁹⁰

A proposta de criar espaços sagrados para a memória, identificada nas inspirações que nortearam o projeto do Arquivo, remete novamente a algumas questões teóricas pontuadas anteriormente. A primeira delas é a noção de “lugar de memória” utilizada por Pierre Nora e que ressalta a importância assumida em nossa sociedade por esses pontos de condensação tópica da memória para compensar a perda irre recuperável da memória como experiência coletiva e coletivamente vivenciada. Nas palavras de NORA,

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza (...).⁹¹

Nesse sentido o Arquivo Público do Paraná, ademais de suas funções como “lugar de informação” e “lugar de escrita do estado”, com a construção de um “templo”, se aproxima dos atributos do “lugar da memória”, caracterizando-se como um espaço ao mesmo tempo material, funcional e, especialmente, simbólico.

Por sua vez, não somente nos discursos produzidos nos Boletins, mas também na construção de uma sede que se constitui em um templo, o Arquivo Público do Paraná pretende firmar-se como um ponto de referência com a função de guardar e solidificar uma determinada memória do Paraná.

A definição do Arquivo como repositório de uma memória que se pretende coletiva insere-se muito mais dentro de uma tradição durkheimiana que, como foi colocado por POLLAK, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento, enfatiza a duração, a continuidade e a estabilidade a partir de uma pretensão universal, definindo o que é comum a um grupo e estabelecendo o que o diferencia

⁹⁰ BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, n. 2/3, 1978, p. 48.

⁹¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez., 1993, p. 13.

dos outros.⁹² No entanto a construção dessa memória “paranaense”, baseada no culto e veneração a um determinado passado, oculta a seletividade de todas as memórias, os seus conflitos, contradições e suas constantes mudanças, e, especialmente, que elas são construídas e vivenciadas a partir de determinados interesses do presente. Essa memória, que valoriza muito mais o documento como um “dado arqueologizável” a ser resgatado, na verdade rejeita uma proposta de memória como processo e como construção social.⁹³

O edifício-monumento foi inaugurado em 18 de outubro de 1978 solenemente, com a presença de autoridades políticas, figuras marcantes do meio arquivístico e representantes de inúmeras instituições locais. No entanto o tempo de vida do templo da memória foi curto. Onze anos depois um incêndio destruiu a nova sede do Arquivo Público do Paraná. Perdeu-se parte do acervo, equipamentos, mobiliário. Os documentos que sobreviveram foram então transferido para um antigo barracão que havia sido sede do Arquivo durante muitos anos e que desde a construção da nova sede continuava funcionando como um depósito de triagem de documentos. A instituição desestruturou-se totalmente, voltando às antigas condições precárias. Tal situação somente se alteraria significativamente muitos anos depois, com a inauguração do segundo prédio construído especialmente para o Arquivo em 2001. Mas esse será um outro momento e uma outra história, diferente sob vários aspectos do culto e sacralização do documento tão presentes no Arquivo Público do Paraná nos anos 1970 e 1980.

⁹² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

⁹³ José Maria Jardim alerta que parece urgente aos arquivos públicos operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social e não como dado arqueologizável. JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/rst/viewarticle.php?id=480>>. Acesso em: 24 out. 2005

CONCLUSÃO

Dentro da problemática e recorte temporal estabelecidos na pesquisa, buscou-se explicitar, ou mesmo, “desnaturalizar” algumas das razões, emoções e motivações que interferiram na formação do acervo documental do Arquivo Público do Paraná. No período estudado observou-se que a estratégia de adotar os valores de rememoração prevaleceu no Arquivo, deixando-se em segundo plano outras funções importantes da instituição.

Identificou-se ainda no Boletim uma ênfase em um determinado “valor histórico”, o qual estava relacionado não somente com a produção acadêmica de uma historiografia regional, mas também estava voltado para as questões identitárias marcadas por uma proposta ufanista, explicitada especialmente pelos discursos paranistas.

A análise dos Boletins do Arquivo do Paraná permitiu também identificar determinadas atribuições de valores aos documentos arquivísticos, que se baseiam especialmente nos valores de rememoração, sejam eles “históricos” ou de “antiguidade”. Tais valores, que praticamente não se distinguem nos discursos produzidos nos Boletins, foram construídos a partir de uma característica essencial: as marcas de antigüidade dos documentos. Dessa forma os documentos arquivísticos, tratados como relíquias ou como testemunhos, servem como pontes para o passado que permitem estabelecer laços com um tempo pretérito que deve ser venerado e cultuado.

O processo de sacralização fortalece-se quando os documentos adentram o arquivo permanente, adquirindo então uma espécie de aura ou *status* especial. Aos documentos que trazem marcas indicando a passagem do tempo, exige-se uma aproximação respeitosa e reverente. Afinal, o valor de antiguidade, como afirma RIEGL, baseia-se nessas marcas que mostram o lento, porém seguro e inexorável, labor das leis da natureza.

Os documentos deixam então de cumprir seus aspectos funcionais e informativos e transformam-se em símbolos associados com o ciclo natural de criação e destruição, de vida e morte. Esses objetos são então concebidos como um organismo natural em cuja evolução ninguém deve intervir, mas no máximo evitar

sua morte prematura.⁹⁴ Nessa relação com os documentos determinada pelo valor de antiguidade, que tem a pretensão de uma validade universal e se aproxima dos valores sentimentais da religião, estabelece-se um culto aos documentos antigos. Interferir de alguma forma nesses objetos sacralizados pode então parecer um verdadeiro sacrilégio.

Considerando-se que o processo a sacralização dos documentos antigos influencia nos critérios e escolhas e, portanto, na formação dos acervos arquivísticos, sendo a questão da antigüidade tão presente na definição do que é histórico e do que deve ser preservado pelos arquivos, pode-se questionar o que será dos documentos mais recentes, que ainda não possuem tais marcas. Deve-se esperar que o tempo passe e que tais documentos adquiram marcas de antiguidade para então “catar” e “garimpar” os fragmentos que restarem, insistindo sempre na retórica da perda?

Ao tratar os documentos como relíquia, mantendo-se com eles uma relação fetichizada, os arquivos correm o risco de permanecerem no âmbito de uma “memória arqueologizável” ou ainda, tornarem-se prisioneiros de uma história antiquária. Esse sentido da história, que de acordo com NIETZSCHE, é a história feita pelos que preservam e veneram as origens, as tradições, os bens de seus ancestrais, onde o diminuto e circunscrito, o esfacelado e obsoleto mantêm sua própria dignidade e inviolabilidade.

O alerta de NIETZSCHE sobre o perigo da história antiquária, quando ela deixa de servir à vida, está no seu campo de visão maximamente restrito, pois o sentido antiquário toma tudo como igualmente importante, perdendo-se as diferenças de valor e de proporção das coisas do passado. “Aqui se está sempre bem próximo de um perigo: enfim, tudo se torna antigo e passado, mas continua no interior do campo de visão, é assumido por fim como igualmente venerável,

⁹⁴ Sobre a estética baseada no valor de antigüidade RIEGL afirma o seguinte: “ Toda obra humana es concebida aís como um organismo natural em cuya evolución nadie debe intervenir; este organismo há de gozar libremente de su vida y el hombre puede, como mucho, preservarle de uma muerte prematura. Así, el hombre contemporáneo ve en el monumento una parte de su própria vida y considera toda injerencia en él tan desagradable como en el caso de tratarse de su propio organismo. (RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1999, p. 51)

enquanto tudo o que não vem ao encontro deste antigo com veneração, ou seja, o que é novo e o que devém, é recusado e hostilizado.”⁹⁵

NIETZSCHE afirma que a história antiquária degenera justamente quando o presente deixa de animá-la e entusiasma-la.

Então se oferece aos olhos o espetáculo repulsivo de uma ira coletiva cega, de um incansável ajuntamento de tudo o que um dia existiu. O homem envolve-se com um cheiro de mofo; através da mania antiquária, ele consegue mesmo reduzir uma disposição mais significativa, uma necessidade nobre, a uma sede insaciável por novidade, ou, mais corretamente, por antiguidade, e por tudo e por cada coisa; freqüentemente ele desce tão baixo que acaba por ficar satisfeito com qualquer migalha de alimento e devora com prazer mesmo a poeira de minúcias bibliográficas.⁹⁶

Repensar o tratamento do documento como fetiche ou como relíquia, afastar-se do cheiro de mofo, do culto e veneração ao passado que congela e degenera a vida, esses são os desafios dos arquivos públicos. Arquivos podem (e mesmo devem) ser simultaneamente lugares de memórias, de histórias, de documentos, de informações, desde que não deixem de cumprir sua função de servir à vida.

⁹⁵ NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 28.

⁹⁶ Ibid, p. 28-29.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Arquivo Público retoma ações ligadas à história do Paraná. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=2929>>. Acesso em: 20/06/2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Cecília Maria Westphalen. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico/folder_cecilia.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2004.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Espaço nobre da cidadania. Curitiba: DIOE, 1991. 124 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História**. Disponível em: <<http://www.pr.ov.br/arquivopublico/historia.shtml>> Acesso em: 05 jul. 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Regimento interno**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/regimento_deap_2005_res7072.pdf> Acesso em: 14 jun. 2006.

BOLETIM da Associação de Amigos do Arquivo Público do Paraná. Ano 1, n. 1.

BOLETIM da Associação de Amigos do Arquivo Público do Paraná. Ano 1, n. 2. 1993.

BOLETIM da Associação de Amigos do Arquivo Público do Paraná. Ano 2, n. 3. 1994.

BOLETIM da Associação de Amigos do Arquivo Público do Paraná. Ano 2, n. 4. 1994.

BOLETIM da Associação de Amigos do Arquivo Público do Paraná. Ano 3, n. 5. 1995.

BOLETIM da Associação de Amigos do Arquivo Público do Paraná. Ano 9, n. 6. 2001.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 1, n. 0, jul. 1976. 42 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 2, n. 1, jun. 1977. 52 p.

Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 3, n. 2-3, set. 1978. 78 p.

Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 4, n. 4, jun. 1979. 65 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 4, n. 5, dez. 1979. 43 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 5, n. 6, abr. 1980. 40 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v 5, n. 7, out. 1980. 45 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 6, n. 8, abr. 1981. 37 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v 6, n. 9, 1981. 40 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 7, n. 10, abr. 1982. 45 p.

BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v 7, n. 11, 1982. 56 p.

- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 8, n. 12, abr. 1983. 40 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 8, n. 13, out. 1983. 48 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 9, n. 14, abr. 1984. 52 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 9, n. 15, out. 1984. 52 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 10, n. 16, abr. 1985. 52 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 10, n. 17, out. 1985. 64 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 11, n. 18, abr. 1986. 52 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 11, n. 19, out. 1986. 60 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 12, n. 20, abr. 1987. 40 p.
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 12, n. 21, 1987. 40 p
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 13, n. 22, 1988. 44 p
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 13, n. 23, 1988. 44 p
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 13, n. 24, 1988. 44 p
- BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, v. 14, n. 25, 1989. 36 p.
- BOLETIM do Departamento de História. Curitiba: Universidade do Paraná, n. 9. 1969.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis/downl.htm>>. Acesso em: 20 mar.2007
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A Normalização da Descrição Arquivística – avanços internacionais e a situação do Brasil. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/conferencias_mesa_redonda/vitor.htm> Acesso em: 15 jan. 2007.
- HOMENAGEM do Arquivo para Mbá de Ferrante. **Gazeta do Povo**, 21 jun. 1987. p. 18.
- JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 18 jul. 1855.
- JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 02 dez. 1986.
- JORNALISMO do Paraná de luto com morte de Mbá de Ferrante. **Gazeta do Povo**, 16 nov. 1987.
- LEMBRANÇA de Mbá no Arquivo Público. **Gazeta do povo**, 08 abr. 1988. p. 40.
- MBÁ, trinta anos na guarda dos arquivos. **O Estado do Paraná**, 02 dez. 1986.

PARANÁ. **Coleção Correspondência do Governo**, 1856. V. 10, AP 0034. p. 119-120.

PARANÁ. **Constituição Política do Estado do Paraná**. Curitiba: Typographia da República, 1892.

PARANÁ. Decreto 1857, de 24 de outubro de 1928. **Regulamento da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública**, p. 992 a 998.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Obras Públicas. Departamento do Arquivo Público. **Proposta orçamentária para 1944**. Curitiba, 30 de junho de 1943. 21 p.

REVISTA Ilustração Paranaense. Curitiba, n. 4, abr. 1928.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos. **História**, São Paulo, n. 2, 1983, p. 33-37.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 232 p.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1853-1947):** criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2000. 112 p.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1948-1998):** criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2002. 198 p.
- BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador *expert*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (orgs.) **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p.145-153.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M. de. M; AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 219-229.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2.ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 320 p.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159 p.
- BORGES NETO, José. Nietzsche e a história: considerações sobre "Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida". **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 10, n. 189-19, p. 349-362, jun./dez. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000. p. 107-132.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2004.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Introdução: Em que pensam os historiadores? In: _____. (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p.21-61.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.

- CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 59-83.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-17. 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994, p. 2. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/141.pdf>>. Acesso em: 14 out 2004.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 215-218.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 283 p.
- COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991. 134 p.
- COSTA, Célia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 178-188.
- COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/19.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2005.
- COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 63-76. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/47.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2005.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. **Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná**. Curitiba Imprensa Oficial, 2002. 200 p.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. **Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná**. Curitiba, 1997.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. **Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná**. 2.ed. rev. e amp. Curitiba, 1998.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.
- ENDERS, Arnelle. *Les Lieux de mémoire*, dez anos depois. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993, p. 128-137.
- ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói: Muiraquitã, 1994. 234 p.
- FALCON, Francisco José Calazans. A identidade do Historiador. **Estudos históricos**, FGV, Rio de Janeiro, n.17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/183.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2005.
- FALCON, Francisco José Calazans. Apresentação. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 9-18.

- FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. 104 p.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/Producao_intelectual/hm/tp_download.htm>. Acesso em: 03 fev. 2005a.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-332. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a13.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2005b.
- FLAMARION, Ciro Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. (orgs.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-99.
- FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. 316 p.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- FUGUERAS, Ramon Alberch. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003. 221 p.
- GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 29-60.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1983. 370 p.
- GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos históricos**, FGV, Rio de Janeiro, n.17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2005.
- GONÇALVES, Janice. A produção historiográfica, os arquivos e o papel do arquivista: reflexões acerca do caso catarinense. Texto apresentado na Semana do Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná – 4 a 7 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/textojanicegon%E7alves.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2005.
- GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. 444 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002. 148 p.
- GRAMMONT, Anna Maria de. A construção do conceito de patrimônio histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. V. 4, n.3, 2006. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em: 15 out. 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/126.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 193-202.

HERRERA, Antonia Heredia. Arquivos, Documentos e Informação. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p. 113-120.

HOBBSAWN, Eric; Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: HUNT, L. (org). **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.1-29.

IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES, 1989.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/rst/viewarticle.php?id=480>>. Acesso em: 24 out. 2005.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=657&article=344&mode=pdf>>. Acesso em: 24 out. 2005.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 251-260.

JARDIM, José Maria. Prefácio. In: **História administrativa do Paraná (1948-1998): criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado**. Curitiba: Imprensa Oficial: DEAP, 2002. p. v-vi.

JARDIM, José Maria. **Transparências e Opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. (org.) **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999. 202 p.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. 282 p.

LACOUTURE, Jean. Os domínios da história imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 215-240.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994(b). p. 535-549.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994(a). p. 423-483.

LOPES, José Sérgio Leite. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas: Apresentação. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, 1994, p. 97-99. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/141.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2005.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1999. 151 p.

LOPEZ, André Porto Ancona. Tipologia documental e história. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia, 10. **Anais**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)

- LOWENTHAL, David. **El pasado es um país extraño**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001. 122 p.
- MARCHI, Euclides et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 1992/ago. 1993. p. 133-141.
- MELOT, Michel. Seriam os arquivos uma substância alucinógena? **O Correio da Unesco**. Ano 18, n. 5, p. 46-47, maio 1990.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (org.). **Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999. p. 11-29.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 102 p.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez., 1993. p. 7-28.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e prática**. 3.ed. amp. rev. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 228 p.
- PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, M. de. M; AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 211-214.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: Cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba, 1996. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REIS, José Carlos. Da “história global” à “história em migalhas”: o que se ganha, o que se perde? In: GUAZZELLO, C. A. B. et al. (org.) **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 177-234.
- RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1999.
- RIEGL, Aloïs. Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica. **Revista Museo**, 2º sem., 1989. p. 17-23.
- RONCAGLIO, Cynthia. **Trajetória institucional do Arquivo Público do Paraná**. Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo Público. Curitiba, v. 8, n.6, jun. 2001. p. 7-23.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. de. M; AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 93-101.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou indício de uma falta. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/186.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2005.

SHELLEMBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974. 345 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz Apresentação à edição brasileira: por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, March. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 7-12.

SILVA, Armando Malheiro da, et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação: volume 1. Porto: Afrontamento, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: Editora universitária; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2004, 327 p.

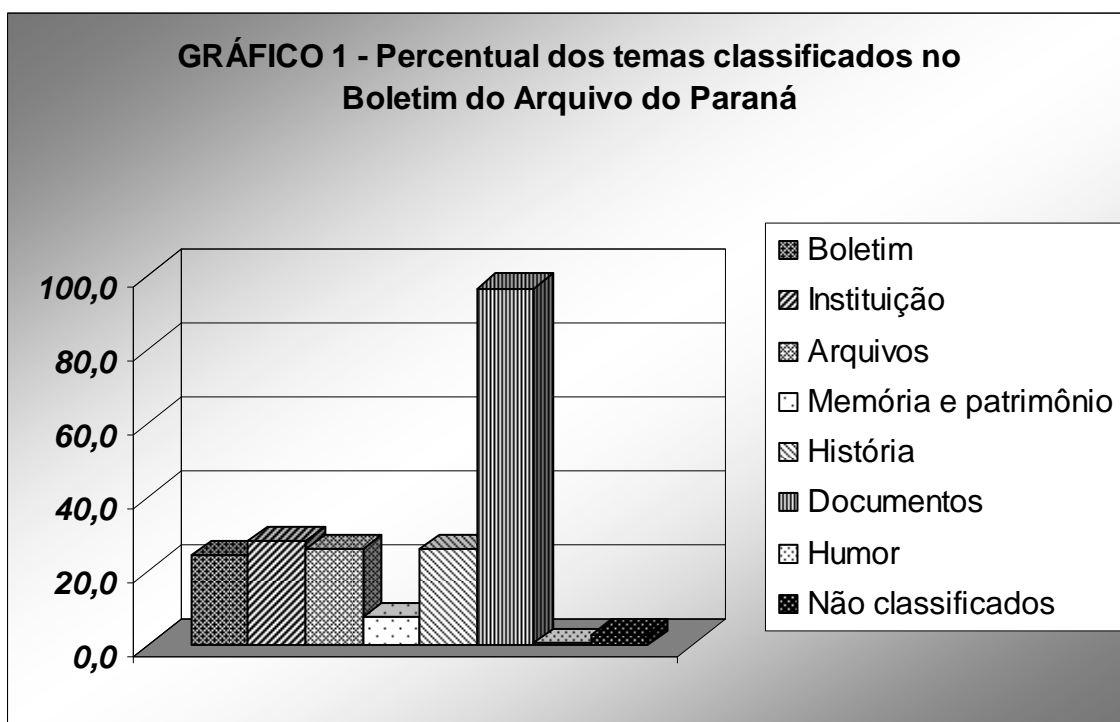
THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. In: **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 13, p. 65-74, 1997.

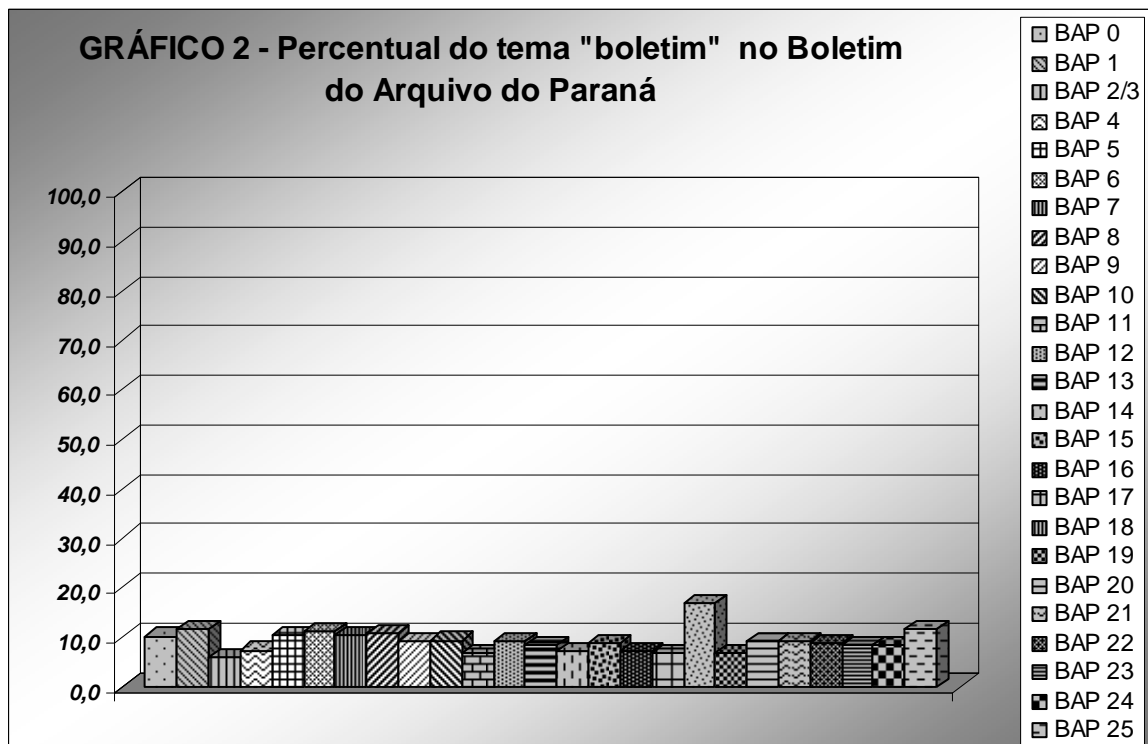
WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1991. p. 23-48. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/132.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2005.

ANEXOS

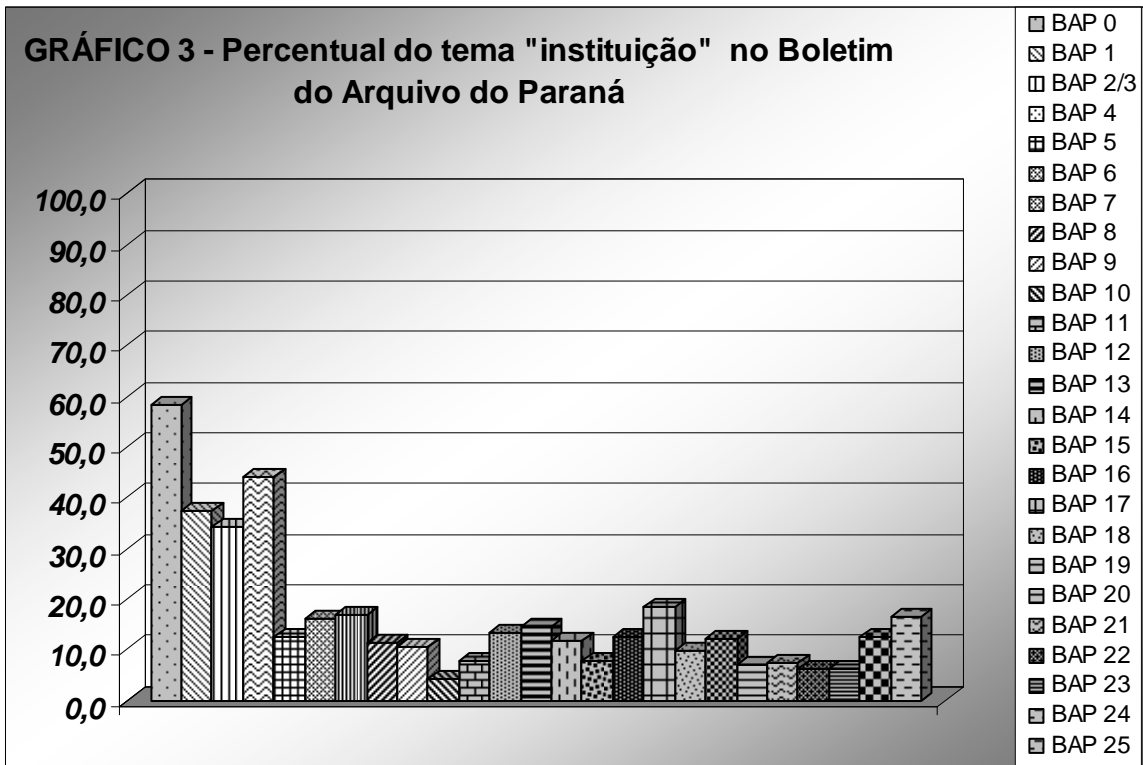
QUADRO 1 - Temas classificados no Boletim do Arquivo do Paraná		
Temas	Quantidade	%
Boletim	132	11,5
Instituição	152	13,3
Arquivos	140	12,2
Memória e patrimônio	41	3,6
História	141	12,3
Documentos	522	45,5
Humor	3	0,3
Não classificados	16	1,4
TOTAL	1147	100



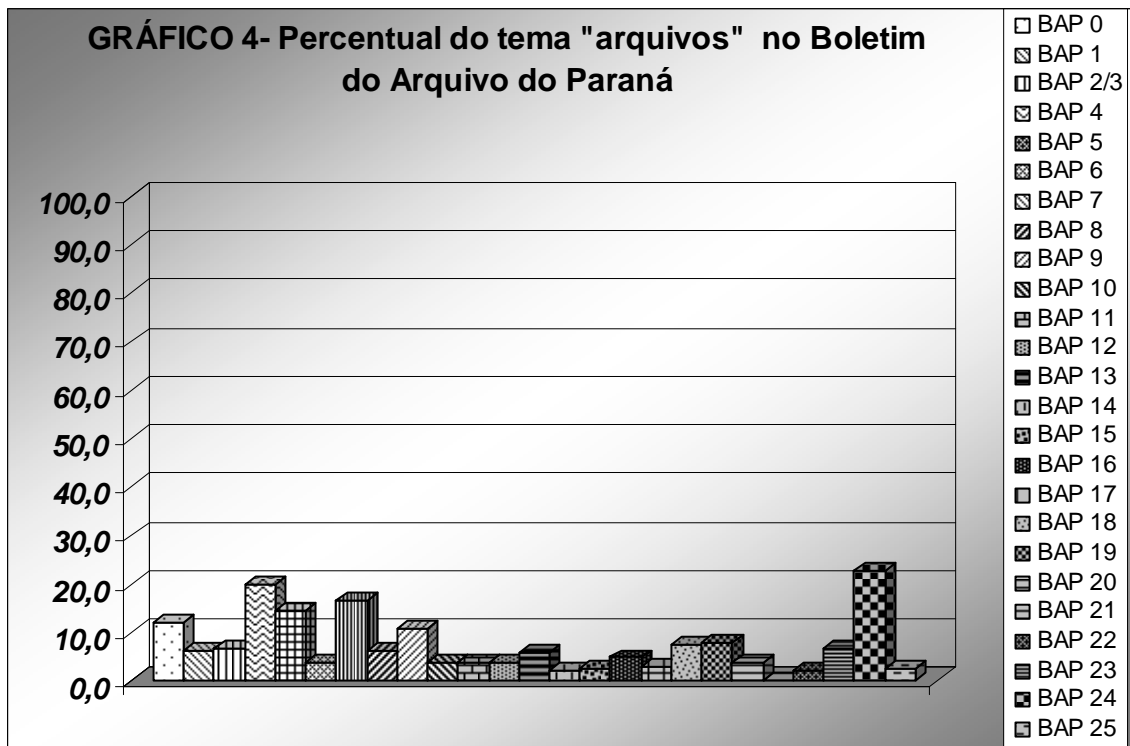
QUADRO 2 – Percentual do tema “boletim” no Boletim do Arquivo do Paraná		
Número do Boletim	Quantidade folhas	%
BAP 0	4,7	10,2
BAP 1	6,5	11,6
BAP 2/3	5	6,1
BAP 4	5	7,4
BAP 5	5	10,4
BAP 6	5	11,4
BAP 7	5	10,4
BAP 8	4,3	10,8
BAP 9	4	9,1
BAP 10	4,5	9,4
BAP 11	4	6,7
BAP 12	4	9,1
BAP 13	4,3	8,3
BAP 14	4,1	7,3
BAP 15	5	8,8
BAP 16	4	7,1
BAP 17	4,5	6,6
BAP 18	9,5	17,0
BAP 19	4,3	6,7
BAP 20	4	9,1
BAP 21	4	9,1
BAP 22	4,3	9,0
BAP 23	4	8,3
BAP 24	4	8,3
BAP 25	4,6	11,5



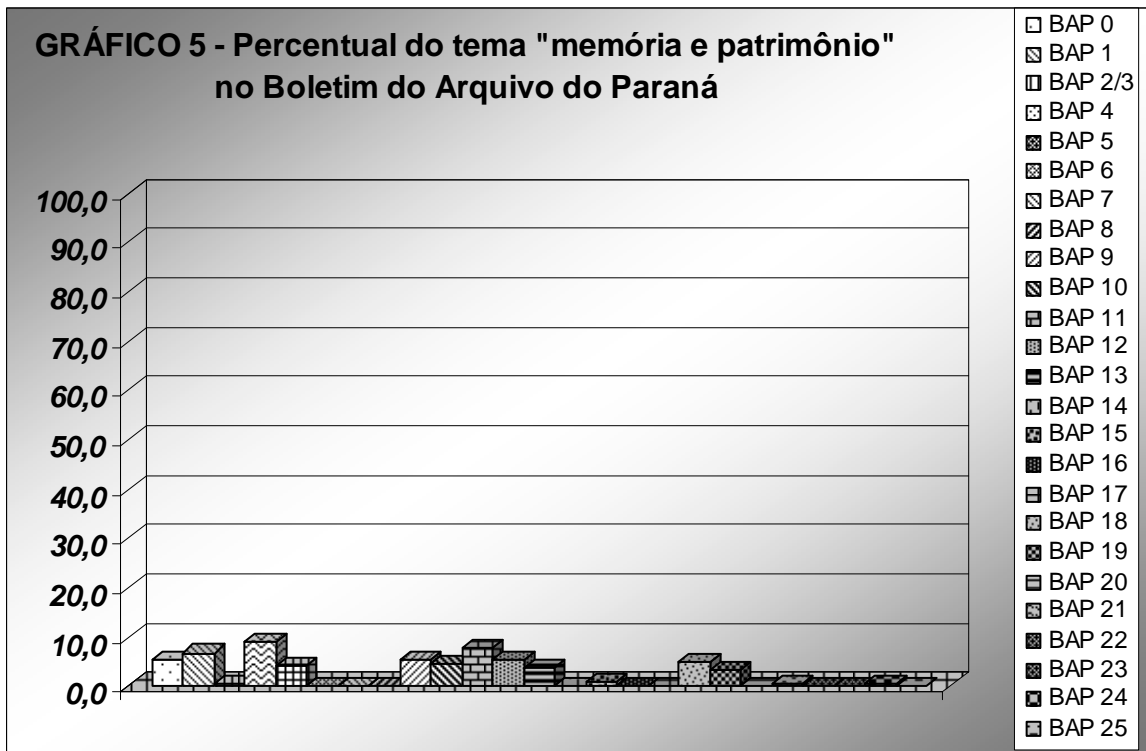
QUADRO 3 – Percentual do tema “instituição” no Boletim do Arquivo do Paraná		
Número do Boletim	Quantidade folhas	%
BAP 0	26,9	58,5
BAP 1	21	37,5
BAP 2/3	28,2	34,4
BAP 4	30	44,1
BAP 5	6	12,5
BAP 6	7	15,9
BAP 7	8	16,7
BAP 8	4,5	11,3
BAP 9	4,6	10,5
BAP 10	2	4,2
BAP 11	4,7	7,8
BAP 12	5,9	13,4
BAP 13	7,6	14,6
BAP 14	6,6	11,8
BAP 15	4,5	7,9
BAP 16	7	12,5
BAP 17	12,5	18,4
BAP 18	5,4	9,6
BAP 19	7,7	12,0
BAP 20	3,1	7,0
BAP 21	3,2	7,3
BAP 22	3	6,3
BAP 23	3	6,3
BAP 24	6	12,5
BAP 25	6,6	16,5



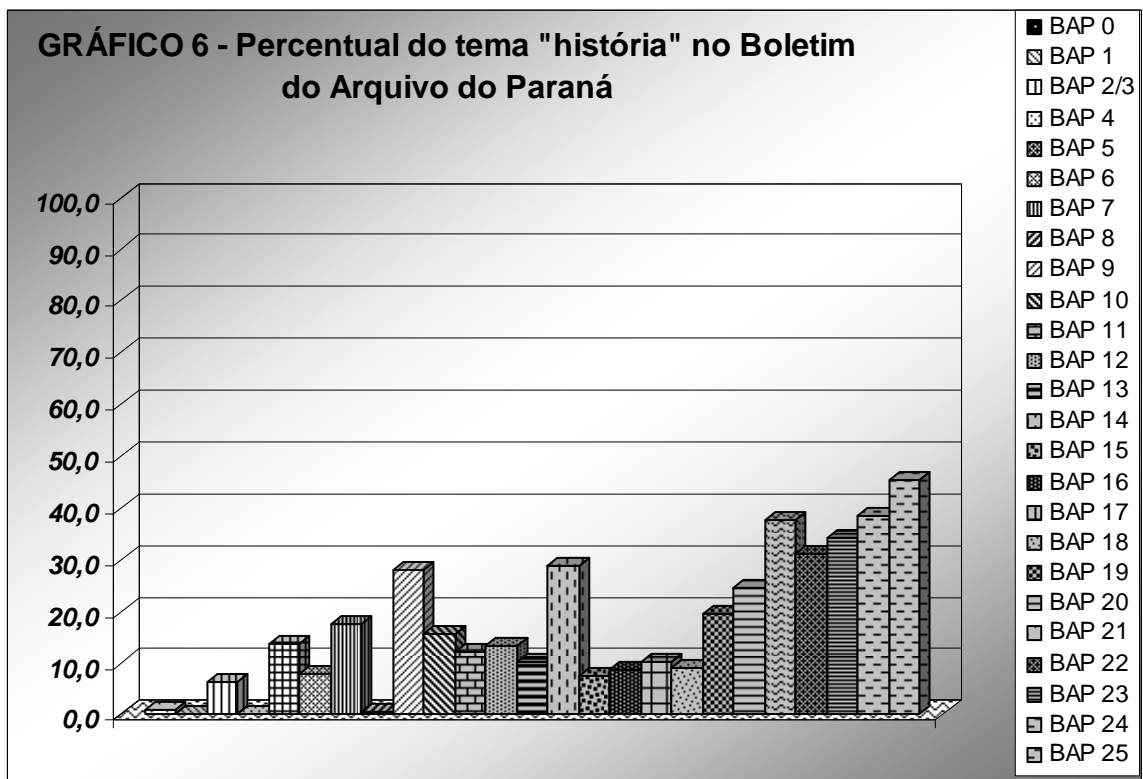
QUADRO 4 – Percentual do tema “arquivos” no Boletim do Arquivo do Paraná		
Número do Boletim	Quantidade folhas	%
BAP 0	5,5	12,0
BAP 1	3,5	6,3
BAP 2/3	5,6	6,8
BAP 4	13,6	20,0
BAP 5	7	14,6
BAP 6	1,7	3,9
BAP 7	7,9	16,5
BAP 8	2,5	6,3
BAP 9	4,8	10,9
BAP 10	1,8	3,8
BAP 11	2,3	3,8
BAP 12	1,7	3,9
BAP 13	3	5,8
BAP 14	1,2	2,1
BAP 15	1,4	2,5
BAP 16	2,7	4,8
BAP 17	1,4	2,9
BAP 18	2,7	7,5
BAP 19	5	7,8
BAP 20	1,6	3,6
BAP 21	0	0,0
BAP 22	1	2,1
BAP 23	3,2	6,7
BAP 24	11	22,9
BAP 25	1	2,5



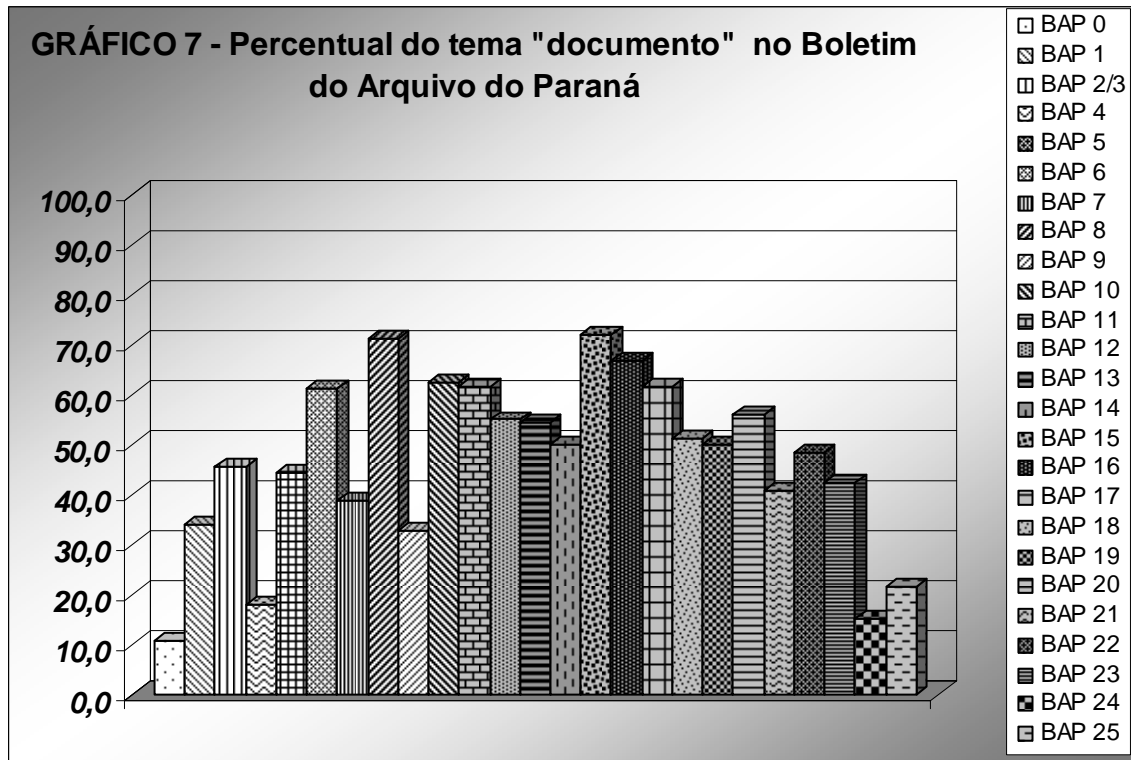
QUADRO 5 – Percentual do tema “memória e patrimônio” no Boletim do Arquivo do Paraná		
Número do Boletim	Quantidade folhas	%
BAP 0	2,5	5,4
BAP 1	3,8	6,8
BAP 2/3	0,5	0,6
BAP 4	6	8,8
BAP 5	2	4,2
BAP 6	0	0,0
BAP 7	0	0,0
BAP 8	0	0,0
BAP 9	2,4	5,5
BAP 10	2,2	4,6
BAP 11	4,6	7,7
BAP 12	2,3	5,2
BAP 13	2	3,8
BAP 14	0	0,0
BAP 15	0,5	0,9
BAP 16	0,1	0,2
BAP 17	0	0,0
BAP 18	2,8	5,0
BAP 19	2,2	3,4
BAP 20	0	0,0
BAP 21	0,3	0,7
BAP 22	0	0,0
BAP 23	0	0,0
BAP 24	0,3	0,6
BAP 25	0	0



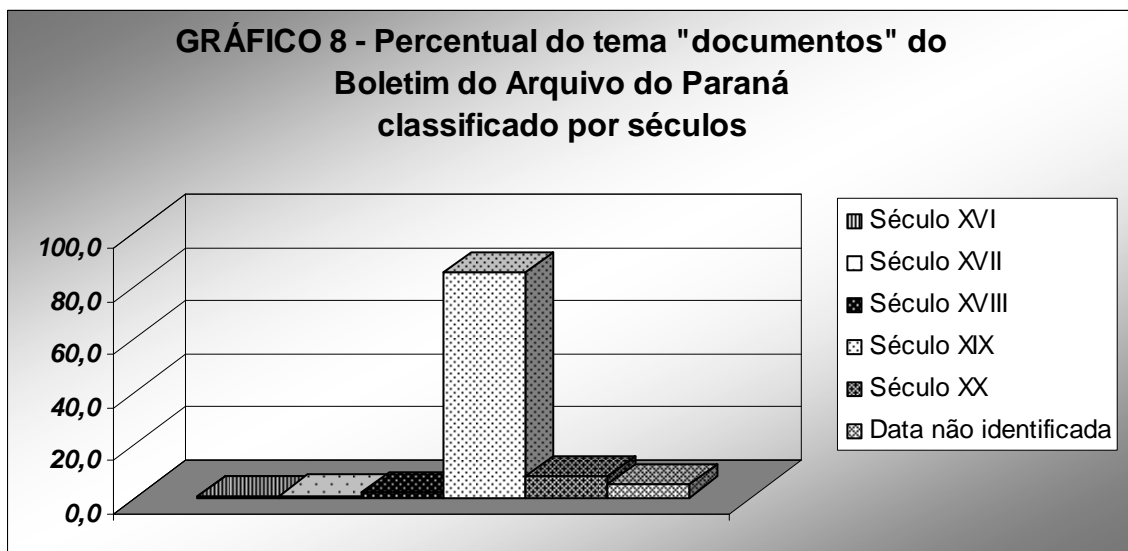
QUADRO 6 – Percentual do tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná		
Número do Boletim	Quantidade folhas	%
BAP 0	0,4	0,9
BAP 1	0	0,0
BAP 2/3	5,2	6,3
BAP 4	0	0,0
BAP 5	6,6	13,8
BAP 6	3,4	7,7
BAP 7	8,5	17,7
BAP 8	0,2	0,5
BAP 9	12,3	28,0
BAP 10	7,5	15,6
BAP 11	7,3	12,2
BAP 12	5,9	13,4
BAP 13	5,4	10,4
BAP 14	16	28,6
BAP 15	4,3	7,5
BAP 16	4,9	8,8
BAP 17	7	10,3
BAP 18	5,1	9,1
BAP 19	12,5	19,5
BAP 20	10,7	24,3
BAP 21	16,5	37,5
BAP 22	15	31,3
BAP 23	16,4	34,2
BAP 24	18,4	38,3
BAP 25	18,2	45,5



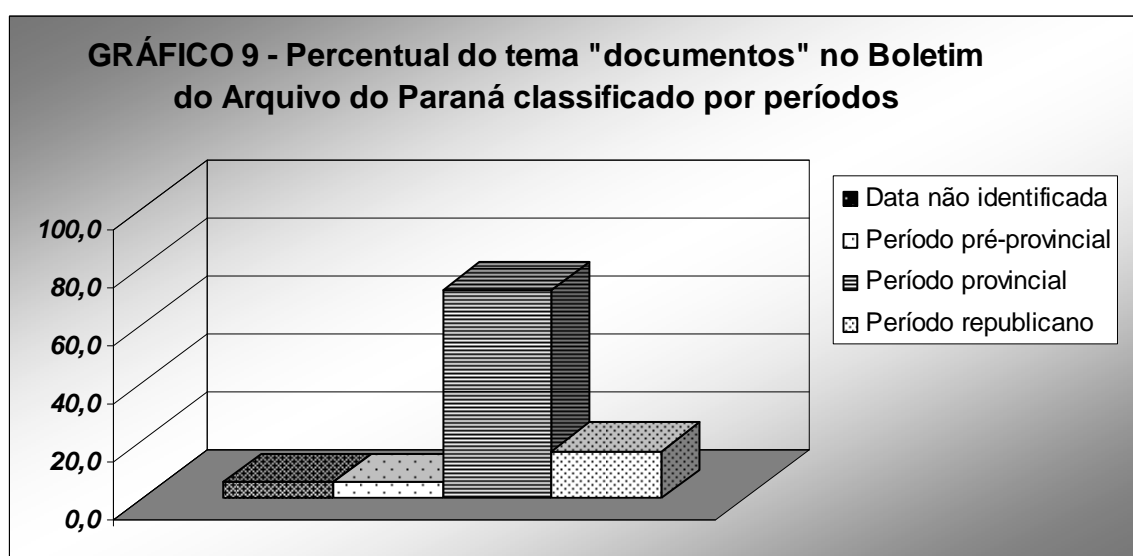
QUADRO 7 – Percentual do tema “documento” no Boletim do Arquivo do Paraná		
Número do Boletim	Quantidade folhas	%
BAP 0	5	10,9
BAP 1	19	33,9
BAP 2/3	37,5	45,7
BAP 4	12,3	18,1
BAP 5	21,4	44,6
BAP 6	26,9	61,1
BAP 7	18,6	38,8
BAP 8	28,5	71,3
BAP 9	14,5	33,0
BAP 10	30	62,5
BAP 11	36,9	61,5
BAP 12	24,2	55,0
BAP 13	28,2	54,2
BAP 14	28,1	50,2
BAP 15	41	71,9
BAP 16	37,3	66,6
BAP 17	42	61,8
BAP 18	28,7	51,3
BAP 19	32	50,0
BAP 20	24,6	55,9
BAP 21	18	40,9
BAP 22	23,2	48,3
BAP 23	20,4	42,5
BAP 24	7,3	15,2
BAP 25	8,6	21,5



QUADRO 8 – Percentual do tema “documento” no Boletim do Arquivo do Paraná classificado por séculos		
	Nº. documentos	%
Século XVI	1	0,2
Século XVII	4	0,8
Século XVIII	9	1,7
Século XIX	443	84,9
Século XX	41	7,9
Data não identificada	24	4,6



QUADRO 9 – Percentual do tema “documento” no Boletim do Arquivo do Paraná classificado por períodos		
	Nº. documentos	%
Data não identificada	29	5,6
Período pré-provincial	29	5,6
Período provincial	378	72,4
Período republicano	86	16,5



QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná			
Nº Boletim	TÍTULO	AUTOR	Observação
BAP 0	Citação – “Só o passado pode explicar o presente e esclarecer o futuro. O estado atual do mundo é um problema cuja solução acha-se nos séculos precedentes, e deles cumpre tomar luzes para prever, preparar e conduzir os séculos que ao nosso hão de seguir.”	Frédéric Ancillon Tableu	
	Citação – “O passado é o melhor profeta do futuro.”	Byron	
	Citação – “ O passado só é passado para as naturezas irracionais. Para nós é o presente, porque se perpetua vivo, embora ‘esquecido’, no sub-solo do inconsciente.”	J. Mohana	
	Citação “O passado é o melhor profeta do futuro	Byron	
BAP 1	_____	_____	_____
BAP 2/3	Lenda de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais	Romário Martins	Trecho da obra “Paiquerê”
	Primeira obra escrita no Paraná	Padre Gay	Citado por Romário Martins em “Terra e Gente do Paraná” - República Jesuítica do Paraguay
	História Revisionista x Oficial		Transcrição de entrevista com Wilson Martins publicada no Jornal A Voz do Paraná, n. 1100.
	É preciso conhecer a luta do homem paranaense	Bento Munhoz da Rocha neto	Trecho do ensaio “Da necessidade de divulgação da história paranaense”
BAP 4	_____	_____	_____
BAP 5	Citação – “ A História é o romance acontecido, o romance, a História por acontecer.”	Gouncourt	
	Gruta do Itapirussú maravilha do Paraná	Engº Antonio Olyntho dos Santos Pires	Trecho de monografia intitulada Speleologia, publicada em 1822 Em edição da “Geografia do Brasil”, obra comemorativa ao I Centenário da Independência
	“PH”	Antonio Vieira dos Santos	Trecho da obra Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu município Publicados em 1850
	Memória histórica de Paranaguá	Antonio Vieira dos Santos	Trecho do termo de abertura da obra Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu município
	O primado moral	Valfrido Piloto	Texto sobre as virtudes da história.
BAP 6	PH – Civilização, gênio e costumes	Antonio Vieira dos Santos	Trecho da obra Memória Histórica da Cidade de Paranaguá
	Conselho Ultramarino – Provisão Régia de 20.07.1782	Antonio Vieira dos Santos	Trecho da obra “Memória Histórica da Villa de Morretes e do Porto Real vulgarmente Porto de Cima”, publicado em 1851.
	Preservação da memória histórica: 1845	Antonio Vieira dos Santos	Transcrição de ofício de 1845 citado na obra “Memória Histórica da Villa de Morretes e do Porto Real
BAP 7	Citação – “Conhecendo o passado estaremos mais capacitados a viver o presente e a compreender o futuro”.	s/autor	
	Os Troncos dos Pinheiros – Ildefonso Pereira Correia – Barão do Serro Azul	Rocha Pombo	Trecho da obra “Para a história”
	Paraná de todos nós	Bento Munhoz da Rocha	Texto publicado na Enciclopédia Bloch, n. 2, jun. 1967.
BAP 7	Thereza Nicolas: um exemplo a ser seguido	FUNDEPAR	Transcrição de matéria em Educação, n. 5, dez. 1979 (publicação da FUNDEPAR)
BAP 8	-	-	-

QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná				
Nº Boletim	TÍTULO	AUTOR	Observação	
BAP 9	Citação – “Quase tudo o que recordamos sobre História Antiga é que, um faraó podia manter um império de bom tamanho com o dinheiro que se gasta atualmente para fazer um filme sobre ele”.	Autor desconhecido		
	Curitiba em 1878	Ermelino de Leão	Publicado no Album do Paraná, abr. 1920	
	Citação – “O historiador não é o antiquário, mas o homem do seu tempo. Sua matéria só é passado, na medida em que também é presente, pois este é que é o seu campo, sem o que a História é ornamento, erudição, algo sem vida.”			Do teste de História dos Exames Supletivos de 1º Graus, São Paulo, 1881.
	Dr. Ermelino Agostinho de Leão	Francisco Negrão		Transcrição de trecho da obra “Genealogia Paranaense”
	Citação – “Conforme o presente que vivem os historiadores, são diferentes as perguntas que eles fazem ao passado.”			Do teste de História dos Exames Supletivos 2º Grau, São Paulo, 1981
	A nossa mui amada Curitiba na encruzilhada dos séculos	Mbá de Ferrante		
	Documento sabiamente deformado..	José Erichsen Pereira		Trecho da obra “Uma história dos caminhos – estudo sobre a formação e influência do Paraná no sul do Brasil”
	Citação – “Nenhuma Nação pode encarar o futuro se não detém o segredo de seu passado. O próprio presente só é interpretável enquanto são visíveis as raízes que o alimentam e explicam.”	Roberto Marinho		Do discurso do paraninfo da turma de licenciatura em Arquivologia – UNIRIO, 1980
BAP 10	Os Troncos dos Pinheirais	José Wanderley Dias	Transcrição de trecho da apresentação da audição inaugural da série “Os troncos dos Pinheirais”	
	29.03.1693 – A fundação de Curitiba foi realizada revolucionariamente	Euclides Bandeira		
	O campo e a floresta decidiram nossa existência e nossa índole	Romário Martins	Trecho da obra “História do Paraná”	
	A função do historiador	Bento Munhoz da Rocha	Texto publicado em 1936	
	O linguajar do tropeiro é duro como quem defende o que é seu	José Erichsen Pereira		Trecho da obra “Uma história dos caminhos” – estudo sobre a formação e influência do Paraná no sul do Brasil
	Joana e a história	Jean Guitton		Trecho da Obra “Problema e mistério de Joana D’Arc”, Editora Dominus, São Paulo, 1963.
	Citação – “Só o passado pode explicar o presente e esclarecer o futuro. O estado atual do mundo, é um problema cuja solução acha-se nos séculos precedentes, e deles cumpre tomar luzes para prever, preparar, e conduzir os séculos que ao nosso hão de seguir.”	Frédéric Ancillon Tableau		
BAP 11	O Paraná que eu conheci e amei	Acir Guimarães		
	O Vale da Ribeira e o futuro da Província	Rocha Pombo		
	Ermelino de Leão – Pioneiro da reforma pedagógica	Raul Rodrigues Gomes		
	Citação – “O passado é prólogo”	Shakespeare		
BAP 11	Citação – “ ... A gente do Paraná precisa conhecer a formação da terra que é sua, e é sobretudo, a terra de seus filhos ... Precisa conhecer a diversidade do Paraná para compreendê-lo como ele é. Para perceber a síntese que o Paraná representa ...”	Bento Munhoz da Rocha	Citação de frase da obra “Da necessidade da divulgação da história do Paraná – Ensaio”, de 1968.	

QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná			
Nº Boletim	TÍTULO	AUTOR	Observação
	Da necessidade de divulgação da história do Paraná	Bento Munhoz da Rocha	Transcrição da obra “Da necessidade da divulgação da história do Paraná – Ensaios”, de 1968.
BAP 12	“Os troncos dos Pinheirais”	Antonio Martins Franco	
	Espírito de brasilidade que há de nos salvar de nós mesmos	Romário Martins	Transcrição de mensagem do “Centro Paranista” enviada por Romário Martins ao Presidente do Estado, Dr. Afonso Camargo
	Paraná – destinação histórica de servir ao Brasil	Aníbal Borges Carneiro	Texto publicado no Jornal gazeta do Povo em 20 jun. 1982.
BAP 13	Os troncos dos Pinheirais	Hugo Simas	Trecho da conferência intitulada “Paranaguá e a República” pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Paranaense na década de 40.
	A velha imagem da padroeira	Ermelino Leão	Transcrição de texto datado de 16 nov. 1920.
	s/título	Alfredo Ellis Jr	Transcrição de trecho da obra “História da Civilização Brasileira” na qual o autor critica a idéia de que foram os bandeirantes que os responsáveis pelas atuais fronteiras brasileiras
	Citação – “É preciso dar aos fastos do passado, educadores pelas lições de desprendimento e de coragem, relevo atual evitando que acontecimentos sugestivos caiam, quiçá, em letargo.”	Dicesar Plaisant	
	Professor doutor Heitor Borges de Macedo	Mbá de Ferrante	
	“História”	Carlos Drumond de Andrade	Trecho da obra “O avesso das coisas”
	O verdadeiro fator da República	Ermelino Agostinho de Leão	Trecho de conferência proferida no Teatro Guairá em 1925, sobre D. Pedro.
BAP 14	Os troncos dos pinheirais [sobre Lisimaco Ferreira da Costa]	Bento Munhoz da Rocha Neto	Estudo de 1941
	O primeiro dia da Vila		
	Os curitibanos de 1820	Romário Martins	Trecho da obra “História do Paraná”
	A fundação de Ponta Grossa	Flávio Carvalho Guimarães	Texto datado de 1921
	Dados biográficos do Senador Flávio Carvalho Guimarães	s/autor	
	Citação – “Os arquivos não são a história, mas o historiador que deixar de mergulhar periodicamente nas frescas correntes dos documentos originais, deixa desde logo de ser um historiador”.	G. Barraclug	
	“Tudo é espantosa e esmagadoramente grande no decantado e fabuloso oeste do Paraná”	Coelho Junior	Trecho da obra “Pelos selvas e rios do Paraná”, Editora Guairá, 1946.
	Citação – “É através da pesquisa nos Arquivos que revelam os verdadeiros historiadores, capacidade de compreender e divulgar a grandeza de certos homens”.	s/autor	
BAP 14	Subsídios para a memória do teatro paranaense	Mbá de Ferrante	Uma nota explica que o texto é um trecho de trabalho mais amplo, em fase de pesquisa e elaboração.

QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná			
Nº Boletim	TÍTULO	AUTOR	Observação
	Citação – “Superior às coações da força, o que une e constitui as nações, é o sentimento do passado, a posse em comum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida”	Renan	
BAP 15	Os troncos dos pinheirais	Euclides Bandeira	Trecho da obra “Crônica locais”, publicada em 1941
BAP 15	Citação – “ PARANISTA é todo aquele que tem pelo Paraná, uma afeição sincera e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense.”	Romário Martins	
	Citação – “Paranismo é o espírito de enlace e exaltação, idealizador de um Paraná maior e melhor pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela bondade, pela justiça, pela cultura, pela civilização. É o ambiente de paz e de solidariedade, o brilho e a altura dos ideais, as realizações superiores da inteligência e dos sentimentos.	Romário Martins	
	Manoel Ribas, um vulto injustiçado	s/autor	
	Citação – “PARANISTA é todo aquele que tem pelo Paraná, uma afeição sincera ...”	Romário Martins	
	Hosana	Mbá de Ferrante	Texto aplaudindo a obrigatoriedade do ensino de História do Paraná nas escolas
	Augusto François Cezar Provençal de Saint’ Hilaire	s/autor	Texto comentando as obras de Saint’ Hilaire traduzidas por David Carneiro em 1968.
	Citação – “Nós todos que constituímos a sociedade paranaense sem distinção de origem, somos os depositários da beleza e da riqueza e os responsáveis pelos destinos desta grande e generosa terra do Paraná. Em nada importam as nossas origens étnicas; o que importa aos nossos e aos interesses do Brasil e da Humanidade, é que amemos com sinceridade e que irmanados a façamos próspera e feliz, porque é a nossa própria prosperidade e felicidade que assim estaremos edificando ..”	Romário Martins	
	Citação – “Centro Paranista: Associação de Amigos do Paraná cujos objetivos eram o estudo, o estímulo, a realização de tudo quanto concernir ao conhecimento, progresso e à civilização do Paraná.” “ O Ideal Paranista: filho legítimo da brasilidade e integrador de todos os nossos etnos sociais...”	Romário Martins	
	Citação – “PARANISTA é aquele que em terras do Paraná, lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compoz [sic] uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma Lei Liberal ...”	Romário Martins	
BAP 16	Os troncos dos pinheirais	s/autor	Homenagem ao Engenheiro Ângelo Ferrario Lopes.
	Citação – “PARANISTA é todo aquele que tem pelo Paraná, uma afeição sincera ...”	Romário Martins	
BAP 16	Victor S’Thiago Subrá – relevantes serviços à marinha do Brasil	Milton Miro Vernalha [professor da Universidade Federal do Paraná]	Trecho de correspondência encaminhada com dados biográficos do militar francês

QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná			
Nº Boletim	TÍTULO	AUTOR	Observação
	Citação – “PARANISTA é todo aquele que tem pelo Paraná, uma afeição sincera ...	Romário Martins	
	Dados biográficos de um Paranaense ilustre – Engenheiro Ângelo Ferrario Lopes (1902-1964)	s/autor	
BAP 17	Os troncos dos Pinheirais [sobre Salvador de Ferrante]	s/autor	
	Citação – “Bem aventurado é o povo que pode tirar das brumas do passado ensinamentos que o levem a idealizar no presente grandes e significativas conquistas no futuro. Feliz deverá considerar-se a nação que possa haurir nas tradições dos seus avoengos estímulos mui sinceros e leais para a concretização, nos dias de hoje, dos mais lídimos e expressivos anelos. De tal sorte que, quando se concretizam certas manifestações, que falam intimamente ao coração e à consciência de um povo, então a sua lembrança atravessa gerações, galga os píncaros da consagração, para se granitizar eterna e fielmente na História”	Joaquim Tramuja [presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá]	Trecho da obra “Vivências”
	Citação – “O Povo que não possui uma história verdadeira, pela insuficiência de seus meios ou pela desordem de seus ARQUIVOS, é uma nação sem gênese e, portanto, desclassificada no mundo civilizado.”	João Mendes de Almeida	
	Arquivo, memória permanente da história	Etelvina Maria de Castro Trindade & Elvira Mari Kubo [professoras do Depto. de História da UFPR]	
BAP 18	Os troncos dos pinheirais [sobre o Coronel Joaquim de Rezende Correia de Lacerda]	David Carneiro	
	“Suas obras são verdadeiro repositório histórico das coisas do Paraná – “Eu Antonio Vieira dos Santos ...”	Antonio Vieira dos Santos	Trecho da auto-biografia
	Folklore do Paraná – Guaratuba de outrora	Luiz Eulógio Zilli [maestro, musicista e compositor paranaense, catedrático da Escola de Música e belas Artes do Paraná]	
	Citação – “A primeira lei da História é não falsear a verdade, em seguida proclamá-la sem receio de ser suspeitado de ter escrito com animosidade ou lisongeria.”	Leão XIII	
BAP 19	Os troncos dos pinheirais [sobre Dario Velloso]	Francisco Negrão	Trecho da Obra Genealogia Paranaense, v. 3.
	O Senador Zacharias	Machado de Assis	Transcrição de trecho da obra “O Velho Senado”
	A história	João Manuel Pereira da Silva	
	Peabirú – um dos caminhos históricos do Paraná	Romário Martins	
	Um registro esclarecedor [sobre a grafia do nome do 1º Presidente da província do Paraná]	s/autor	
BAP 19	Meu credo paranaense	Raul Rodrigues Gomes	Ao final consta biografia do autor, que foi retirada da obra “O exemplarismo Tinguiano e Humanista Raul Gomes”, de Valfrido Piloto

QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná			
Nº Boletim	TÍTULO	AUTOR	Observação
	Colégio dos Jesuítas de Paranaguá	Joaquim Tramujas	
	1903 – Um relato sobre Curitiba	Tobias Monteiro	Trecho do texto “Do Rio ao Paraná”, publicado no Jornal do Comércio em abril de 1903
	Quando ainda não se faziam temporadas de praia – Paranaguá-Guaratuba no tempo das diligências	Joaquim Tramujas	Trecho da obra “Vivências”
	Vibrante boletim do Comando do I Regimento de Infantaria – “ Saudemos a bandeira! Ella é o guião da victória e a mortalha dos bravos”	Carlos Cavalcanti D’ Albuquerque [Presidente do Estado do Paraná entre 1912-1916]	Transcrição de texto publicado no Boletim do Quartel da Vila Militar em 19 de novembro de 1920.
	Citação – “PARANISTA é aquele que em terras do Paraná	Romário Martins	
	Citação – “A história é uma operação cultural em que procuramos tirar dos traços do passado, as linhas do futuro”	Pedro Calmon	
	Citação – “Só o passado pode explicar o presente e esclarecer o futuro. O estado atual do mundo, é um problema cuja solução acha-se nos séculos precedentes, e deles cumpre tomar luzes para prever, preparar e conduzir os séculos que ao nosso hão de seguir.”	Frédéric Ancillon Tableau	
BAP 20	Vultos Paranaenses – João José Pedrosa		Texto publicado na Revista do Paraná, Ano I, n. 7.
	Expirou o grande brasileiro	Rocha Pombo	Trechos da obra “História do Brazil”, sobre a morte de D. Pedro II.
	Visto pela Imperatriz Tereza Cristina	Newton Carneiro [presidente do IHGP]	Texto sobre a visita da Imperatriz ao Paraná
	Citação – “As sociedades tem mesmo o dever de preservar a tradição através do respeito ou pelo menos do conhecimento das gerações entre si. Por isso a História se torna mais complexa, mais obrigatória, mais pedagógica, mais patriótica, à medida em que a cultura se aperfeiçoa e que as exigências acompanham a ambição social.	Pedro Calmon	
	Berço esplêndido	Francisco Brito Lacerda	Texto sobre a letra do Hino Nacional.
BAP 21	Vultos Paranaenses – Cândido Lopes	s/autor	
	Citação – “Só o passado pode explicar o presente e esclarecer o futuro. O estado atual do mundo é um problema”	Frédéric Ancillon Tableau	
	Notas sobre o ensino do Paraná	s/autor	Texto sobre a escola e professores em Curitiba de 1726 a 1829.
	A lembrança que fica	Francisco Brito de Lacerda	Texto sobre a instalação da Província.
	Bodas Polacas		Transcrição de crônica publicada na Revista do Paraná, n. 5
	1847 – Um enforcamento em Curitiba	Ernani Costa Straube [professor e membro do Instituto Histórico Geográfico Paranaense]	
	A casa rural dos Campos Gerais	Cecília Maria Westphalen	
BAP 22	Vultos Paranaenses – Paula Gomes	s/autor	
	A propósito do negro no Paraná	Samuel Guimarães da Costa	
	Guardião das instituições	Francisco Brito de Lacerda	Texto sobre o Marechal Peixoto.

QUADRO 10 – Identificação dos textos transcritos no tema “história” no Boletim do Arquivo do Paraná			
Nº Boletim	TÍTULO	AUTOR	Observação
	Citação – “Superior às coações da força, o que une e constitui as nações, é o sentimento do passado; a posse em comum de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer a herança recebida.”	Renan	
BAP 23	Vultos Paranaenses – Presidente Faria	s/autor	
	Quilombo do Capão Alto	s/autor	No final consta nota sobre as citações feitas no preâmbulo, extraídas do texto “Fazendo Capão Alto”, publicado em Cadernos do Patrimônio, Série Estudos, n. 1.
	Cinco de outubro de 1930, em Curitiba	Luiz Carlos Pereira Tourinho Carneiro [presidente do IHGP]	
BAP 24	Vultos Paranaenses – Mariano Lima	s/autor	
	Mariano de Lima e a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná	Christine Baptista	
	O Paraná nas crônicas de Hans Staden	Hans Staden	Trecho da obra “ Viagens e cativo entre os índios do Brasil”, de 1557
	Capela de S. Francisco	s/autor	
	Da Inspeção Geral da Instrução Pública à Secretaria de Educação 1854 – 1988	Ernani Straube [professor e membro do Instituto Histórico Geográfico Paranaense]	
BAP 25	Sobre a ave-símbolo e a ave do brasão de armas do Estado do Paraná	Fernando C. Straube	
	Lance de vista sobre Curitiba	Romário Martins	Texto publicado no Almanach Paranaense em 1899
	s/título [sobre as reservas de matas no Paraná]	s/autor	Transcrição de texto da Revista Paraná Econômico, Ano III, n. 34, 1956.
	O linguajar sulino	José Ericksen Pereira [jornalista e escritor. Pertenceu ao Centro de Letras do Paraná, Academia de Letras José de Alencar e Pen Club do Brasil, de Curitiba.	Trecho da obra “ Uma história de caminhos – Estudo sobre a formação e influência do Paraná no sul do Brasil”
	Freguesia de Guaraqueçaba em breves notas	s/autor	
	Da Inspeção Geral da Instrução Pública à Secretaria de Educação 1854 – 1988	Ernani Straube [professor e membro do IHGP]	
	Notas para a memória da Imprensa Oficial do Estado	s/autor	

FIGURA 1 – Capa do Boletim do Arquivo do Paraná

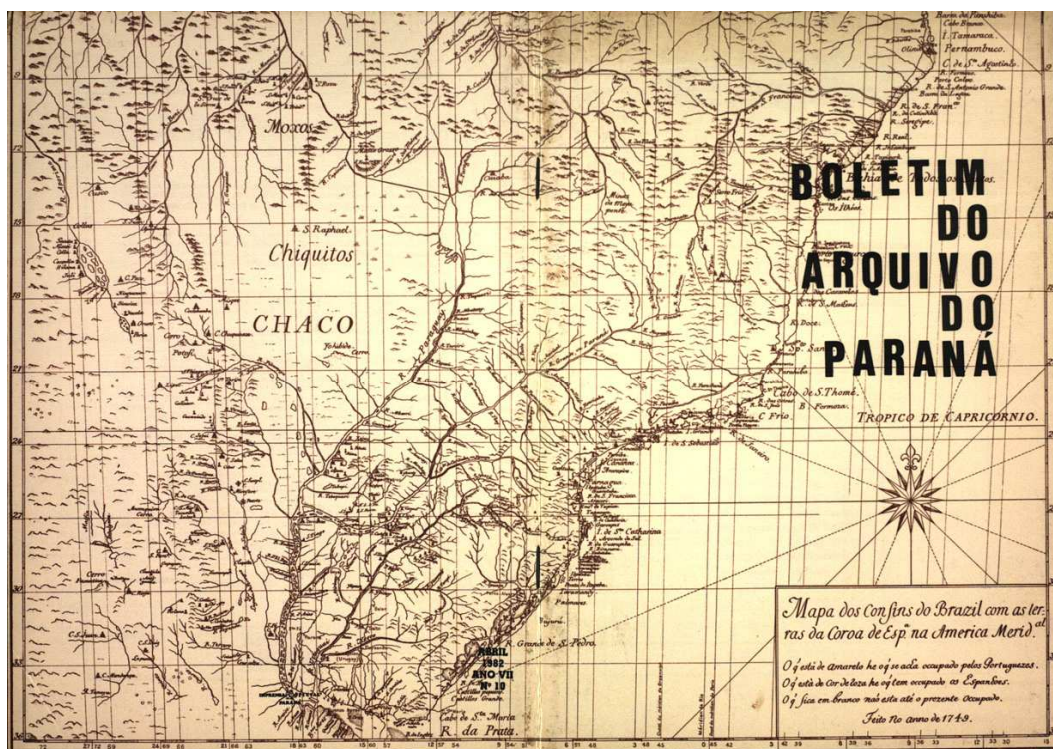


FIGURA 2 – Logomarca do Boletim do Arquivo do Paraná



FIGURA 3 – Coluna Os Troncos dos Pinheirais, publicada no Boletim do Arquivo do Paraná

OS TRONCOS DOS PINHEIRAIS

Ser paranaense é, até certo ponto, um acidente; ser Paranista é uma glória !"



"...o símbolo paranista por excelência, é o pinheiro! A árvore robusta, generosa e rica que tem sido um dos estelões da economia e grandeza parananenses pode muito bem representar o Estado que encanta e enriquece. Consideramos os notáveis paranaenses - que bem serviram sua terra como os verdadeiros Troncos dos Pinheirais" - (José Wanderley Dias, na apresentação da audição inaugural da série "Os Troncos dos Pinheirais", programação que teve essa denominação e foi"...nascida da vontade paranista de homenagear o Paraná no Centenário de sua emancipação política, e que foi apresentado através a Radio Guairacá - "A Voz Nativa da Terra dos Pinheirais", a partir de 27.03.1953.

José Wanderley Dias, criador e apresentador, redator e produtor dessa e de inúmeras outras soberbas produções que, na época contribuíram para nivelar o Rádio do Paraná ao dos maiores centros radiofônicos.

Uma preciosa coleção desses programas foi confiada à custódia do Arquivo do Paraná pelo ilustre intelectual que, embora nascido na gloriosa terra das Minas Gerais, pelos seus méritos, perene revelação de grande amor à gente e à Terra dos Pinheirais, está consagrado, na Grei dos Paranistas que de a muito o reconheceu Paranaense Honorável. Na série de "O Tronco dos Pinheirais", que evocava não apenas "Pequenos momentos de Grandes Vidas" e "Das glórias do Passado às esperanças do Futuro", ganhou invulgar destaque na radiofoniação da vida paranista de Alba Guimarães Plaisant, Alberto José Gonçalves, Brasília Itiberê, Celso Itiberê da Cunha, Caetano Munhoz da Rocha, Clotário de Macedo Portugal, Emiliano Perneta, Dario Persiano de Castro Vellozo, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, Emilio de Menezes, Eneas Marques dos Santos, Ernesto Luiz de Oliveira, Euclides Bandeira, Fernando Moreira, Francisco das Chagas Lima, Francisco de Azevedo Ribeiro Portugal, Generoso Marques dos Santos, Gomes Carneiro, João Busse, João Gualberto Gomes de Sá Filho, João Candido Ferreira, João Turim, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Julia Wanderley, Leocádio José Correia, Lisimaco Franco Ferreira da Costa, Manoel Correia de Freitas, Reinaldino Schafenberg Quadros, Romario Martins, Plínio Alves Monteiro Tourinho, Cel. Quinco Lacerda, Salvador De Ferrante e Vicente Machado" ▲

FIGURA 4 – Editorial do Boletim do Arquivo do Paraná com desenhos paranistas

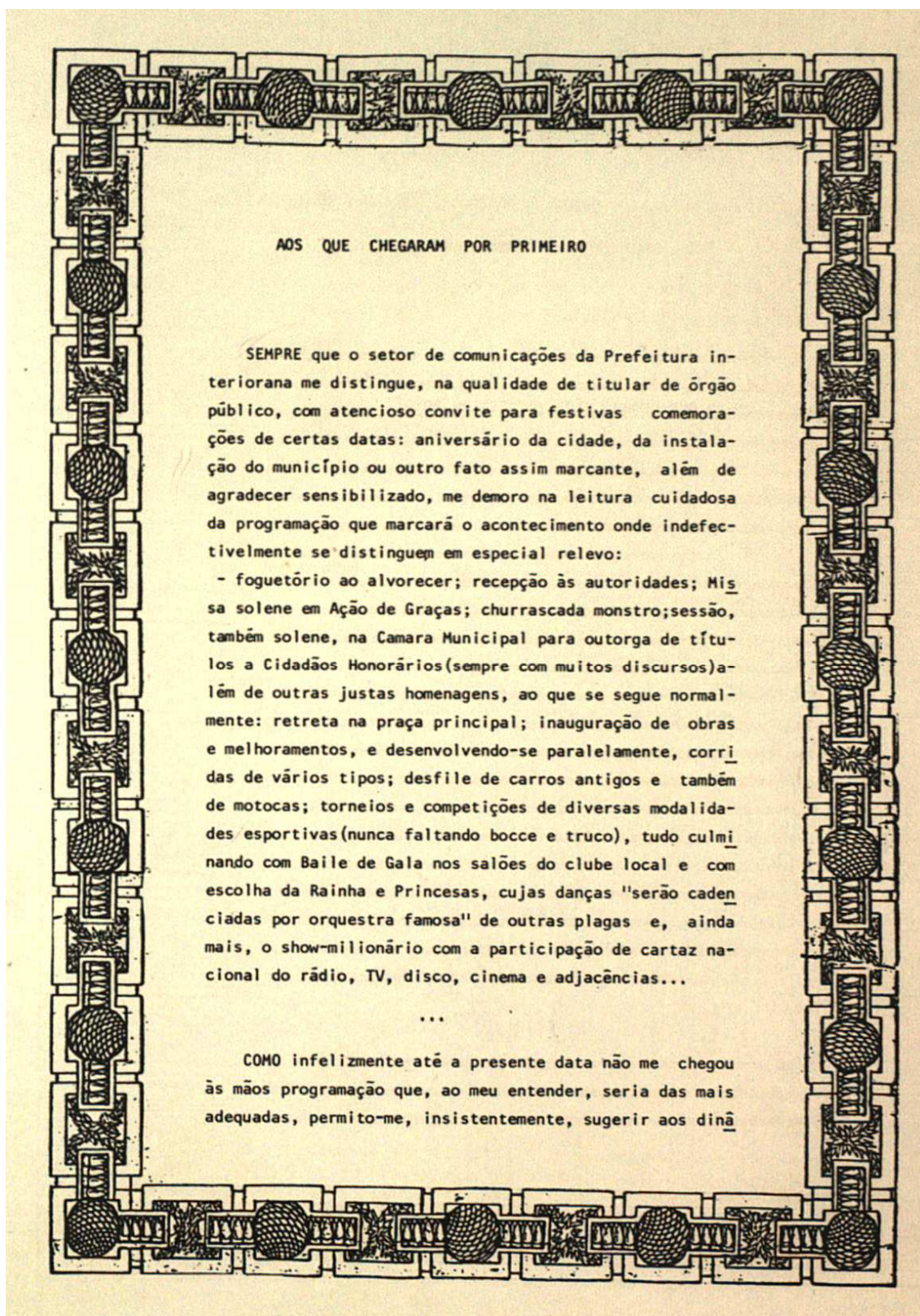


FIGURA 5 – Texto com desenhos paranistas publicado na *Revista Ilustração Paranaense* em 1928

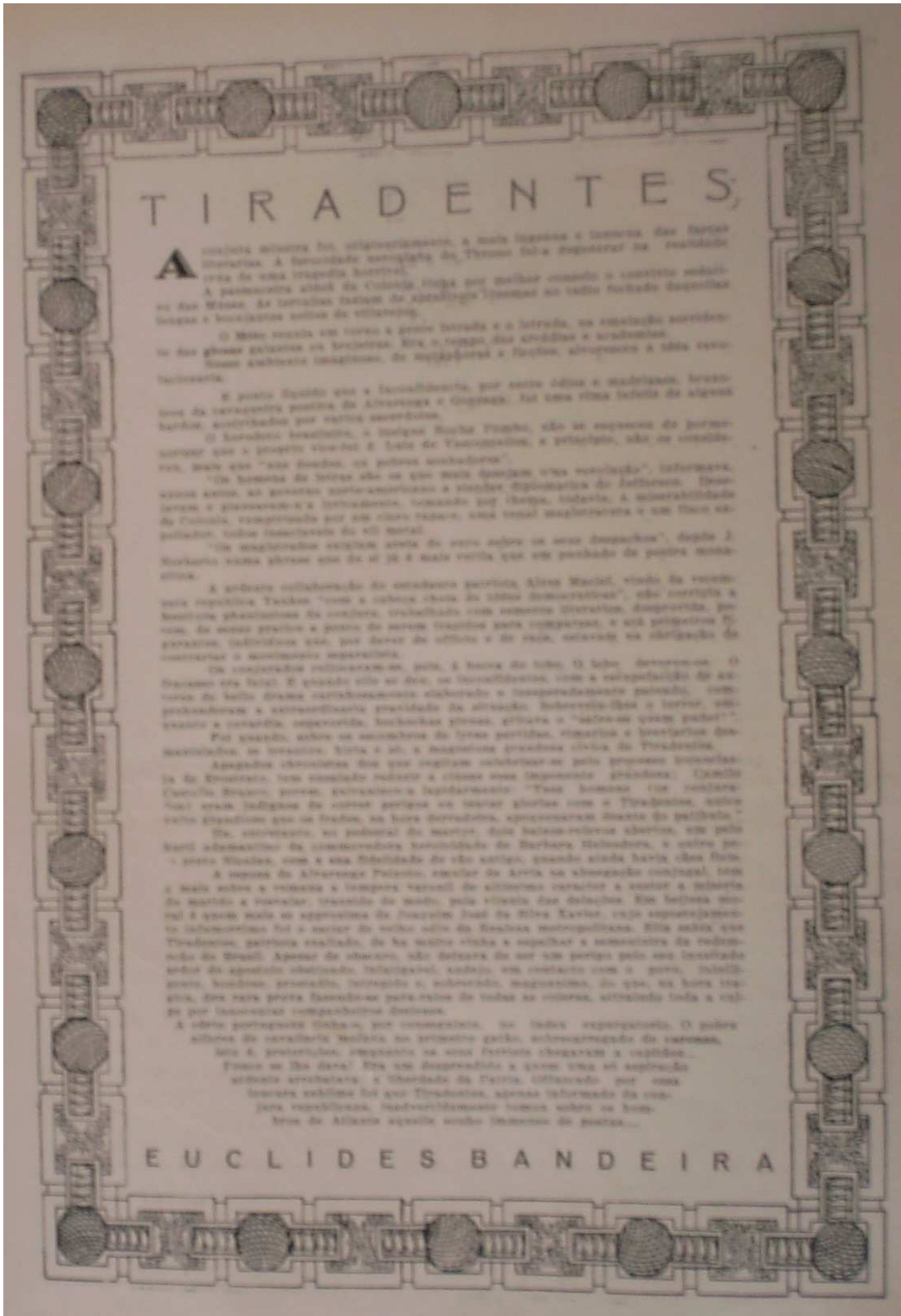


FIGURA 6 – Transcrição e reprodução de documento publicado no Boletim do Arquivo do Paraná

1878: 4 CEMITÉRIOS PARA PORTO DE CIMA

Porto de Cima (ou Porto Real) em 1878 viveu o drama de uma epidemia. Foi tão impressionante o número de casos fatais que a Camara local solicitou ao Governo da Provincia a construção de mais 2

cemitérios, um na Vila e outro em São João da Graciosa, isso porque os dois então existentes já não mais ofereciam possibilidade de sepultamento. A transcrição do documento que se segue (conforme original aqui reproduzido), diz bem da gravidade da situação que então se registrou:-

"Illmº e Exmº Senhor".

O accrescimo que tem tido ultimamente a população d'este municipio com o estabelecimento de colonias, augmentando extraordinariamente a mortalidade, tornou insufficiente os dous cemiterios existentes para o enterramento dos cadaveres; e apesar d'um d'esses cemiterios ter sido mandado construir ha apenas a quatro annos por esta Camara já se acha cheio e não pode comportar mais enterramentos sem prejuizo á salubridade da população. Não tendo esta Camara meios para construir outro Cimiterio, e podendo a falta de espaço que actualmente se dá ser até origem de alguma epidemia visto como se dará a necessidade de abrir sepulturas em lugares onde ainda se achão cadaveres em estado de decomposição, vem representar a V. Ex.ª sobre a conveniencia de serem feitos a custa dos cofres geraes por conta dos quais correm as despesas com a colonização, dous cemiterios, um nesta Villa e outro em São João da Graciosa, os quaes poderão ser construidos em começo de madeira para attender de prompto a urgente necessidade que existe, até que V. Ex.ª mais de espaço se digne mandar construir de modo mais solido.

Deos G. a V. Ex.ª
Porto de Cima 4 de Dezembro de 1878
Illmº e Exmº Senhor Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes
Muito Digno Presidente desta Provincia.

Jose Ribeiro de Macedo - Presidente

Em nome do Excmº Sr. Governador
Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes
Presidente da Camara Municipal



Quereamos quechenho ultimamente a população d'este municipio com o estabelecimento de colonias, augmentando extraordinariamente a mortalidade, tornou insufficiente os dous cemiterios existentes para o enterramento dos cadaveres; e apesar d'um d'esses cemiterios ter sido mandado construir ha apenas a quatro annos por esta Camara já se acha cheio e não pode comportar mais enterramentos sem prejuizo á salubridade da população. Não tendo esta Camara meios para construir outro Cimiterio, e podendo a falta de espaço que actualmente se dá ser até origem de alguma epidemia visto como se dará a necessidade de abrir sepulturas em lugares onde ainda se achão cadaveres em estado de decomposição, vem representar a V. Ex.ª sobre a conveniencia de serem feitos a custa dos cofres geraes por conta dos quaes correm as despesas com a colonização, dous cemiterios, um nesta Villa e outro em São João da Graciosa, os quaes poderão ser construidos em começo de madeira para attender de prompto a urgente necessidade que existe, até que V. Ex.ª mais de espaço se digne mandar construir de modo mais solido.

Jose Ribeiro de Macedo
Presidente

FIGURA 7 – Transcrição e reprodução de documento publicado no Boletim do Arquivo do Paraná

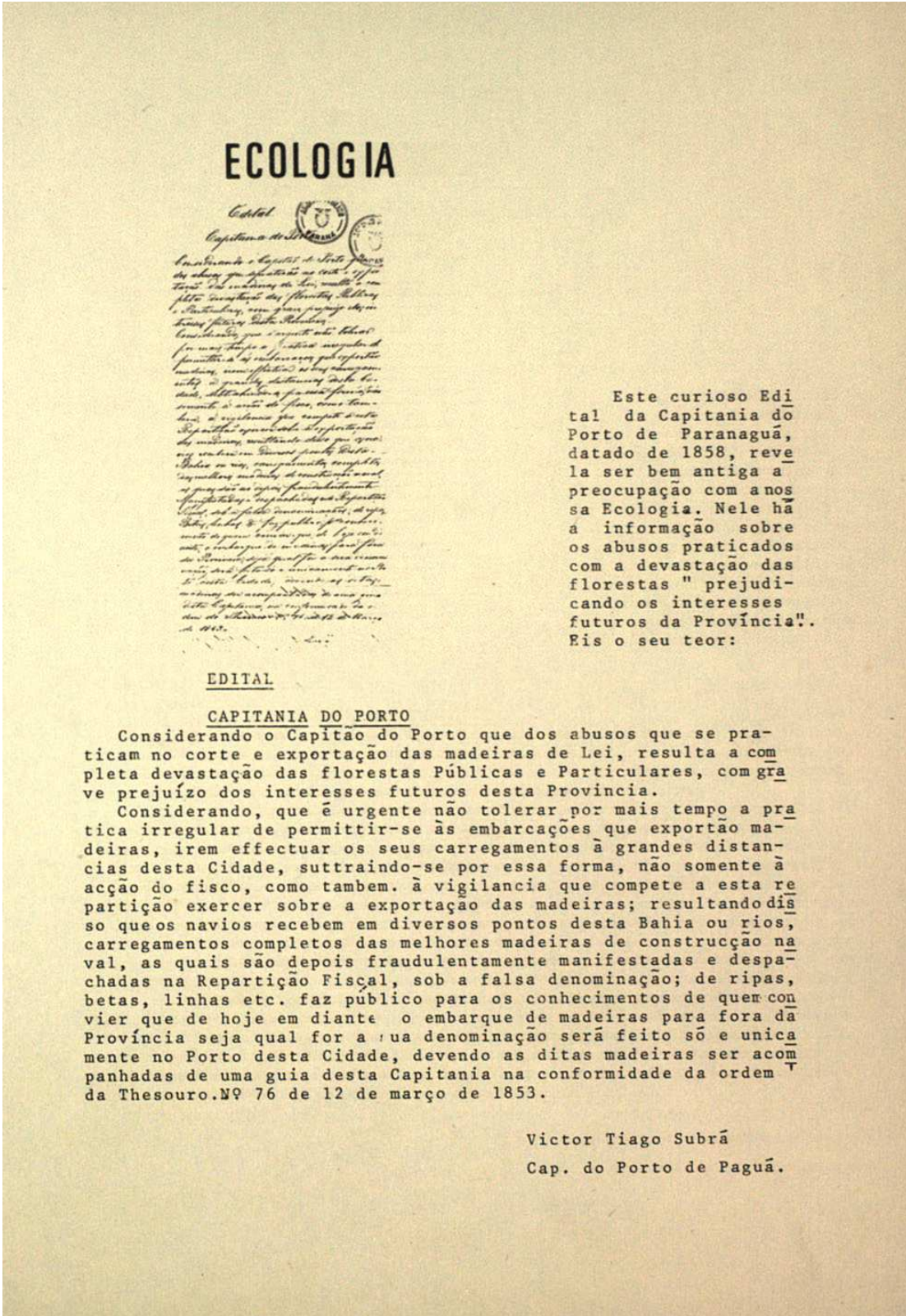


FIGURA 8 – Desenho do projeto do prédio do Arquivo Público do Paraná, inaugurado em 1978

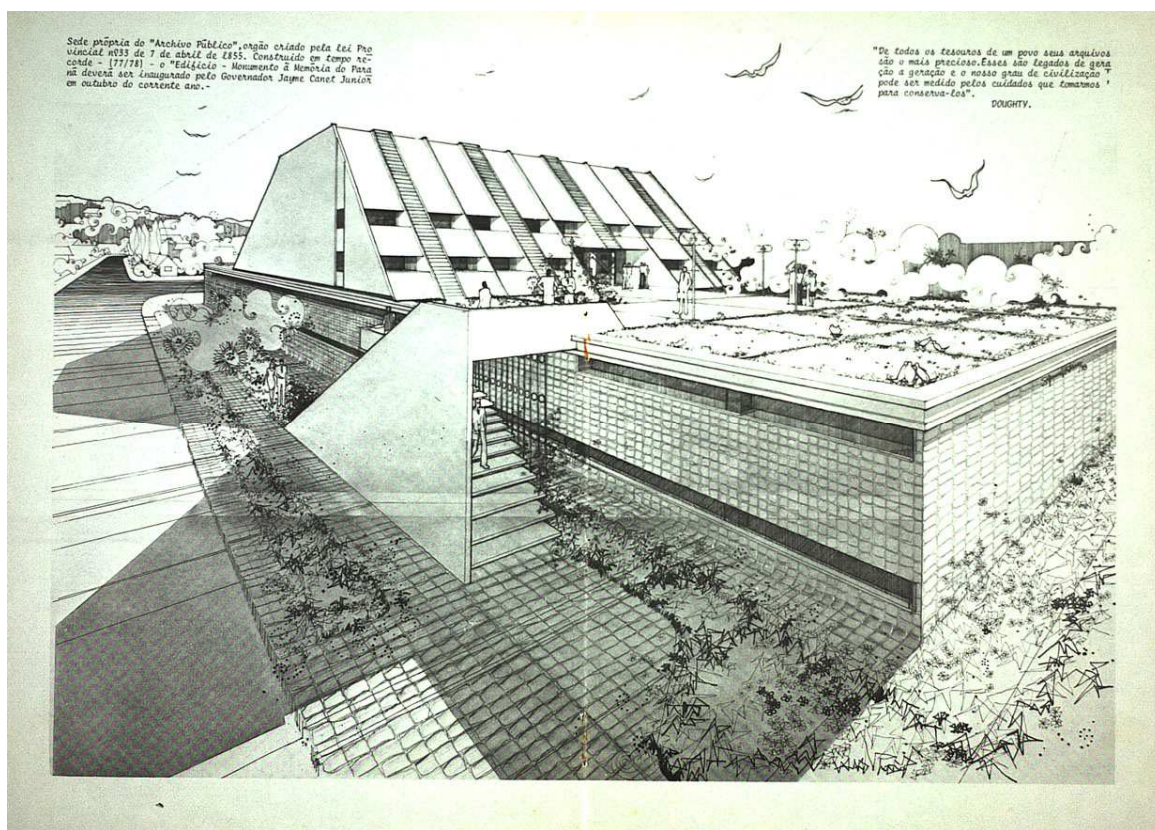


FIGURA 9 – Material de divulgação do Arquivo Público do Paraná produzido em 2005

